FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.073 | DOMINGO, 17 DE JULHO DE 2022 | R$ 7,00

ambiente
dia de proteção às florestas

Araucárias ressurgem em SC

Ameaçada de extinção, a araucária tem sido replantada em áreas desmatadas de Santa Catarina pelo povo indígena xokleng, para o qual a árvore é sagrada. Projeto calcula ter produzido 50 mil mudas. p. 1

Mercado A20
A história de Patinho Feio, 1º computador brasileiro criado na USP há 50 anos

Ciência B5
Estudo aponta origem do amor entre cachorros e seres humanos

Dile Kopakan, um dos responsáveis pelo plantio de mudas de araucária na Terra Indígena Laklãnõ Xokleng, em Santa Catarina Anderson Coelho / Folhapress

Brasil fica mais pobre sob Bolsonaro

Renda média encolhe, PIB per capita cai, e 2 de cada 3 brasileiros dizem restringir orçamento; quadro precede pandemia

O brasileiro ficou mais pobre durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), com queda da renda média e redução do PIB per capita. A deterioração precede a pandemia de Covid, declarada em 2020, e a Guerra da Ucrânia, neste ano.

A crise sanitária e o conflito europeu agravaram a corrosão, mas o cenário atual resulta também de escolhas de Bolsonaro após receber a economia fragilizada pela recessão sob Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB).

O avanço lento da agenda de reformas e as decisões de reduzir o investimento público e travar o Bolsa Família afetaram o poder de compra do brasileiro. A renda média caiu de R$ 2.823, em 2019, para R$ 2.613, segundo o IBGE.

O PIB per capita (produção de riqueza de um país dividida pela população, aferido em dólar) encerrou 2021 43% abaixo de seu ápice, em 2011, e 18% atrás da marca do último ano de Temer, 2018, a US$ 7.500 (R$ 41 mil).

Levantamento feito pela Nielsen Media Research em cem países mostra que, na média, 46% da população declara ter sofrido restrições orçamentárias após a pandemia. No Brasil, essa parcela chega a 64%.

Enquanto a cesta básica no México subiu 20%, no Brasil ela saltou 30% em dois anos.

O risco fiscal embutido na PEC dos bilhões, que amplia os gastos federais, pode piorar o quadro, alertam economistas. Mercado A15 a A17

Universo particular

Política identitária deve reivindicar a universalidade, escreve autora C4

MÔNICA BERGAMO
Andrea Beltrão lança filme e se acostuma a ser chamada de senhora aos 58 C2

EDITORIAIS A2

Ruínas fiscais
Sobre o gasto de má qualidade pelo Congresso

Mau aprendiz
Acerca da trajetória do ex-juiz Sergio Moro

Danilo Verpa/Folhapress

CENTRO AJUDA DEPENDENTES A RECOMEÇAREM EM SP

Antônio Carlos da Silva, 60, que mora em local de acolhida para dependentes químicos da Prefeitura de São Paulo; após 12 anos na cracolândia, ele descobriu ter uma filha Cotidiano B2

Renúncias refletem quadro de desgaste de líderes no Ocidente

Os recentes anúncios de renúncia de Boris Johnson e de Mario Draghi reforçaram um quadro de instabilidade política, em especial na Europa, diante da Guerra da Ucrânia e da tentativa de as economias se reerguerem de efeitos da pandemia.

Para analistas, a queda de popularidade dos líderes no Ocidente passa por uma frustração com a globalização e a democracia. A alta do custo de vida e a incerteza advinda da ofensiva militar russa contribuem para o quadro. Mundo A12

Contestação de urna eletrônica encontra barreiras na Justiça

Aventada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), a ação encontraria barreiras na Justiça. Casos do tipo são raríssimos, e nunca foi constatada fraude no sistema. Política A4

Punir presidente por discurso de ódio depende de interpretação A5

Último dia de petista teve manhã especial e pagode

No dia em que foi morto pelo bolsonarista Jorge Guaranho, Marcelo de Arruda ganhou um café da manhã especial. Preparou a comida de sua festa à noite e recebeu convidados ao som de pagode antes da tragédia. Política A6

PF investiga grupo suspeito de extrair ouro yanomami

A Polícia Federal investiga empresa suspeita de burlar uma licença que permitia pesquisas sobre a existência de minério para extrair toneladas de ouro ilegalmente. A M. M. Gold diz que se manifestará ao fim da apuração. Ambiente B1

ISSN 1414-5723
9 771414 572018 34073

ATMOSFERA

Fonte: www.climatempo.com.br

São Paulo hoje: 26° / 15°

	Hoje	Amanhã
Rio	16° 32°	16° 26°
Brasília	13° 28°	14° 27°
Ribeirão	17° 32°	16° 32°

Bruno Boghossian
Bolsonaro tenta acrescentar camada espiritual à briga por voto evangélico A2

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Ruínas fiscais

Deterioração das práticas orçamentárias obstrui promoção do bem-estar da maioria da população

As mais recentes investidas do Executivo e da vasta maioria do Legislativo contra as instituições da responsabilidade fiscal legarão uma terra arruinada para os próximos mandatários e uma conta soberba a ser paga sobretudo pela parcela mais pobre da sociedade brasileira.

Os ataques bárbaros ao que assegurava um mínimo de compromisso com o equilíbrio e a previsibilidade dos orçamentos federais não se restringiram ao tropel atiçado pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e pelo deputado Arthur Lira (PP-AL) na aprovação da PEC do desespero eleitoral.

As cargas de assalto também atingiram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, norma que antecede e baliza a elaboração do Orçamento de 2023, entre outros dispositivos legais erigidos no farfalhar destes últimos dias de farra parlamentar.

O pagamento das emendas de relator —fina flor do clientelismo, da ineficiência e da corrupção— escapou por pouco de se tornar obrigatório. Esse mecanismo obscuro, pelo qual a elite do Congresso decide quem recebe e quem não recebe bilhões arrecadados do contribuinte, ainda assim saiu fortalecido, quando deveria ter sido extinto.

Agora o Executivo será obrigado, ao remeter a proposta orçamentária de 2023 ao Congresso, a deixar carimbada e reservada a verba, estimada em R$ 19 bilhões, para as emendas cuja destinação será arbitrada pelo relator da peça e seus padrinhos políticos no Legislativo.

O dispositivo livra os congressistas de terem de explicitar que outros programas públicos vão sacrificar —na saúde, na educação, na assistência social— para financiar o seu convescote oligárquico.

Outra esperteza embutida na LDO atribui ao Congresso, e não mais ao Executivo, a fixação da estimativa de inflação que valerá para definir o teto de despesas orçamentárias do ano que vem, um incentivo à superestimação do indexador para aumentar os gastos.

O governo ficará também obrigado a arcar com todo o montante aprovado pelo Congresso para financiar as atividades dos partidos, recursos que têm servido para locupletar e entronizar os chefões das siglas. Anteriormente, a despesa obrigatória ficava restrita aos limites fixados na lei eleitoral.

A deterioração das instituições de controle sobre o Orçamento não deveria ser enxergada com pouca preocupação. A fim de assegurar os bens públicos que promovem bem-estar e prosperidade, a democracia depende do debate enriquecido, transparente e responsável entre os representantes da população acerca da arrecadação e da utilização dos fundos comuns.

Os interesses da maioria da população estarão ameaçados caso não se reverta depressa esse processo que arruína o arcabouço fiscal.

Mau aprendiz

Após sequência de tropeços, Moro desafia padrinho político e se lança ao Senado pelo Paraná

Tem sido acidentada a trajetória do ex-juiz Sergio Moro na política desde que decidiu abandonar a magistratura para participar do governo Jair Bolsonaro (PL).

Ele completara um ano no Ministério da Justiça quando rompeu com o presidente, a quem acusou de interferir na Polícia Federal em busca de proteção para os filhos.

Após breve passagem pelo setor privado, Moro filiou-se ao Podemos para entrar na corrida presidencial, mas logo viu suas pretensões inviabilizadas pela fragilidade da legenda e pela falta de entusiasmo popular pelo seu nome.

O ex-juiz mudou-se então para o União Brasil, que podou suas ambições. Parecia conformado com a ideia de concorrer a uma cadeira de deputado federal por São Paulo, mas a Justiça barrou sua mudança de domicílio eleitoral.

Na semana passada, Moro anunciou que disputará a cadeira ocupada há oito anos pelo senador Álvaro Dias (Podemos-PR), candidato à reeleição. Assim, o ex-juiz resolveu estrear nas urnas enfrentando alguém que até outro dia era seu aliado, além de incentivador de sua entrada na política e entusiasta da Operação Lava Jato.

O percurso até aqui sugere que sobra autoconfiança a Moro, mas mostra também que falta ao neófito humildade para aprender com os próprios tropeços.

Moro diz que deixou a toga para ser ministro de Bolsonaro porque pretendia fortalecer o combate à corrupção. Achando que podia contar com o chefe e receberia, por gravidade, apoio para suas propostas, colecionou fracassos.

Tratado como traidor pelos bolsonaristas enquanto o presidente selava sua aliança com o centrão, Moro ainda viu a imagem de juiz implacável demolida quando o Supremo Tribunal Federal declarou sua suspeição e anulou as ações movidas pela Lava Jato contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ao anunciar seus novos planos, o ex-juiz afirmou que deseja liderar a oposição no Senado a um eventual governo Lula, se o líder petista vencer a eleição. É uma ideia, mas talvez Moro esteja desatento ao que se passa em volta.

Um dia depois da decisão do ex-juiz de concorrer para senador, Lula reuniu-se com aliados na casa do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e tratou com eles dos movimentos que tem feito para engrossar sua caravana. Segundo o petista, entre os que se mostram dispostos a conversar está o União Brasil, o partido de Moro.

Precisamos de um STF?

Hélio Schwartsman

Espero que o STF não mande me prender. É que hoje vou falar de um autor que defende o fechamento desta corte. Aliás, de todas as cortes constitucionais. Trata-se de Richard Bellamy, professor de ciência política do University College London. Eu não o conhecia. Quem me chamou a atenção para ele foi meu filho David, entusiasmado com a ideia.

David não é um bolsonarista feroz. Muito pelo contrário, é um jovem estudante de filosofia e, como tal, não resiste ao prazer estético de sistemas que não dependam de valores exógenos. Bellamy propõe um desses. Está em um capítulo de livro: "Republicanism, democracy, and constitutionalism" *in* "Republicanism and Political Theory".

A ideia é simples. A democracia funciona não porque produza bons resultados ou nos aproxime da vontade geral. Ela funciona porque é vista como um processo justo de produzir soluções políticas. Pessoas discordam legitimamente umas das outras. Nessas ocasiões, é razoável que se decida a contenda pelo voto. Quando aceitamos esse processo, em que cada indivíduo é tratado com igual consideração, evitamos a violência política.

E isso basta. Não precisamos de mais do que essa regra para chegar às soluções políticas. Não obstante, quase todos os países escrevem uma Carta e criam cortes constitucionais encarregadas de atuar como árbitros finais, com o poder de invalidar leis.

O ponto de Bellamy é que os magistrados constitucionais não são melhores do que ninguém. Eles padecem dos mesmos vieses das pessoas comuns e, quando discordam entre si, resolvem o impasse pelo voto. Ora, se é para resolver pela pluralidade, melhor que sejam os representantes eleitos, não uma elite sem voto. Segundo o autor, o risco de a maioria usar o poder do Estado para explorar uma minoria é, na prática, menor do que parece.

Bellamy não me convenceu muito. Ainda tenho medo da tirania da maioria. Mas suas ideias merecem consideração.

helio@uol.com.br

Bolsonaro e o juízo final

Bruno Boghossian

Em pouco mais de 24 horas, Jair Bolsonaro mandou o mesmo recado para duas plateias diferentes da Assembleia de Deus. Depois de fazer sua conhecida pregação contra a esquerda, o presidente afirmou a pastores e fiéis no Maranhão e em Minas Gerais que a salvação de seus espíritos depende do comportamento de cada um deles na campanha eleitoral.

"No dia do ponto final, nós temos um currículo para ser apresentado. Esse currículo são nossas ações ao longo de toda a vida, bem como as nossas omissões. Quem se abstém, quem diz 'eu não quero nem esse nem aquele', está errando também", disse Bolsonaro em Vitória do Mearim (MA), na quinta-feira (14). "Esse currículo é o que vai nos dizer se teremos ou não a sonhada vida eterna."

O presidente tenta acrescentar uma nova camada à briga pelo voto evangélico. Bolsonaro costuma fazer ofertas concretas aos fiéis, como ações relacionados à política de drogas ou ao aborto. Agora, ele cobra apoio desse grupo como uma espécie de imperativo espiritual.

A batalha pela alma faz parte de um esforço de Bolsonaro para distrair esse eleitor do mau desempenho de seu governo no plano material. "A pandemia passa, como está passando, graças a Deus. Os problemas econômicos, a gente vai resolvendo", afirmou, depois de pedir ajuda aos fiéis para derrotar Lula.

O temor do presidente é que, frustrada com o governo, uma fatia do eleitorado evangélico perca o entusiasmo por sua candidatura e não se engaje numa campanha contra o PT.

Bolsonaro reforçou o roteiro do juízo final na sexta-feira (15). Num encontro de pastores em Juiz de Fora (MG), o presidente criticou a esquerda e, apontando para o alto, destacou que todos serão julgados por ações e omissões durante a vida.

"Muitas vezes você pode fazer alguma coisa e lava as mãos. Está na Bíblia o que aconteceu com Jesus", comparou. "Por vezes, no Brasil, nós passamos por momentos onde as mãos de todos nós decidem o futuro de uma pátria, se vocês querem que esse povo continue livre ou não."

E aquela do Nelson?

Ruy Castro

Nelson Rodrigues nos ensinou que toda unanimidade é burra, que sofremos do complexo de vira-lata e só os profetas enxergam o óbvio. E muitas outras frases que as pessoas repetem já sem saber da autoria. Menos famosas são as que ele escreveu sobre o Brasil nos anos 70 e ainda fazem total sentido. Exemplos.

"Outrora os melhores pensavam pelos idiotas. Hoje os idiotas pensam pelos melhores." "O brasileiro tem suas trevas interiores. Convém não provocá-las. Ninguém sabe o que existe lá dentro." "Com o tempo e o uso, todas as palavras se degradam. Por exemplo: 'liberdade'. Hoje, 'liberdade' é a mais prostituída das palavras."

"O 'homem de bem' é um cadáver mal informado. Não sabe que já morreu." "Tomem nota: ainda seremos o maior povo ex-católico do mundo." "Não há no mundo elites mais alienadas do que as nossas." "Subdesenvolvimento não se improvisa, é obra de séculos." "Hoje é muito difícil não ser canalha. Todas as pressões trabalham para o nosso aviltamento pessoal e coletivo." "No Brasil, quem não é canalha na véspera é canalha no dia seguinte."

"O Brasil gaba-se de ser uma democracia racial. No entanto, poderíamos indagar uns dos outros: 'E os negros? Onde estão os negros?' É uma pergunta sem resposta. As casacas estão aí, e os vestidos de baile, os cargos, as funções, as estátuas. Mas, no Brasil, nunca se viu um negro de casaca, nunca se viu uma estátua eqüestre de negro, nunca se viu um grã-fino negro. Enquanto um sábio negro não puder ser nosso embaixador em Paris, nós seremos o pré-Brasil."

"Em Brasília, todos são inocentes e todos são cúmplices." "O Brasil deixou de ser o Brasil. Hoje estamos sendo esmagados pelo anti-Brasil." E esta, que profetiza o nosso momento de hoje e que devia nos fazer pensar: "Quando os amigos deixam de jantar com os amigos por causa da ideologia, é porque o país está maduro para a carnificina."

A marca de Caim

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

Se não nesta semana, é grande a probabilidade de que na próxima ocorra nos EUA um assassinato em massa, quando um indivíduo munido de armas poderosas atira aleatoriamente sobre outros. O "mass shooting" é tão americano quanto a "apple pie" ou o Halloween.

Não se equivalem, certo, mas são típicos do país que celebra no dia 4 de julho o seu excepcionalismo mundial e um sentimento nacional de liberdade associado à posse indiscriminada de armas. Este ano, na região de Chicago, a festa foi interrompida por um atirador, que matou celebrantes na rua a tiros de fuzil.

Nunca se ofereceu uma explicação satisfatória para o fenômeno. Historicamente, o primeiro caso teve como autor Howard Barton Unruh, que, em 6 de setembro de 1949, matou 13 vizinhos a tiros de pistola Luger nas ruas de Camden, Nova Jersey. Unruh tinha sido herói da Primeira Guerra Mundial. Mas o fenômeno expandiu-se depois da Segunda Guerra, a cabo de sociopatas, numa atmosfera social turbinada pela "democratização" das armas.

Guerra, como definiu Martin Luther King, é uma "injeção de veneno do ódio na veia". E essa talvez seja uma pista explicativa para as matanças aleatórias. Numa sociedade sempre predisposta à guerra, como é o caso da americana, querendo ou não, o cidadão carrega dentro de si a marca de uma letalidade fratricida, fomentada tanto pelo individualismo voraz quanto pela liberdade constitucionalmente associada às armas. A especulação tem forte respaldo estatístico: 42% da posse de armas privadas (270 milhões de unidades) em todo o mundo se encontram nos EUA.

Provém de Hobbes a reflexão no sentido de que aquilo que os seres humanos têm realmente em comum é a capacidade de matar e a consciência de que podem ser mortos. Essa generalização passa ao largo do comum integrado e solidário em um sem-número de sociedades tradicionais e modernas. Entretanto é pertinente à hipótese do ódio como forma social subterrânea, mas ativa, turbinada por emoções de ressentimento e vingança.

É o que acontece nas exacerbações fascistas, ou então sob as aparências democráticas de uma grande potência belicamente estruturada, como os EUA. A guerra é interna na feroz competição de classe social, mas também externa na geopolítica imperial.

Agora, aturdida pelas matanças e mais descrente de seu longo sonho benfazejo (vendido ao mundo por cinema e show-business), a América começa a descobrir, na identificação entre liberdade e gozo do tiro, o fundo mítico da tese de Hobbes: a marca de Caim. Mas, como tudo "made in USA", é algo que se exporta, junto com a instigadora retórica do ódio, e se reproduz nos clubes de iniciação ao fascismo das colônias.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Quando a agroecologia será pop?

Agricultura familiar não tem apoio do governo

Flávia Londres e Paulo Petersen

Engenheira agrônoma (USP), com mestrado em práticas em desenvolvimento sustentável (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Mestre em agroecologia e desenvolvimento rural pela Universidad Internacional de Andaluzia, doutor em estudos ambientais pela Universidad Pablo de Olavide (Espanha)

Na primeira semana de julho, o Plano Safra anunciou R$ 340,8 bilhões para a agropecuária, 36% a mais que no ano passado, e o maior volume da história. Apesar da perspectiva de crise mundial, o Brasil ainda está entre as maiores economias do mundo, e a agropecuária vive dias de glória, com dividendos de suas commodities em alta.

Como é possível, então, a fome bater à casa de 33,1 milhões de brasileiros e mais da metade da população (58,7%) viver em insegurança alimentar? Por que faltam alimentos básicos da nossa cultura alimentar à mesa?

O Plano Safra aumentou em 39% os recursos para plantio e comercialização de grãos, majoritariamente para exportação, enquanto o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) teve um aumento menor, de 35,4%, e representa apenas 15,75% do total, R$ 53,6 milhões.

O plano também não garante que o crédito de fato chegue aos produtores, uma vez que nas últimas safras os recursos não foram suficientes para equalizar a contratação de crédito. E, principalmente, o plano não tem propostas para nenhuma outra demanda dos pequenos produtores, desde assistência técnica a acesso aos mercados.

O retorno do Brasil ao mapa da fome vem colocando em xeque esse modelo econômico agroexportador e as políticas públicas que o sustentam. Enquanto o "agro nunca teve tanto dinheiro", como disse recentemente o deputado Sérgio Souza (MDB-PR), líder da bancada ruralista, a agricultura familiar não tem apoio do governo Bolsonaro. O que vemos são as instituições do Estado cada vez mais orientadas para interesses privados em vez do interesse público.

Os projetos de apoio à agricultura familiar foram desmontados, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), voltado para a compra da produção agrícola de famílias e doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O PAA foi substituído pelo Alimenta Brasil e teve seu orçamento praticamente zerado, com a maior parte agora vinculada às emendas de relator, ou seja, ao famoso "orçamento secreto", ligado a comprometimento político, em vez de critérios técnicos.

Vivemos nos últimos anos um modelo de degradação ambiental que chega a ameaçar acordos comerciais importantes para manter a pujança econômica brasileira nos mercados internacionais.

Enquanto as políticas de Estado, na pandemia, acentuaram a crise para populações vulneráveis, iniciativas coletivas de agroecologia demonstraram capacidade para responder de forma criativa às demandas emergenciais por alimentos e alternativas de geração de renda.

Para fortalecer essas iniciativas, precisamos de um Estado capaz de se comprometer com a reversão dos processos de desmonte institucional. Também carecemos de estratégias de adaptação às mudanças climáticas e outros tantos temas, negligenciados ou diretamente atacados pelos defensores do lucro gerado pela colheita de transgênicos cultivados à base de agrotóxicos.

Ou alguém consegue ver um Estado que compactua com um projeto de lei como o PL 1459/2022, mais conhecido como PL do Veneno, assumir à frente em campanhas de incentivo à alimentação saudável? E, sim, a regulação da comida ultraprocessada também faz parte da visão agroecológica e deve estar presente em um projeto econômico contemporâneo e conectado aos valores do nosso século.

A promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional é um dever constitucional, e a agroecologia é capaz de contribuir para o debate e construção de políticas públicas para responder à fome e à crise ambiental.

Nossas demandas e propostas estão reunidas em uma carta-compromisso para as candidatas e os candidatos ao Executivo e Legislativo nas eleições de 2022. Quem estará conosco para o fortalecimento dessas propostas?

Martin Kovensky

O cadastro único e o combate à pobreza

O Brasil tem plena condição de superar a fome

Laura Machado

Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

A pobreza está sempre intimamente relacionada à violação de direitos sociais. Não por outra razão, sua redução à metade representou o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2010) e sua erradicação agora constitui-se no primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas em 2021.

Para a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, o CadÚnico é o grande ativo e o maior patrimônio da assistência social brasileira. O cadastro único permite o atendimento próximo e personalizado às famílias mais vulneráveis, tornando visíveis os invisíveis e permitindo ação imediata em situações de crise.

Com o apoio do governador Rodrigo Garcia (PSDB), estamos investindo R$ 17 milhões na atualização dessa base cadastral. No entanto, persiste a baixa taxa de adesão ao cadastro.

Desde o início de 2019, a qualidade do Cadastro Único vem se deteriorando. A porcentagem de cadastros não atualizados nos últimos 24 meses no estado de São Paulo, por exemplo, triplicou desde o início desde então, passando de 15% para 45%.

O Brasil dispõe de condições de ter uma política sólida de combate e superação da pobreza graças a enorme capilaridade do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e a disponibilidade de agentes sociais locais para mapear, cadastrar e mensurar o grau de carência das famílias.

Para isso, contudo, é preciso um investimento certeiro e focalizado no mapeamento das pessoas em situação de pobreza. A identificação precisa dos mais vulneráveis é o principal instrumento das políticas públicas para reverter esse quadro.

A partir do investimento do Estado no CadÚnico, podem ser oferecidos, primeiro a quem mais precisa, tanto os serviços socioassistenciais quanto um Plano de Desenvolvimento Familiar.

O Brasil tem hoje plena capacidade para adotar uma política eficiente de combate à pobreza. O Sistema Único de Assistência Social tem capilaridade e densidade suficientes para identificar quais são as famílias brasileiras mais vulneráveis, apoiá-las e monitorá-las na trajetória que leva à saída da condição de carência extrema, desde que tenha em mãos um cadastro forte.

É primordial ressaltar que, em qualquer política de combate à pobreza, o papel da transferência de renda é complementar — não substitui a inclusão produtiva. As transferências visam auxiliar a inclusão enquanto a família não tem sua autonomia.

Como disse Caetano Veloso, "gente é pra brilhar, não pra morrer de fome". Com um cadastro único forte, estaremos mais próximos dos que mais precisam de apoio, aliviando a pobreza e garantindo a autonomia de todos.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Alvo de investigação

Está ficando pornográfico ler notícias políticas ("Alcolumbre direciona obras suspeitas para empreiteira líder em contratos sob Bolsonaro", Política, 15/7). Nunca estivemos tão à mercê de corruptos com tanto poder para mudar leis permitindo que cada vez fique pior.
José Carlos Soares Costa (Curitiba, PR)

*

Direita no poder: corrupção tornada lei, obras suspeitas, desemprego, extinção de aposentadorias, inflação sem controle, concentração de renda. A cereja do bolo é a fome que vem a galope. Depois querem implantar remédio para o mal que criaram, com PECs eleitoreiras.
Genival Barros (Sparks, EUA)

Minas e mineração

E a destruição só acaba quando não sobrar mais dinheiro para extrair ("Justiça autoriza mineração na Serra do Curral, em MG", Cotidiano, 15/7). Nem alimento, nem animais, nem ar, nem pessoas.
Flavia Fonseca (São Paulo, SP)

*

Isso é absurdo sem tamanho, é uma enorme distorção jurídica do juiz. O dano ambiental não se importa com má-fé, dolo ou culpa do causador, ele acontece do mesmo jeito. Os impactos serão irreversíveis.
Vinicius Barreto Pinho (Tijucas, SC)

Educação

Isso é o que o prof. Paulo Freire denominava de educação bancária, só que agora em "caixa eletrônico" ("Aposta em ensino a distância gera demissão em massa de professores universitários", Cotidiano, 15/7). Ou interrompemos esse processo deletério e desqualificado ou teremos frustração dos jovens mal formados e sem emprego, a precarização da atividade docente de maneira extremada, com graves consequências também sobre o futuro (e a quantidade) de docentes e a excessiva mercantilização da educação nacional.
Ricardo Vieiralves (Laranjeiras, RJ)

Cadê a mostarda?

Lá estão preocupados com a falta de mostarda ("Mostarda some de mercados na França, população se desespera e chef pede até sobras", Mundo, 15/7). Aqui faltam ossos e pele de frango para a população comer, mas ninguém parece muito preocupado.
Homero Feijó (São Paulo, SP)

*

"Mon Dieu" Que tragédia! Falando sério, logo vai faltar farinha pra baguete, uva pro vinho, manteiga pro "croissant". Estou falando de mudanças climáticas, eu li que uma grande vinícola francesa não produziu nenhuma uva o ano passado.
Marina Gutierrez (Sertãozinho, SP)

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 9 a 15.jul - Total de comentários: **18.121**

643	Petista é assassinado no PR, e PT fala em crime de ódio por bolsonarista (Política) **10.jul**
449	Assassinato de petista em Foz do Iguaçu teve motivo torpe, conclui polícia (Política) **15.jul**
380	Família de bolsonarista diz que crime em Foz não foi político e que vive pesadelo (Política) **13.jul**

ASSUNTO QUAL A SUA OPINIÃO, LEITOR, SOBRE O CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL?

A violência é fomentada pelo atual presidente e seus seguidores. Apoiam a liberação e o não rastreio de armas e munições. Nunca houve um governo após a ditadura que incentivou a agressão e facilitou a agressão às instituições democráticas como esse atual governo.
Andre Luiz Almeida (Maceió, AL)

*

A violência política constrói-se pela ausência de argumentos concretos sobre nossas carências históricas (fome, educação e desigualdade social). Os políticos atacam aos adversários só pela generalização de bandeiras e cores partidárias.
Bruno Scuissiatto (Ponta Grossa, PR)

*

É algo crítico porque o Brasil desde sempre convive com a violência. Na sua colonização, na sua ditadura e até na República, por meio da criminalidade, facções, milícias e polícia. O Brasil não tem, na essência, característica violenta. Mas o que já está na história volta quando líderes políticos estimulam a cultura de violência, machismo, racismo e homofobia. Governantes também fazem o mesmo pela canetada — isenção, negligência e institucionalização da violência, como na PM no RJ.
Camila Ramalho Rolim Martins (Itajaí, SC)

*

Estamos assistindo à barbárie. A polarização não é nova, por muitos anos foi PT x PSDB, e não víamos o que acontece agora. Nosso presidente estimula violência dia sim, dia não. Fake news, "fuzilar a petralhada", falar sobre medo irreal do comunismo, luta do bem contra o mal... Já vimos esses discursos na história. E qual foi o resultado?
Karina Akemi Issagawa (São Paulo, SP)

*

Como se vê nos eventos públicos recentes, o respeito à opinião, principalmente política, é tarefa cada vez mais difícil. São tempos sombrios e antidemocráticos. Pensar no futuro, agora, dá medo!
Bruna Ferreira de Assis (Jataí, GO)

*

O Código Penal do país dá autorização para matar, pois não pune crimes que acontecem todos os dias: assassinato, roubo, dirigir embriagado... Todos têm penas gentis. Faz anos que a população espera a reforma do Código Penal, mas o balcão de negócios no Congresso não chega a consenso. É só retirar os benefícios das leis, já resolvia e muito.
Roma Campos (Cajueiro, AL)

*

Violência sempre foi alta no Brasil. Vide os assassinos de Bruno Pereira e Dom Philips. Brasileiros têm menos respeito para leis, veja a catástrofe em Brumadinho, as motociatas sem capacete e os ataques a instituições como TSE e STF.
Nils Erik Svensjö (Rio de Janeiro, RJ)

*

Todos estão com os ânimos exaltados, praticamente uma histeria coletiva. Os dois lados estão errados. Parecem tempos de humanidade primitiva onde se dizia: Se você não está comigo, é meu inimigo.
Marcos de Oliveira Julio (São Paulo, SP)

*

Há evidente interesse econômico no crescimento da violência no país. A verve política só uma das facetas. Há quem ganhe com isso.
Américo Venâncio Lopes Machado Filho (Salvador, BA)

*

O crescimento da violência política no Brasil foi causado pela mídia, que continua na toada de normalizar aquilo que é inaceitável em país democrático, ou seja, discursos violentos e antidemocráticos!
Osvaldo Ferreira (Cachoeira, BA)

*

A morte de Marcelo Arruda mostra como o governo instiga o crime. Pelas cifras oficiais, só em 2021, o registro de novas armas alcançou quase 250 mil artefatos inscritos na Polícia Federal, aumento de mais de 300% em relação às 51 mil de 2018.
Fernando Marcelo de la Cuadra Arancibia (Fortaleza, CE)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Parlamentarismo

Nos últimos dez anos, a Presidência perdeu gradualmente protagonismo na aprovação de leis para o Congresso. O percentual de matérias aprovadas por iniciativa do Executivo caiu de 56,58% para 29,03%, segundo levantamento da consultoria Action para a Frente Parlamentar do Empreendedorismo. No período, as proposições de Câmara e Senado que foram transformadas em norma jurídica passaram de 23,68% para 70,97%, explicitando uma transferência do eixo de poder.

SEM TINTA De acordo com o consultor João Henrique Hummel, o fenômeno se deve a alterações no regimento interno que foram empoderando o Congresso. Mudanças no rito de tramitação de medidas provisórias, por exemplo, esvaziaram em parte o peso da caneta dos presidentes.

QUEM MANDA Houve ainda modificações na análise de vetos e na tramitação de matérias, além da imposição na execução de emendas, entre outros pontos que deram maior protagonismo ao Legislativo.

PÉ FRIO Um dia após ter participado de motociata com Jair Bolsonaro (PL) em Imperatriz, o prefeito da cidade maranhense, Assis Ramos (União Brasil), foi alvo de pedido de prisão pelo Ministério Público estadual. Ramos é acusado de participação em um esquema de fraude em licitação na área de limpeza na cidade.

REDUTO Segundo a Procuradoria Geral de Justiça, responsável pela ação, Ramos comanda o núcleo político do esquema. O prefeito, que nega as acusações, declarou apoio a Bolsonaro. O sul do Maranhão, que tem em Imperatriz o principal polo, é uma rara região onde o presidente rivaliza em apoio com Lula no Nordeste.

CARTILHA Entidade que reúne os tribunais de contas no país, a Atricon divulgou recomendações sobre a fiscalização das chamadas "emendas pix", em que recursos orçamentários são liberados diretamente a prefeituras, sem a aprovação de ministérios ou vinculação a contratos e convênios.

LUZ Segundo a associação, gestores públicos devem registrar as operações na Plataforma +Brasil, para ampliar a transparência. A Atricon também pede que a execução destas emendas seja detalhada.

BARREIRA Carlos Minc, vice-presidente do PSB-RJ, apoia Cesar Maia (PSDB) como vice de Marcelo Freixo (PSB) na disputa pelo Governo do RJ por acreditar que ele seria um escudo para rejeição no 2º turno.

ENCAIXE "Os argumentos contra Freixo são os de que ele é inexperiente e radical. O Maia não é nada radical e tem muita experiência. É o Geraldo Alckmin do Freixo", afirma o ex-ministro, que é membro da coordenação de campanha.

PASSO Tasso Jereissati (PSDB-CE), cotado para ser o vice na chapa de Simone Tebet (MDB-MS), tem dito a aliados estar desanimado em encarar o desafio. Quando desistiu de concorrer na prévia do partido à Presidência em favor de Eduardo Leite (RS), ele já havia citado questões pessoais e dito que iria "brincar com os netos".

TÔ FORA Soma-se a isso a baixa adesão do PSDB à candidatura de Tebet. Segundo relatos, o senador ficou muito frustrado quando o governador de SP, Rodrigo Garcia (PSDB), abriu o palanque para Luciano Bivar (União Brasil). O senador tem se queixado ainda da dificuldade do MDB em estruturar a campanha.

MEIO CHEIO A campanha de Tebet vê com otimismo os 4% registrados por ela em algumas pesquisas. O patamar já é semelhante ao obtido pelo partido em outras disputas presidenciais, mesmo com nomes muito mais conhecidos.

GRÃO EM GRÃO Em 1989, Ulysses Guimarães teve 4,73% dos votos. Em 1994, Orestes Quércia recebeu 4,38%. E em 2018, Henrique Meirelles ficou com apenas 1,2%. A expectativa é que Tebet atinja 6% no começo da campanha, em agosto.

ESQUENTA PT e PSB acertaram um calendário de eventos conjuntos entre Fernando Haddad e Márcio França até o início oficial da campanha, em 16 de agosto.

TABELA Serão seis atos reunindo o petista, candidato ao governo, e o ex-governador, que disputará o Senado. Os eventos ocorrerão em diversas regiões de SP e serão limitados, em razão das leis eleitorais.

DEIXA Presidente em exercício do TSE, Alexandre de Moraes derrubou liminar concedida pelo TRE-SP que determinava a remoção de outdoors com agradecimentos ao governador Rodrigo Garcia (PSDB) no interior do estado.

GRATIDÃO A representação com pedido de retirada foi feita pelo diretório paulista do Republicanos, partido de Tarcísio de Freitas. Os outdoors, instalados por aliados do tucano, listam projetos em parceria com o governo e têm mensagens como "obrigado Rodrigo" e "100% paulista Rodrigo governador raiz". Moraes disse não enxergar viés eleitoral.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Protesto a favor do voto impresso convocado por bolsonaristas, na avenida Paulista Bruno Santos - 1º.ago.21/Folhapress

Contestação de resultado das urnas na Justiça é rara e tem barreiras

Não há meio jurídico próprio para tal questionamento, e tentativas anteriores, em 2006 e 2014, não provaram suspeita de fraude

Renata Galf e Carolina Linhares

SÃO PAULO A ameaça do presidente Jair Bolsonaro (PL) de não aceitar o resultado da eleição e sua desconfiança das urnas eletrônicas devem encontrar uma série de barreiras se levadas à Justiça Eleitoral.

São quase inexistentes os casos em que houve questionamento formal às urnas eletrônicas —e em nenhum deles foi encontrada fraude.

Por meio de uma profusão de mentiras, Bolsonaro vem fomentando a descrença nas urnas. No entanto, ao invés de ser barrado por aqueles ao seu redor, o mandatário tem contado com o respaldo de militares, membros do alto escalão do governo e seu próprio partido em sua cruzada contra a Justiça Eleitoral.

As Forças Armadas têm repetido o discurso de Bolsonaro. Em ofício recente, solicitaram ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) todos os arquivos das eleições de 2014 e 2018, justamente os anos que fazem parte da retórica de fraude do presidente.

Em mais um ataque direto a ministros, na última sexta (15), Bolsonaro errou ao dizer que o atual presidente do TSE, ministro Edson Fachin, foi quem tirou Lula (PT) da prisão.

Diante do discurso de cunho golpista, quem atua no direito vê risco de que, assim como fez Donald Trump nos Estados Unidos, também Bolsonaro tente converter sua retórica de fraude em medidas judiciais. O ex-presidente americano pediu recontagem de votos em diversos estados e perdeu uma série de ações.

Neste caso, ainda que o cenário se mostre incerto, dado seu ineditismo e escassez de precedentes, há também barreiras que podem impedir ações despropositadas.

Especialistas ouvidos pela **Folha** dizem acreditar que ações que contestem as urnas perante o TSE não devem prosperar pois necessitariam de provas de fraude, algo que nunca ocorreu desde a adoção da urna eletrônica.

"Ter uma eleição anulada pela via judicial é algo mais do que remoto. Do ponto de vista material, não há evidência ou notícia de fraude na urna eletrônica", afirma o advogado Carlos Gonçalves Júnior, professor de direito eleitoral da PUC-SP. "E do ponto de vista formal não existe um instrumento jurídico próprio para esse questionamento."

Procuradores eleitorais ouvidos pela reportagem apontam que o instrumento de guerra judicial pode ser usado por Bolsonaro apesar de a chance de êxito ser praticamente nula. O exemplo de Trump mostra que não existe uma preocupação com a viabilidade jurídica das ações, mas sim uma estratégia de mobilização a partir do desafio ao resultado das urnas.

Em 2014, após perder as eleições para Dilma Rousseff (PT), o PSDB de Aécio Neves levou ao TSE um pedido de auditoria especial, que foi deferido pelo tribunal sob o argumento da transparência.

"Nas redes sociais os cidadãos brasileiros vêm expressando, de forma clara e objetiva, a descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e a infalibilidade da urna eletrônica, baseando-se em denúncias das mais variadas ordens", apontava o partido.

De lá para cá, os regramentos da Justiça Eleitoral que tratam de fiscalização e auditoria passaram a ter mais detalhamento. Pedidos de verificação extraordinária após as eleições exigem como requisito a apresentação de fatos, indícios e circunstâncias que os justifiquem, caso contrário podem ser negados.

O caso do PSDB não foi convertido em uma ação judicial. Apesar de não ter encontrado fraude, o partido gerou desgaste solicitando ao TSE uma série de procedimentos não previstos. Ao final, alegou em relatório não ser possível auditar o processo por completo.

Especialistas explicam que o pedido de auditoria é administrativo e não tem como função o questionamento da eleição, tampouco tem o poder de alterar seu resultado.

Atualmente, uma resolução do TSE prevê qual é a amostra de urnas a serem auditadas em caso de ação judicial relativa aos sistemas de votação ou de apuração, mas não especifica essa ação.

"Não seria desejável que o sistema judicial brasileiro tivesse um amplo mecanismo de questionamento das eleições. Isso é para ser uma situação de extrema excepcionalidade, de absurdo notável. A confiança no sistema eleitoral é um dogma da democracia", afirma o professor da PUC a respeito de o terreno de contestação ser pouco explorado no país.

A depender do caso, segundo os especialistas, as possíveis alternativas de Bolsonaro para questionamento judicial seriam um mandado de segurança ou uma Aime (ação de impugnação de mandato eletivo). Em ambos, contudo, ele precisaria ter provas.

O mandado de segurança exige uma prova pré-constituída, ou seja, uma fraude claramente caracterizada.

A Aime é usada em caso de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude —a ação de contestação teria que se encaixar na terceira hipótese.

Segundo a advogada eleitoral e professora Marilda Silveira, é preciso um mínimo de prova para que a ação tenha andamento, o que não incluiria por exemplo, mera retórica ou relatos testemunhais de supostas falhas. Neste caso, diz ela, a ação provavelmente terminaria arquivada.

Silveira aponta ainda que, caso se faça uma auditoria ou contagem paralela alegando um outro resultado que não o oficial, também não haveria repercussão jurídica. "Não acontece nada", afirma. "Vão ter que pegar essa auditoria e juntar isso numa ação judicial que conteste a legitimidade das eleições."

O único caso de ação de impugnação envolvendo alegação de fraude na urna eletrônica identificado pela **Folha** aconteceu nas eleições para governador de 2006, em Alagoas. João Lyra, que concorria ao cargo pelo PTB, tentou impugnar o mandato de Teotônio Vilela Filho (PSDB).

O ministro relator do recurso afirmou em seu voto que não se negava a ocorrência de inconsistências na operação de parte das urnas, mas que não havia mínima prova de elas terem se consubstanciado em fraude.

Também foi imposta uma multa a Lyra por litigância de má-fé.

Lyra alegava, entre outros pontos, que o resultado teria sido distinto do que diziam as pesquisas e apresentou um relatório de um professor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) que indicaria supostas irregularidades.

Para Silveira, a jurisprudência mais recente de Aimes, ainda que não tratem de fraude em urna eletrônica, são mais relevantes do que este caso de 2006, por ser muito antigo.

"A ação de impugnação de mandato eletivo só pode ser julgada procedente se houver uma fraude que é caracterizada fraude grave, que leve a uma quebra de legitimidade do processo eleitoral", diz.

+ SUSPEITAS LEVADAS À JUSTIÇA

Auditoria de 2014
Após perder a eleição para o PT, o PSDB pediu uma auditoria ao TSE, autorizada pela corte. O argumento era de que brasileiros expressavam descrença nas urnas com base em denúncias. O partido pediu à corte uma série de procedimentos não previstos e concluiu que não era possível auditar o processo por completo. Nenhuma fraude foi comprovada e o caso não foi convertido em ação judicial

Ação de impugnação de 2006
Em Alagoas, na eleição para o governo, João Lyra (PTB) tentou impugnar o mandato de Teotônio Vilela Filho (PSDB) com o argumento de que haveria irregularidade nas urnas. O ministro do caso não negou que houve falha em parte das urnas, mas disse não haver prova de fraude. Foi imposta uma multa a Lyra por litigância de má-fé

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
353.501 exemplares (maio de 2022)

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Imagem e ação

Vídeos expõem a violência generalizada no país e desafiam limites da mídia

José Henrique Mariante

Imagens escancaram as mazelas brasileiras como se elas já não fossem evidentes. Em Foz do Iguaçu, duas câmeras de segurança registraram a morte a tiros de um petista por um bolsonarista, em uma espécie de trailer barato do filme que o país teme protagonizar nos próximos meses. Em São João do Meriti, um médico anestesista foi flagrado abusando de uma mulher sedada no momento em que ela dava à luz.

Não há dúvida sobre a pertinência jornalística das primeiras imagens. Mostram o crime, toda a sua estupidez e até os chutes não menos estúpidos desferidos contra o assassino alvejado no chão. São elas também que denotam o caráter político da conclusão da polícia paranaense, que, antes do prazo, cravou não ter ocorrido um crime político. Seja qual for o enquadramento na Justiça, as cenas assombrarão as eleições, se é que não serão superadas por outras até lá.

A violência retratada denuncia, aponta responsáveis, ajuda a dimensionar a gravidade dos atos. Mais do que isso, as câmeras de Foz mostram um país em desatino, assim como as que captaram a câmara de gás improvisada por membros da Polícia Rodoviária Federal para Genivaldo de Jesus Santos em Sergipe; ou a sordidez das agressões contra o congolês Moïse Kabagambe no quiosque da Barra. Imagens que cumprem papel fundamental, por óbvio, no âmbito particular dos envolvidos, mas também na sociedade. É nelas que percebemos como somos violentos, racistas, intolerantes e extremados. É dever da imprensa divulgá-las.

Tal assertividade não cabe no segundo evento. Mesmo assim, as cenas de um estupro captadas por um celular escondido no centro cirúrgico têm maciça divulgação na imprensa e nas redes sociais. O esquema de vigilância foi montado por enfermeiras que desconfiavam do comportamento do médico. Deu certo, ele está preso, indiciado e provavelmente perderá a liberdade por muito tempo e a profissão para sempre. O Brasil discute a violência sexual, a violência obstétrica. Mas era preciso que as imagens ganhassem a mídia? Não era suficiente deixá-las apenas para as autoridades envolvidas na apuração e no julgamento do caso?

Grande parte da imprensa considerou que não. As cenas de um estupro foram mostradas no Jornal Nacional, da TV Globo. Foram mostradas mais de uma vez, mais de um dia, ainda que parcialmente borradas. As cenas de um estupro foram divulgadas por outros veículos que nem tiveram esse cuidado. A Jovem Pan foi um deles, o que motivou denúncia de ativistas ao Ministério Público contra a emissora. Em editorial, a Pan diz que apenas exibiu "o abusador próximo da vítima, que em nenhum momento é identificada". O raciocínio não funciona justamente para a pessoa mais interessada no episódio, a vítima.

*A **Folha** patinou na largada e chegou ao caso depois de seus principais concorrentes, mas não divulgou nada do que foi filmado. Publicou reportagem sobre a questão. "Especialistas apontam que tornar as imagens públicas, ainda que com o rosto da paciente borrado, pode revitimizá-la, ampliando os traumas do ato violento. Por essa razão, a **Folha** decidiu não reproduzir o vídeo nas reportagens sobre o caso." O texto enumera também as razões dos que defendem a exposição; ajudaria na identificação de outras vítimas e na prevenção de novos delitos.*

Discussão parecida se deu na última semana nos EUA sobre a divulgação, por um jornal local, das imagens do ataque de um atirador a uma escola infantil na cidade de Uvalde, no Texas. O argumento jornalístico para mostrar as cenas era comprovar que os policiais foram lenientes na ação. Muitos pais de crianças mortas, no entanto, não tinham ainda visto o vídeo e se revoltaram.

O caso embute debates subsidiários: o risco de glorificar o atirador, que aparece em ação; a ideia de que cenas mais explícitas do massacre têm potencial de indignação, necessária para restringir o acesso a armas. Essa segunda hipótese tem vários defensores, com a ponderação de que conteúdo e exposição deveriam ser combinados com os envolvidos.

Ninguém combinou com a vítima no Brasil. Uma breve vasculhada no Google mostra estrago continuado em sua imagem. Difícil não ver machismo na exposição desenfreada.

Nem sempre

*Se a **Folha** foi cuidadosa na última semana, em junho não pensou duas vezes ao divulgar vídeo feito pela polícia de um homem que se entregou em São Paulo relatando, com detalhes, participação nos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips. Seu envolvimento foi descartado dias depois, mas o site da **Folha** continua exibindo a fantasia, que nunca deveria ter deixado o distrito.*

Recesso

Antes que Roma arda em chamas por ordem do nosso Nero, a coluna faz uma pequena pausa e volta em 7 de agosto.

Punir Bolsonaro por discurso de ódio depende de interpretação

Parte de especialistas vê apologia ao crime e parte teme que argumentos sejam usados para censura

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Angela Pinho

SÃO PAULO Sem definição legal clara nem precedentes uniformes do STF (Supremo Tribunal Federal), o enquadramento de declarações do presidente Jair Bolsonaro (PL) como discurso de ódio depende de interpretação.

Para alguns especialistas no tema, determinadas falas de Bolsonaro poderiam ser enquadradas dessa forma e são passíveis de punição por crimes como o de racismo e de apologia de fato criminoso.

Outros veem risco de que eventual classificação dessa forma dê margem a uma censura ampla de discursos políticos.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) discursa durante missa em Natal (RN) antes de participar de motociata Twiter @rogeriosmarinho

O debate sobre o tema veio à tona após o assassinato do militante do PT Marcelo de Arruda, morto pelo policial penal bolsonarista Jorge Guaranho, que invadiu sua festa de aniversário gritando, segundo testemunhas, palavras de ordem a favor do presidente.

Na sexta (15), a Polícia Civil do Paraná anunciou a conclusão do inquérito, disse que o assassinato teve motivo torpe e que, tecnicamente, não será enquadrado como crime de ódio, político ou contra o Estado democrático de Direito, por falta de elementos para isso.

Acusado por alguns de incitar violência, Bolsonaro se defendeu em uma ofensiva por sua imagem. Disse dispensar o apoio de quem pratica violência contra opositores e telefonou para uma ala da família de Marcelo mais simpática a ele.

Representantes dos partidos que formam a coligação do ex-presidente Lula foram à PGR (Procuradoria Geral da República) para que Bolsonaro seja investigado por crimes de violência política e abolição violenta do Estado democrático de Direito. A peça cita os delitos de incitação ao crime e apologia de crime ou criminoso.

Não há no Código Penal um crime específico de discurso de ódio. Por isso, eventuais declarações interpretadas dessa forma devem ser enquadradas em tipos penais como os citados na representação à PGR ou em outros como o de racismo, por exemplo.

O Plano de Ação de Rabat da ONU, de 2013, estabelece seis condições para avaliar eventual crime em uma declaração. São elas: 1) o contexto social e político em que a fala foi feita; 2) a categoria do orador; 3) a intenção; 4) o conteúdo e a forma do discurso; 5) A extensão da discussão; 6) e a probabilidade de causar danos.

A frase de Bolsonaro que mais tem sido associada a discurso de ódio é sua declaração sobre "fuzilar a petralhada", dita em 2018.

"Vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre. Vamos botar esses picaretas pra correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir pra lá", afirmou.

Também têm sido lembradas declarações como "povo armado jamais será escravizado" ou o discurso com ameaças golpistas do dia 7 de setembro.

Voltou ao debate também evento no clube Hebraica do Rio, em 2018. "Eu fui num quilombola em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador eles servem mais", disse Bolsonaro.

Para o advogado e professor da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) Gustavo Binenbojm, as falas são exemplos de que em diversos momentos Bolsonaro proferiu discursos que incitam a violência em razão de alguma característica do grupo alvo.

Ele lembra declaração do juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos Oliver Wendell Homes Jr., de que não se pode proteger a liberdade de expressão de alguém que falsamente grite "fogo" em um teatro lotado.

Para Binenbojm, o STF deveria ter padrões mais claros de julgamento para os chamados casos de discurso de ódio.

Ele cita a disparidade entre a decisão do tribunal de condenar o deputado Daniel Silveira (PTB), afastando a imunidade parlamentar, e a de absolver Bolsonaro no caso das falas no clube Hebraica sob o manto justamente da imunidade parlamentar.

O advogado André Perecmanis também diz não ter dúvida de que a fala sobre "fuzilar a petralhada" configura discurso de ódio

Mas, assim como Binenbojm, ele vê como praticamente nula a chance de Bolsonaro ser responsabilizado durante seu mandato, já que eventual ação penal teria que ser proposta pelo procurador-geral da República, que em diversos momentos se mostrou alinhado ao presidente.

Samuel Vida, professor da Faculdade de Direito da UFBA (Universidade Federal da Bahia), diz que frases isoladas não são os únicos elementos que devem ser levados em conta.

Para ele, é preciso considerar elementos como o gestual da arma com as mãos e declarações cifradas como "você sabe como você deve se preparar" para as eleições.

"Não estamos diante de um caso isolado, de uma incontinência verbal, estamos diante de episódios que devem ser vistos como possivelmente conectados", afirma.

Apesar de compartilhar a preocupação com as falas de Bolsonaro, outros pesquisadores de liberdade de expressão manifestam o receio de que eventual restrição à sua comunicação, sob o enquadramento do discurso de ódio, possa ser usada no futuro para uma ação ampla de censura no país.

A advogada Arianne Nery, pesquisadora do Pleb - Grupo de Pesquisa sobre Liberdade de Expressão no Brasil da PUC-Rio, diz que a falta de coerência entre as decisões no Judiciário cria insegurança na análise do tema.

O professor Fábio Carvalho Leite, coordenador do grupo, avalia que criminalizar o discurso de Bolsonaro pode dar argumentos para censurar pessoas que hoje se opõem a esse tipo de discurso.

Ele cita o exemplo do mote "fogo nos fascistas", em comparação a "fuzilar a petralhada".

Ainda que se possa usar argumentos para diferenciar uma frase de outra, é possível de alguma forma equipará-las, diz Leite, o que seria problemático.

"Ninguém metralhou a petralhada depois do discurso de Bolsonaro, assim como ninguém está pondo fogo em fascistas ou apoiadores do Bolsonaro."

Ele não nega a preocupação com o aumento dos episódios e tensão, mas coloca em dúvida a possibilidade de o direito resolver a questão.

"Não fazer nada [em relação a esses discursos] é um problema, mas fazer também é", resume.

O petista Marcelo de Arruda em sua festa de aniversário Arquivo pessoal

Jorge Guaranho, policial penal pró Bolsonaro Reprodução @jorgeguaranho no Twitter

Último dia de petista morto teve manhã especial, culinária e pagode

Familiares alugaram salão e encomendaram decoração vermelha para festa de 50 anos de Marcelo

Artur Rodrigues

FOZ DO IGUAÇU (PR) O guarda municipal Marcelo de Arruda vinha planejando o seu aniversário de 50 anos havia um bom tempo. Ele queria que aquele fosse um dia inesquecível.

Os preparativos em Foz do Iguaçu incluíram o aluguel de salão de festas em um clube local e a encomenda da decoração vermelha e branca, feita para ser adaptada à temática escolhida, uma homenagem ao PT e ao ex-presidente Lula. Marcelo era um atuante militante petista.

Aquele dia 9 de julho, porém, terminaria com o assassinato de Marcelo pelo policial penal bolsonarista Jorge Guaranho, que invadiu a festa, gritou palavras a favor do presidente Jair Bolsonaro (PL) e contra o PT e atirou.

O sábado que acabou trágico amanheceu com celebração.

Marcelo ganhara de presente um café da manhã especial de um de seus melhores amigos, André Alliana, dono de um camping. Ele, a mulher e a filhinha de 40 dias do casal encontraram uma mesa farta quando chegaram ao local, por volta das 9h.

Marcelo estava feliz, segundo relato do amigo. Acabara de ser pai pela quarta vez, o que lhe dava um ar ainda mais alegre que de costume. O papo, descontraído, durou por volta de uma hora e meia.

"Como o Marcelo era o cozinheiro da festa, ele gostava de fazer as comidas, ele precisava finalizar algumas coisas", lembra a viúva, Pâmela. O cardápio era um prato chamado entrevero, uma mistura de carnes bovina, suína e de frango.

Era um aniversário especial para Marcelo, que incluiu preparativos que não foram feitos em anos anteriores. "A princípio, a gente não ia fazer por questão de grana. Mas depois falamos: 'Quer saber, grana sempre vai faltar. Vamos fazer porque não é todo dia que se faz 50 anos'".

Marcelo disse que, já que haveria a festa, queria escolher o tema —o assunto escolhido foi o PT, partido do qual era tesoureiro e pelo qual já disputara eleições para vereador e vice-prefeito.

A relação dele com o partido era longa, da época que se impressionou com a figura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos anos 1990, quando também se engajou no sindicalismo ao entrar na Guarda Civil Municipal de Foz do Iguaçu.

Como não havia decoração com temática do PT para alugar, o jeito foi pedir uma vermelha e branca, que depois seria incrementada com adereços da sigla, incluindo uma toalha do ex-presidente.

O local da festa seria a Aresf, associação de funcionários de Itaipu, cujo salão foi alugado por um irmão de Marcelo, ex-funcionário da companhia.

A festa seria à noite, mas por volta das 15h Marcelo saiu de casa com a família rumo ao salão de festas, em um trajeto de apenas cerca de cinco minutos de carro.

Logo em seguida quem apareceu foi Leonardo, 26, o mais velho dos quatro filhos de Marcelo. Ele lhe deu de presente um copo térmico que o pai pedia havia tempo. A cor, para combinar com a festa, era vermelha.

Leonardo encontrou o pai atarefado com o trabalho na cozinha. Acabou incumbido de cortar o vinagrete e fazer os molhos —Marcelo era exigente na apresentação dos pratos e cobrava cortes padronizados nos alimentos.

A essa altura, em outro lugar na mesma cidade, o policial penal Jorge Guaranho, 38, também estava incumbido de assuntos de cozinha, em uma comemoração da família de sua mulher.

"Pediram para ele ir acender a churrasqueira e fazer o churrasco para eles", diz a mãe dele, Valdelice Rosa. Depois de um tempo, segundo ela, a mulher de Guaranho, mãe de um bebê recém-nascido, também foi até o local, embora estivesse um pouco contrariada.

O casal havia se conhecido quatro anos antes, quando o policial se mudou do Tocantins para o Paraná. Ambos viviam em uma casa espaçosa, em um bairro de classe média de Foz do Iguaçu, a apenas quatro minutos de carro da Aresf —associação frequentada pelo policial e onde ocorria a festa de Marcelo.

Veio a noite em Foz do Iguaçu, e o aniversariante estava ansioso. Poucos convidados haviam chegado à festa.

"Ele estava meio preocupado, disse que tinha feito bastante comida: 'Não sei se o pessoal vai chegar, se o pessoal vai vir'", lembra o filho, que tranquilizou o pai dizendo que aqueles que viessem seriam os que deveriam estar lá com ele naquele dia.

Os amigos começaram a chegar, e a tensão inicial de Marcelo se dissipou. Leonardo aproveitou para elogiar o evento: "Tua festa tá massa". "Você é o cara, me ajudou", o pai respondeu.

Ainda havia muito chope, e Marcelo não queria ir embora tão cedo. Tocava pagode, incluindo músicas do grupo Revelação, do qual o petista era fã.

Se no Brasil a polarização política havia interrompido relações de anos, até ali isso não acontecia na festa. Amigos de Marcelo relatam que, entre as brincadeiras da noite, estava tentar fotografar convidados bolsonaristas que passavam próximos aos adereços do PT.

Além das bexigas vermelhas, havia dois tonéis com a sigla PT e uma toalha na parede com a foto de Lula.

O clima de brincadeira com a questão política, inclusive, faria mais tarde com que Jorge Guaranho, ao gritar o nome de Bolsonaro, tenha sido confundido com um amigo do aniversariante. Alguém teria dito a Marcelo: "Vai atender que chegou mais um amigo seu bolsonarista".

No churrasco onde estava Guaranho, um dos convidados abriu o aplicativo com acesso às imagens das câmeras da Aresf, onde era possível ver a decoração petista, segundo testemunha ouvida pela polícia.

O homem era ligado ao clube e tinha o hábito de verificar as câmeras por questão de segurança. O policial penal, que estava na rodinha, conseguiu visualizar as imagens. Na hora, não teria comentado nada. Ele continuou por mais de uma hora no churrasco antes de sair e se dirigir até o clube.

Quando o policial chegou no local, com a mulher e o filho em um Hyundai Creta, ouvia a música com os dizeres: "O mito chegou e o Brasil acordou".

Aí o que era festa começou a virar tragédia.

Amigos e familiares relataram à **Folha** que Guaranho passou uma vez de carro em frente ao lugar, retornou e ficou xingando.

Marcelo, segundo amigos, teria dito: "Cara, vai embora, isso aqui é uma festa particular". As imagens das câmeras mostram o homem gritando algo, Marcelo pega terra de uma floreira e lança contra ele.

O policial, então, saca uma arma. A mulher do petista, que é policial civil, aparece para apaziguar a situação, e o homem vai embora —segundo relatos ouvidos pela **Folha**, prometendo voltar.

"Eu pensei na hora: vou ligar pros colegas para levantar a placa e vir uma viatura aqui, mas não deu tempo", relata Pâmela.

Marcelo voltou para dentro da festa relatando a André Alliana o episódio e dizendo que ia buscar uma arma. "Para, ele não vai voltar", disse o amigo. Marcelo responde: "Vai que esse louco volta e pega a gente desprevenido".

Marcelo não era do tipo de que vivia grudado com a arma e, durante a festa, havia deixado sua Taurus PT 380 no carro. "Em quase 30 anos, nunca vi ele dar um carteiraço, apontar uma arma, era o cara da paz", diz André.

Daquela vez, porém, Marcelo sabia que não era brincadeira. Foi até o veículo, voltou com a arma e a festa seguiu.

Segundo relato de familiares de Guaranho, que negam a motivação política da agressão, o policial penal se sentiu ameaçado com a reação dos participantes da festa e, por isso, voltou. "Isso não vai ficar assim, nós fomos humilhados", teria dito o policial à esposa, segundo a polícia.

Guaranho não cedeu aos apelos da mulher e, mesmo assim, resolveu voltar. Encontrou o portão fechado e, interpelado pelo caseiro, disse: "Sai da frente, o problema não é com você, eu vou entrar".

Às 23h40, ele estacionou novamente o carro em frente ao salão. Algumas pessoas avisaram a Marcelo que Guaranho havia voltado, e o guarda civil carregou a arma e a colocou na cintura.

Com o distintivo na mão, Pâmela tentou argumentar com Guaranho. "Eu estava tentando estabelecer um diálogo com ele para que ele se acalmasse. Na minha ideia, aquele tipo de briga é idiota, não tem cabimento ficar discutindo se sou Bolsonaro e PT. Estava dizendo baixa a arma, aqui é polícia, e ele, quando viu o Marcelo, fez os disparos".

Antes dos tiros, porém, Marcelo e Guaranho, armados, pediram um para o outro abaixarem a arma por alguns segundos. Até que o policial penal apertou o gatilho primeiro e disparou na direção de Marcelo com uma Taurus .40, sua arma funcional.

Em seguida, ele correu para dentro do salão de festas e mirou em Marcelo, caído no chão. No total, foram quatro tiros, sendo que dois atingiram o petista.

Pâmela veio atrás e conseguiu derrubá-lo —ela diz que só sabe exatamente o que fez por ter visto o vídeo ("se falar que lembro, não lembro, o corpo responde tão rápido").

É nesse momento que Marcelo, mesmo baleado no chão, conseguiu reagir. Ele deu dez tiros, e quatro atingem o policial penal.

A festa terminou com ambos caídos, um de cada lado do salão: Marcelo, que morreria no dia de seu aniversário, e Guaranho, gravemente ferido.

> "Eu estava tentando estabelecer um diálogo para que ele se acalmasse. Na minha ideia, aquele tipo de briga é idiota, não tem cabimento ficar discutindo se sou Bolsonaro e PT. Estava dizendo baixa a arma, aqui é polícia
>
> **Pâmela Silva**
> mulher do petista Marcelo de Arruda

Veja o que se sabe sobre o caso de petista morto

Como ocorreu o crime? O ataque aconteceu durante o aniversário de 50 anos de Marcelo de Arruda, comemorado com uma festa temática do PT, em Foz do Iguaçu (PR). Segundo os relatos à polícia, Jorge Guaranho passou de carro em frente ao salão de festas dizendo "aqui é Bolsonaro". Ele saiu após uma discussão e disse que retornaria. Guaranho retornou, invadiu o salão de festas e atirou em Arruda. O petista, já ferido no chão, também baleou o bolsonarista.

O que a polícia concluiu? A Polícia Civil do Paraná anunciou na sexta-feira (15) a conclusão do inquérito que investigou em menos de uma semana o assassinato. Guaranho foi indiciado sob a suspeita de homicídio duplamente qualificado. De acordo com a polícia, o crime teve motivo torpe e, tecnicamente, não será enquadrado como crime de ódio, político ou contra o Estado democrático de Direito. A polícia admite que tudo começou com uma provocação do bolsonarista seguida de discussão por questões políticas. Mas diz que, para enquadrá-lo como um crime político, seriam necessários requisitos, como o de tentar impedir ou dificultar outra pessoa de exercer direitos políticos. A pena de homicídio simples prevista na legislação vai de 6 a 20 anos de prisão. Com a presença do motivo torpe, pode ir de 12 a 30 anos.

O diz a lei sobre crimes de ódio ou políticos? Não há na legislação brasileira tipos penais específicos de crime de ódio com motivação política e nem de crime político de matar adversário partidário ou ideológico. Mas o caráter político pode ser considerado motivo torpe ou fútil do homicídio e elevar a pena de prisão ao máximo de 30 anos. A motivação política de um delito é diferente de um crime político, aplicável no caso de violações contra o Estado democrático de Direito.

Mas o que são crimes de ódio? São entendidos como aqueles que envolvem a aversão a determinados grupos e segmentos da população, como racismo e homofobia. Não existe na legislação brasileira, contudo, a previsão específica de crime de ódio ou crime de ódio com motivação política.

E o crime de violência política? Consiste em restringir, impedir ou dificultar "o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional", com emprego de violência física, sexual ou psicológica. A pena é de três a seis anos de reclusão e multa.

Quais foram as reações à conclusão da polícia? Houve crítica de petistas. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), afirmou que a polícia não quis reconhecer "que foi cometido um crime de ódio com evidente motivação política". O ministro Ciro Nogueira (PP), aliado de Bolsonaro, criticou a imprensa por ter, segundo ele, dito que o crime foi político.

Aliados de Freixo acusam bolsonarista de ameaçar ato

Rodrigo Amorim diz que local era ponto de encontro para evento do seu partido

RIO DE JANEIRO Um ato político no Rio de Janeiro terminou com tensão neste sábado (16). Lideranças políticas e militantes de partidos de esquerda afirmam que um grupo encabeçado pelo deputado estadual bolsonarista Rodrigo Amorim (PTB-RJ) fez ameaças e interrompeu uma caminhada com a participação do deputado federal Marcelo Freixo (PSB-RJ). Freixo é pré-candidato ao governo estadual.

O caso ganhou repercussão nas redes sociais. Políticos e militantes disseram terem sido encurralados por Amorim e por outros homens na Praça Saens Peña, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. O local foi escolhido como ponto de encontro da agenda com Freixo durante a manhã.

Houve relatos de empurrões e xingamentos. Apoiadores do pré-candidato ao governo também disseram que homens armados estavam na praça acompanhando o deputado estadual e que bandeiras foram rasgadas.

Em uma transmissão nas redes sociais, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB), aliada de Freixo, confirmou que foi ao ato e disse que o grupo de Amorim buscou encurralar os presentes em um espaço próximo a feirantes.

"Começaram a agredir, a empurrar as mulheres, a empurrar as pessoas. Está tudo filmado", relatou. "Resolvemos parar a atividade porque obviamente não iria acabar bem."

"É uma denúncia da violência política que está ocorrendo nas eleições. Vamos tomar providências, e providências duras [...]. Não sairemos da rua. O povo não deve se intimidar. Democracia é estar nas ruas", acrescentou.

A praça na Tijuca abriga um espaço apelidado por partidos de esquerda de "esquina democrática". O ponto costuma receber atos de viés político.

Em vídeo divulgado por sua assessoria na tarde de sábado, Freixo disse que foi até o endereço para conversar com feirantes e outros trabalhadores.

Sem citar o nome de Amorim, o pré-candidato afirmou que as pessoas presentes na agenda foram surpreendidas

O deputado bolsonarista Rodrigo Amorim (PTB-RJ) discute com apoiadores de Marcelo Freixo Reprodução

por um "deputado ligado ao governador Cláudio Castro e ao presidente Jair Bolsonaro".

"Ele estava acompanhado de dez marginais armados que foram para cima das pessoas [...]. Não é disso que o Rio de Janeiro precisa neste momento. O Rio precisa de paz, de união, de diálogo", disse.

"A gente já encaminhou todos os boletins de ocorrência para a Justiça Eleitoral", completou Freixo, que apoia o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), rival de Bolsonaro nas eleições deste ano.

A assessoria de Amorim afirmou que não houve violência física no episódio deste sábado. O parlamentar argumentou que estava na praça da Tijuca porque o local era ponto de partida para um evento do PTB em São Cristóvão, também na zona norte do Rio.

O deputado estadual ainda relatou ter ouvido ofensas contra sua família e a de Bolsonaro. Amorim esteve envolvido na quebra de uma placa em homenagem à vereadora Marielle Franco em 2018. Ele estava acompanhado na ocasião pelo deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ).

"O deputado Rodrigo Amorim informa que estava com apoiadores na Praça Saens Pena, ponto de encontro para irem a um evento do PTB em São Cristóvão, quando uma equipe do deputado Marcelo Freixo começou a ofender sua família e a do presidente da República", afirmou, em nota, a assessoria de Amorim.

"Freixo estava em campanha antecipada na praça, com sua equipe de seguranças armados irregulares, alvo de CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] criada pelo deputado Rodrigo Amorim na Alerj [Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro]", completou.

Um vídeo compartilhado nas redes sociais mostra uma discussão do parlamentar com outra pessoa não identificada neste sábado. O deputado é acompanhado por outros homens nas imagens. Há registro de gritos e xingamentos entre os presentes.

"Eu e outros militantes de esquerda estávamos em uma caminhada com Freixo na Praça Saenz Pena quando fomos atacados por um grupo armado bolsonarista liderado pelo deputado Rodrigo Amorim, que nos agrediu, quebrou bandeiras e nos ameaçou", escreveu o pré-candidato a deputado estadual Rodrigo Mondego (PT), que indicou que procuraria a polícia para registrar a ocorrência.

"Um monte de brutamontes armados (e exibindo suas armas), quebrando bandeiras e encurralando os pré-candidatos adversários é violência política. A Justiça eleitoral precisa agir para impedir esses abusos e garantir uma disputa democrática. Queremos debate sobre propostas", afirmou Tiago Prata (PSB), o Pratinha, também pré-candidato a deputado estadual.

A Polícia Civil relatou que o caso foi registrado na 19ª Delegacia de Polícia (Tijuca) como ameaça e injúria.

"Foram colhidos depoimentos dos envolvidos. O procedimento será encaminhado à Coordenadoria de Investigações de Agentes com Foro (CIAF), órgão especializado da Secretaria de Estado de Polícia Civil, que possui atribuição para dar seguimento a este tipo de investigação", afirmou.

Às vésperas das eleições, o Brasil acumula episódios de tensão e violência política. Neste mês, um ato com apoiadores de Lula na Cinelândia, no centro do Rio, foi alvo de um artefato explosivo.

Há uma semana, um policial penal federal bolsonarista invadiu uma festa de aniversário e matou a tiros o guarda municipal e militante petista Marcelo Aloizio de Arruda em Foz do Iguaçu (PR).

A Polícia Civil do Paraná, contudo, indicou que o crime teve motivo torpe. Ou seja, tecnicamente, não será enquadrado como crime de ódio, político ou contra o Estado democrático de Direito, por falta de elementos para isso.

A polícia admitiu que tudo começou com uma provocação do bolsonarista seguida de discussão por questões políticas e ideológicas. Mas diz que, para enquadrá-lo como um crime político, seriam necessários requisitos para isso, como o de tentar impedir ou dificultar outra pessoa de exercer direitos políticos.

'Democracia não vai embora', diz bispo em ato por Bruno e Dom na Catedral da Sé

William Cardoso

SÃO PAULO Um ato inter-religioso em defesa dos povos indígenas reuniu centenas de pessoas na manhã deste sábado (16), na catedral da Sé, em São Paulo (SP). O evento foi também uma homenagem e um pedido de justiça motivado pelas mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, assassinados no Vale do Javari, em 5 de junho deste ano.

Dom Pedro Luiz Stringhini, presidente da regional sul 1 da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), lembrou do culto inter-religioso em memória do jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura militar em 1975. Na ocasião, que reuniu milhares de pessoas, lideranças religiosas, incluindo dom Paulo Evaristo Arns se manifestaram por justiça.

"Eles anunciaram que a ditadura iria acabar e a democracia chegaria. E chegou. Hoje, estamos aqui para dizer que a democracia não vai embora. Haverá eleições e haverá

Máximo Wassu fez uma oração na Sé @OArcanjoNoAr no YouTube

democracia. A catedral da Sé, de São Paulo, mais uma vez, acolhe um culto inter-religioso em favor dos direitos humanos, da justiça e da paz", disse.

Durante sua fala, Stringhini também se solidarizou com a família do guarda civil Marcelo Arruda, assassinado no último dia 9, em Foz do Iguaçu (PR), pelo policial penal bolsonarista Jorge Guaranhu, enquanto comemorava seu aniversário. "Crime político, por mais que a polícia do Paraná diga o contrário", afirmou.

Em um dos momentos mais emocionantes do ato realizado na Sé neste sábado, Clarice Herzog, a viúva do jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura militar em 1975, abraçou as viúvas de Bruno e Dom, a antropóloga Beatriz de Almeida Matos, 43, e a designer Alessandra Sampaio, respectivamente.

A viúva de Dom agradeceu aos povos indígenas. "Queria deixar minha gratidão verdadeira pelas comunidades indígenas tradicionais desse Brasil, que mantêm nossas florestas de pé. Graça a eles! A gente tem que se unir a essa luta que é nossa também", afirmou Alessandra Sampaio.

A antropóloga Beatriz Matos disse que a força espiritual do marido e do jornalista é o que a move no momento. "O Bruno também era muito movido por amor. Até quando era bravo, intransigente, era uma certeza e um amor ao que realmente importa", disse.

Durante o ato, foi lido um manifesto em defesa dos povos indígenas do Brasil e em homenagem a Bruno Pereira e Dom Phillips. O documento cobra medidas contra a violência e os crimes praticados por uma "ganância financeira que se sobrepõe à vida".

Além de lideranças indígenas, representantes de diversas vertentes religiosas e da sociedade civil, também estiveram presentes artistas, como a cantora Daniela Mercury e o cantor Chico César.

Após as falas iniciais, o grupo indígena Opy Mirim, com 17 integrantes, fez uma apresentação musical em frente ao altar. O líder indígena Máximo Wassu fez uma oração ao lado das companheiras de Dom e Bruno.

Ministro pede que PF investigue filme com ataque a presidente

SÃO PAULO O ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, determinou que a Polícia Federal investigue uma produção cinematográfica em que um personagem semelhante ao presidente Jair Bolsonaro (PL) participa de uma motociata e sofre um ataque.

Em vídeos e fotos que circularam em contas de bolsonaristas nas redes sociais neste sábado (16), o personagem com a faixa presidencial aparece caído no chão e sujo de sangue, aparentemente após ter sido vítima de uma ação violenta.

As publicações, feitas também por deputados apoiadores de Bolsonaro e pelos filhos do presidente, deixam claro se tratar de uma filmagem — e é possível ver um set de gravação nas imagens.

"As imagens são chocantes e merecem ser apuradas com cuidado", disse o ministro.

O filme foi atribuído por bolsonaristas, como Carla Zambelli (PL) e Mário Frias (PL), à Rede Globo, mas, em nota divulgada pelo G1, a emissora negou que se trate de produção sua e indicou que as filmagens seriam do filme "A Fúria", do cineasta Ruy Guerra, 90. A obra encerra a trilogia de "Os Fuzis" (1964) e "A Queda" (1977).

Questionado pela **Folha**, Guerra afirmou que não falaria sobre o filme até o seu lançamento e não especificou quando isso ocorrerá. Ele confirmou que está gravando o filme "A Fúria", mas disse não saber se as cenas compartilhadas nas redes pertencem à sua obra.

Mesmo após a descrição das cenas pela reportagem, ele se recusou a falar sobre o assunto. "Não sei dizer porque não vi", disse.

Os apoiadores de Bolsonaro criticaram as cenas, afirmando que se trata de discurso de ódio da esquerda e de incentivo à violência.

A acusação de que a esquerda promove discurso de ódio a partir das cenas ocorre na semana em que a incitação à violência pelo presidente Bolsonaro esteve em discussão, após o assassinato do petista Marcelo de Arruda pelo bolsonarista Jorge Guaranho em Foz do Iguaçu (PR). **Carolina Linhares**

Muito além dos votos

Eleição lavajatista de 2018 recebe inconfidência sugestiva de John Bolton

Janio de Freitas
Jornalista

O apoio majoritário do eleitorado é pouco para garantir a vitória. A Constituição o dá como a condição decisiva, mas sua força moral e jurídica é muito inferior à de seus inimigos, baseada nos fatores opostos. Artifícios e artimanhas ilegítimas no processo eleitoral, quando não criminais, têm sido a sina latino-americana. Exceto quanto a 64, no Brasil há pouco interesse pelo conhecimento desse submundo, com revelações apenas esparsas e quase todas casuais. Em maior número, talvez, vindas do exterior.

A eleição lavajatista de 2018, cujos fatores decisivos são conhecidos só na superfície mais grosseira, recebeu agora uma inconfidência sugestiva. Ex-conselheiro de Segurança Nacional de Trump, John Bolton fortaleceu sua crítica ao golpe trumpista com este argumento: fala "como alguém que já ajudou a planejar golpes de estado, não aqui, mas, você sabe, em outros lugares".

Nos 17 meses que antecederam a demissão de Bolton por Trump, em 10 de setembro de 2019, houve duas articulações golpistas contra processos eleitorais para presidências latino-americanas. A partir da conclusão de observadores da OEA, a reeleição do índio Evo Morales na Bolívia foi dada como fraudulenta, e ele decidiu renunciar em 10 de novembro de 2019. Aguentara três meses de fortes manifestações, que vinham de antes da eleição (13 de outubro de 2019) já com a acusação de fraude —como no Brasil de 2018, como nos EUA de 2020. Não por táticas isoladas, claro.

Houve inúmeras denúncias de interferência americana na conturbação do país, ainda com Bolton como operador da "segurança externa" dos EUA. Os indícios incitaram a ONU e duas universidades americanas (uma delas, Harvard) a investigações próprias sobre a fraude acusada. Resultado unânime: eleição sem fraude, vitória limpa de Evo no primeiro turno. Fraudulenta foi a OEA, tão integrante dos domínios americanos quanto o Havaí ou o Alasca. Secretário-geral da entidade, Luis Almagro articulou a alegada observação e as conclusões golpistas da OEA.

(Aqui, o TSE tem sido infeliz em convites recentes. Além da gentileza ao Exército, que viu oportunidade de golpismo, convidou a OEA para observadora. E quem observará os observadores da OEA de Luis Almagro, ainda em ação?)

John Bolton foi o primeiro emissário mandado a Bolsonaro. Caso de urgência: veio ainda antes da posse. Em 29 de novembro de 2018, os dois se trancaram a chave em um quarto da casa de Bolsonaro no condomínio Vivendas da Barras. Presença a mais, só o tradutor. Segredo absoluto, nenhuma informação dos interlocutores nem sobre algum tema, até hoje nenhum vazamento.

Na contramão de Bolton foram as repentinas viagens de Sérgio Moro aos EUA, em plena atividade da Lava Jato e sem mais do que pretextos ralos, nem estes ligados ao passos mais ou menos públicos da operação. Bolton esteve na ativa externa da "segurança" por todo o ápice da Lava Jato, a atividade em 2018 para deixar o caminho livre a Bolsonaro. Ano, também, em que funcionários americanos se instalaram aqui a título de colaborar com a Lava Jato. Descobertos, foram dados como procuradores e promotores. Ao menos 16. Nenhum se confessou do FBI ou da CIA. Nos inquéritos da Lava Jato não havia negócios com o governo americano.

A ida de Sérgio Moro para os EUA, sob pretensa ligação societária a um escritório que lida com intimidades sigilosas de grandes empresas, não é fato isolado. No mínimo, decorreu da Lava Jato. E tem particularidades. Entre ida e volta, Moro não teve tempo sequer de se adaptar: precisaria conhecer, entre outros fundamentos, o Direito Comercial americano, a jurisprudência específica e mais as técnicas correlatas. Apesar disso, em meia dúzia de meses voltou com milhões para uma pretendida candidatura à Presidência, já declarada contrária a políticas progressistas.

Achar que John Bolton, alegados procuradores e promotores americanos, Trump, Bolsonaro, Lava Jato e trapaças judiciais, juiz declarado "sem imparcialidade e suspeito", Sérgio Moro e Deltan Dalagnol, se vistos como partes de um conjunto, formam mera teoria da conspiração, é coisa de impostor ou mero perdão. Se for professor ou jornalista a invocá-la, é impostor porque não conhece nem o seu tempo, nem a história que trouxe a ele. Os outros, com os quais se deve conceder à ignorância involuntária, levam o perdão por pena.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | **SEG. Celso R. de Barros** | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Alberto Pimentel, presidente do Republicanos em Feira de Santana (BA), desfila em Pajero blindada @albertopimenteljr no Instagram

Partidos compram 24 carros de R$ 100 mil ou mais com verba pública

Com cofres abarrotados pela onda bolsonarista de 2018, PSL liderou gastos; veículos incluem um blindado

> Toda empresa que queira ter resultado em seu trabalho tem que ter as ferramentas necessárias
>
> **Adilson Barroso**
> presidente do Patriota à época da aquisição de um carro

Lucas Marchesini e Ranier Bragon

BRASÍLIA Duas Mitsubishi Pajero, uma delas blindada, uma Range Rover e uma Toyota Hilux estão entre os 24 carros de R$ 100 mil ou mais comprados com verba pública por partidos políticos de 2017 a 2020.

A sigla que montou a maior frota foi o PSL, que saiu da condição de nanico e se tornou uma das maiores do país por ter abrigado Jair Bolsonaro (hoje no PL) nas eleições de 2018. Em 2019 suas verbas públicas se multiplicaram por cinco, chegando a R$ 98 milhões.

Hoje o partido se chama União Brasil, resultado de sua fusão ao DEM.

O sistema do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) aponta que o PSL comprou sete veículos, por R$ 1,3 milhão. Foram três pelo diretório da Paraíba, dois pela direção nacional, um pelo diretório de Salvador (BA) e outro pelo diretório de Jaraguá do Sul (SC).

Os dados dos gastos de verba pública pelas legendas no quadriênio 2017-2020 foram reunidos e organizados pelo Movimento Transparência Partidária.

O veículo mais caro comprado pelo PSL foi uma Land Rover Range Rover preta, zero quilômetro, adquirida pelo diretório da Paraíba por R$ 381 mil. Os outros carros comprados pelo diretório foram um Volkswagen Tiguan preto, que custou R$ 189 mil; e uma Amarok da mesma montadora, de R$ 165 mil.

Todos são veículos de alto padrão.

Procurado, o partido disse que que apenas a Amarok permanece com a legenda.

O deputado federal Julian Lemos (União Brasil-PB), à época presidente do PSL-PB, afirmou que o diretório usou o Tiguan por cerca de um ano "porque não compensava alugar". Ele alegou que a compra e posterior venda do carro representou economia maior.

Em relação à Land Rover, o carro foi adquirido em dezembro de 2019 e devolvido à loja em agosto de 2020 pelo mesmo valor que custou, R$ 381,2 mil. O partido afirmou ter chegado à conclusão de que não compensava o custo de manutenção.

De acordo com Lemos, "nem foi finalizada a compra, o carro ficou na loja". O sistema do TSE aponta a despesa nas contas de 2019 e receita do mesmo valor em 2020.

"Um partido desse tamanho só ter um carro no estado para tudo é o mínimo. Atividade de partidária se faz com carro de partido mesmo", disse.

Já o diretório nacional do PSL comprou um Toyota Hilux SRV por R$ 118 mil e um Toyota Corolla por R$ 100 mil, ambos em 2019.

A direção nacional do partido disse que "os tribunais eleitorais, ao analisarem as prestações de contas dos partidos, perceberam que a aquisição de veículos é mais vantajosa que a locação".

"Foi seguindo essa recomendação que o União Brasil decidiu há alguns anos comprar veículos, e não alugar. Os dois carros disponibilizados para a direção nacional do partido são utilizados para atividades administrativas e transporte de autoridades", acrescentou.

O diretório do PSL de Salvador comprou uma Mitsubishi Pajero preta blindada, ano 2015/2016, por R$ 125 mil. O carro seguiu com o então presidente do partido na cidade, Alberto Pimentel, que agora comanda o diretório de Feira de Santana (BA).

"Ele foi comprado para auxiliar nos trabalhos partidários. É um carro grande e blindado, o que auxilia melhor na segurança e tem um baixo valor de mercado comparado aos mais novos com capacidade inferior, a exemplo do Corolla", disse Pimentel, que é casado com a deputada Professora Dayane Pimentel (União Brasil-BA).

Ao todo, 22 partidos registraram a compra ou financiamento de 80 carros entre 2017 e 2020 pelo valor total de R$ 6,9 milhões.

O nanico Patriota foi partido que comprou o carro mais caro entre 2017 e 2020, se excluído o veículo comprado e devolvido pelo PSL da Paraíba. Trata-se de uma Mitsubishi Pajero preta, de R$ 260 mil. A sigla adquiriu ainda outros quatro veículos, totalizando gasto de R$ 740 mil, o que a torna campeã desse tipo de despesa, proporcionalmente ao valor do fundo partidário recebido (0,65%).

O partido tinha apenas seis deputados quando a compra foi feita. O presidente da sigla na época, Adilson Barroso, justificou a aquisição à **Folha** dizendo que "toda empresa que queira ter resultado em seu trabalho tem que ter as ferramentas necessárias."

Também entre os veículos mais caros está uma Toyota Hilux, comprada pelo diretório do PP no Tocantins por R$ 213 mil em outubro de 2020. O diretório no estado é comandado pela senadora Kátia Abreu, que não respondeu aos questionamentos.

Os partidos usam ainda a verba que recebem do governo federal para outros gastos ligados à locomoção. Foram R$ 27,5 milhões em combustível e R$ 29 milhões categorizados como outras despesas de transporte, o que inclui táxi, pedágios e fretes, por exemplo.

Com viagens aéreas foram R$ 100,4 milhões em passagens e R$ 20,2 milhões com fretamentos de aeronaves.

"Hoje, os partidos brasileiros são custeados fundamentalmente por fundos públicos, que têm crescido exponencialmente nos últimos anos. O que se vê nesse período, no entanto, é o Congresso Nacional debatendo propostas que, a pretexto de assegurar a autonomia das legendas, procuram flexibilizar suas obrigações em relação à aplicação desses recursos e dificultar a identificação de irregularidades", disse o diretor-executivo do Transparência Partidária, Marcelo Issa.

Ele ressaltou que a Justiça Eleitoral identifica inúmeras irregularidades, muitas vezes reincidentes, que têm levado à devolução de milhões de reais todos os anos aos cofres públicos.

"A forma como os partidos políticos utilizam os recursos públicos com os quais são financiados é um bom indicativo de como deverão geri-los ao ocupar a administração pública."

Nos últimos anos, tornou-se uma tradição o Congresso aprovar minirreformas políticas e eleitorais nos anos que antecedem as eleições, geralmente para flexibilizar regras de fiscalização, punição e transparência.

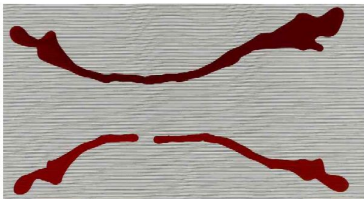
Pela lei, os partidos políticos recebem anualmente verba pública para seu custeio, o fundo partidário. A previsão para este ano é de R$ 1 bilhão, dividido na proporção dos votos obtidos pelas 32 legendas nas eleições para a Câmara dos Deputados.

É longa a lista de uso irregular ou questionável dessas verbas, com gastos em bens de luxo, restaurantes caros, entre outros fins sem relação clara com a atividade partidária.

Em 2017, por exemplo, o Ministério Público Federal obteve a quebra do sigilo bancário do Pros (Partido Republicano da Ordem Social) em decorrência do uso do dinheiro público para compra de helicóptero (R$ 2,4 milhões), aeronave bimotor (R$ 400 mil) e uma série de imóveis, entre eles uma mansão de R$ 4,5 milhões no Lago Sul, uma das regiões mais nobres de Brasília.

Em abril de 2022 o TSE rejeitou as contas do partido relativas a 2016 e determinou a devolução de R$ 11 milhões aos cofres públicos pela sigla não ter comprovado a finalidade exclusivamente partidária na compra de aeronaves, imóveis e veículos.

> A forma como os partidos políticos utilizam os recursos públicos com os quais são financiados é um bom indicativo de como deverão geri-los ao ocupar a administração pública
>
> **Marcelo Issa**
> diretor-executivo da Transparência Partidária

Juliana Freire

André Esteves produziu uma boa notícia

Os bolsistas contaram histórias emocionantes

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Em 2019 o banqueiro André Esteves (BTG) teve uma ideia. Ele e seu sócio Roberto Sallouti resolveram criar uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos, nos moldes dos institutos de tecnologia de Massachusetts e da Califórnia, surgidos nos Estados Unidos no século 19. Assim começou o Inteli, Instituto de Tecnologia e Liderança. Esteves doou R$ 200 milhões para a construção do campus e os custos operacionais.

(Nunca é demais lembrar que a vigorosa classe média americana dos anos 50 do século passado foi produzida em boa parte pela GI Bill de 1944, pela qual o presidente Franklin Roosevelt garantiu matrículas em universidades para 2,2 milhões de soldados que estavam combatendo na Europa e no Japão.)

Passados três anos, o Inteli existe, funciona em São Paulo num campus de 10 mil metros quadrados, e as aulas começaram para 180 estudantes (28% negros ou pardos). Oferece cursos de ciências e engenharia da computação e sistemas da informação. A mensalidade custa R$ 5.500, mas metade dos alunos têm bolsas parciais ou totais.

Eles vieram de 63 cidades de 18 estados. Quando é o caso, recebem auxílio para moradia, alimentação e compra de equipamentos. É um dos maiores programas de bolsas da rede de ensino privada. Custa cerca de R$ 40 milhões e foi alimentado por 23 doações, do BTG, de seus sócios e de empresas privadas. A Fundação Telles, do empresário Marcel Telles, deu cinco bolsas. O Grupo Gerdau, quatro. Zero dinheiro da Viúva.

O Inteli paga ao seu corpo de professores salários três vezes superiores na média aos da rede privada de ensino. A pleno vapor, terá 2.000 alunos.

Essa iniciativa é mais um exemplo do surgimento de uma mentalidade filantrópica no andar de cima nacional. Ela estimula o desenvolvimento tecnológico, área onde o Brasil prenuncia uma escassez de mão de obra. Isso no mundo dos grandes projetos, mas é na vida real da garotada que a ação do Inteli chega a ser emocionante.

Durante seu primeiro ano de cursos, o instituto produziu uma brochura com dezenas de depoimentos de bolsistas. Eles descreveram seus contextos familiares e mandaram mensagens aos doadores. É um documento que retrata o efeito benigno da filantropia e mostra uma juventude que esteve perto de descarrilar por falta de uma oportunidade.

Há casos de jovens vindos de famílias pobres, que não poderiam chegar a escolas de ensino superior. Esse é o caso de Alysson Carlos de Castro Cordeiro, 21 anos, de São Luís (MA):

"Na minha casa moram quatro pessoas, embora tenha uma casa nos fundos que foi dividida para minha outra irmã e seu namorado, deixando a casa menor para a família. Meus pais não terminaram o ensino fundamental. Minha mãe e minha irmã são feirantes (elas ajudam na economia da casa). Meu pai é pedreiro e caixeiro, contudo está desempregado."

Ele diz ao seu patrono: "Estou louco para que meu futuro aconteça para que eu possa ser um doador também. Agora eu te considero o meu pai adotivo-de-bolsa, não se preocupe; eu que te adotei kkkk."

O pai da mineira Bianca Cassemiro Lima, de 18 anos, é borracheiro. Ela manda sua mensagem: "Nunca se esqueça, você mudou minha vida".

São muitos os casos de jovens que conseguiram bolsas em escolas privadas, filhos de famílias de classe média com pai ou mãe que estudaram e estão desempregados, ou com ocupações precárias. Um tem o pai que concluiu o ensino médio trabalhando como cortador de grama e pintor. Em outro caso, os pais bancários estão desempregados.

Camila Fernanda de Lima Anacleto, 24 anos, de Campinas, é filha de uma técnica de enfermagem e o pai é freelancer. Ela resume as experiências de muitos outros bolsistas: "Meus pais me perguntaram diversas vezes se era real mesmo. Eu mesma me faço essa pergunta. É real mesmo?"

O exemplo de Gabriela

Se iniciativas como a do Inteli prosperarem, serão milhares os jovens que lutam, levam pancadas da vida e levantam-se com a ajuda de uma mão generosa. Foi isso que aconteceu a Gabriela Rodrigues Matias, 21 anos, de São Paulo. Ela concluiu o ensino médio numa escola pública (estudava das 7h às 22h porque resolveu fazer um curso técnico de eletrônica, e contou:

"Minha família sempre viveu no limite e por muito tempo na minha infância me lembro de contar a quantidade de alimento para dividir igualmente com o meu irmão mais velho.

Quando eu tinha 14 anos meus pais decidiram vir para São Paulo, onde somente meu pai trabalhava e era o maior provedor da casa. Minha mãe decidiu retornar com meu irmão para o interior e se tornou cuidadora de idosos. Eu fiquei em São Paulo, sempre lutando muito para me manter por conta dos estudos. Em 2017, consegui participar de uma Olimpíada Constitucional que tinha como prêmio uma bolsa integral para um cursinho pré-vestibular na qual eu poderia reforçar os estudos que me traziam insegurança e amadurecer em outros aspectos da minha vida.

Eu só não contava muito com um fato, no início do ano em que eu começaria meu cursinho, meu pai faleceu. Isso me causou uma mistura de tristeza, dor e uma enorme sensação de incapacidade, por eu não poder salvar a todos que eu amava.

Diante disso, fiz o máximo que podia naquele momento e estudei tanto quanto todas as minhas forças aguentaram. Além do cursinho, em paralelo ainda estava terminando meu curso técnico e concluindo o trabalho de conclusão do curso. Foram momentos complicados e dolorosos, mas, ao final, eu consegui entregar meu TCC e também passei em quatro faculdades: PUC e Mackenzie (ambas por meio do Prouni), Fatec e Instituto Federal de São Paulo (por meio do Sisu), e agora no Inteli.

Atualmente, além da faculdade, ajudo nas questões tecnológicas da Civics Educação e sou líder de engenharia e dados no Instituto Semear, uma ONG que auxilia jovens de baixa renda a se manterem em universidades públicas."

O obrigado de Moisés Cazé

Com 17 anos, Moisés veio de Sirinhaém (PE). Sua mãe, o padrasto e o irmão vivem com uma renda que varia de R$ 1.000 a R$ 1.300.

Ele mandou a seguinte mensagem ao doador de sua bolsa:

"Se não fosse por você eu estaria hoje com o ensino médio completo, provavelmente trabalhando de caixa de supermercado."

O obrigado de Giovanna

Giovanna Rodrigues tem 17 anos e é de São Paulo e sua mãe é supervisora administrativa.

"[Ela] não possui renda para pagar uma faculdade particular para mim, mas isso nunca a impediu de acreditar que um dia eu conseguiria uma bolsa ou entraria numa faculdade pública. E foi nisso que eu me apoiei quando eu mesma não tinha fé. Se tem uma coisa que eu pretendo nunca fazer na vida é decepcionar a pessoa mais importante da minha vida.

Agora que eu tive alguém que acreditasse na minha capacidade, eu vou fazer valer a pena e quem sabe um dia eu possa ser uma doadora também. É por causa de pessoas como você que muitos jovens por aí ainda vão poder acreditar em seus futuros."

Fachin recusa convite de Bolsonaro para reunião com embaixadores sobre eleição

Constança Rezende

BRASÍLIA O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Edson Fachin, recusou um convite feito pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) para participar de reunião com embaixadores estrangeiros sobre o sistema eleitoral.

Em ofício enviado ao cerimonial do Planalto, na sexta (15), Fachin agradeceu o convite, mas disse que não poderia participar, por conta do seu "dever de imparcialidade".

"Na condição de quem preside o tribunal que julga a legalidade das ações dos pré-candidatos ou candidatos durante o pleito deste ano, o dever de imparcialidade o impede de comparecer a eventos por eles organizados", justificou o cerimonial do TSE.

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, também foi convidado e não irá. Segundo sua assessoria, ele está fora de Brasília e só voltará na terça (19).

O presidente do TSE, Edson Fachin, em entrevista
Pedro Ladeira - 23.fev.22/Folhapress

O convite havia sido feito na última quarta (13), para uma reunião que irá acontecer nesta segunda-feira (18), no Palácio da Alvorada, "com chefes de missão diplomática".

Sua ideia era rebater afirmações feitas por Fachin em uma reunião no fim de maio com diplomatas estrangeiros.

No último dia 7, Bolsonaro disse que "desconfia" do trabalho do TSE e que, na reunião com embaixadores, levaria "documentos" relativos às eleições de 2014, 2018 e 2020.

O presidente da República acumula mentiras e suspeitas sem nenhum tipo de prova sobre as urnas eletrônicas.

O mandatário já afirmou, por exemplo, que deveria ter vencido as eleições de 2018 no primeiro turno e que o pleito foi fraudado.

"O assunto será um PowerPoint, nada pessoal meu, para nós mostrarmos tudo que aconteceu nas eleições de 2014, 2018, documentado, bem como essas participações dos nossos ministros do TSE, que são do Supremo, sobre o sistema eleitoral", disse.

Vidraças da cidade de SP desafiam Rodrigo Garcia na eleição estadual

Governo paulista quer implementar ações na capital, onde tucano tem menor avaliação positiva

Artur Rodrigues e Carlos Petrocilo

SÃO PAULO Os problemas de zeladoria da capital paulista e uma menor aprovação na cidade acenderam o sinal de alerta na campanha do governador Rodrigo Garcia (PSDB).

O medo de que assuntos de responsabilidade do prefeito Ricardo Nunes (MDB) respinguem na campanha do governador para se manter no Palácio dos Bandeirantes já gera movimentação por parte da gestão Rodrigo.

Problemas como buracos de rua e no transporte público, por exemplo, acabam sendo uma bola dividida entre município e estado.

Nesse cenário, o governo tem sinalizado ao prefeito de São Paulo a necessidade de um choque de gestão. Ligado ao governador e em busca de emplacar seu ex-secretário de Saúde Edson Aparecido (MDB) como vice na chapa de Rodrigo, Nunes respondeu fazendo cobranças aos secretários.

A campanha do tucano vinha se concentrando no interior. Ele criou o programa Governo na Área, possibilitando ao governador participar de eventos com liberação de verbas, anúncios de obras e de equipamentos para as cidades.

A ação é avaliada pelos coordenadores da campanha como um sucesso e vista como uma das razões para o crescimento de Rodrigo nas pesquisas. Agora, o programa chegará à capital, batizado como Governo nos Bairros.

"Os problemas na cidade de São Paulo e nas cidades do interior são de responsabilidades do prefeito e do governador. Estou ao lado para enfrentá-los e não fechar os olhos", afirmou Rodrigo na quarta-feira (13).

Dados da ouvidoria da prefeitura mostram que, somente no primeiro trimestre deste ano, foram feitas 750 manifestações sobre buracos e pavimentação, uma média mensal de 225 registros. No relatório da ouvidoria, a demanda com buraco e pavimentação é a segunda mais alta, atrás apenas do bilhete único.

O governador Rodrigo Garcia (PSDB) em viagem a Itaquaquecetuba Divulgação Governo de São Paulo - 1º.jul.22

> **Os problemas na cidade de São Paulo e nas cidades do interior são de responsabilidades do prefeito e do governador. Estou ao lado para enfrentá-los e não fechar os olhos**
>
> **Rodrigo Garcia (PSDB)** durante evento na quarta (13)

Em 2020, no primeiro trimestre da gestão Bruno Covas/Nunes, foram 714 registros e, no mesmo período de 2021, 784 relatos.

A prefeitura afirma, em nota, que o serviço de atendimento passou por "aprimoramento" e, consequentemente, mais cidadãos estão sendo ouvidos.

Também diz que reduziu em 95% a demanda dos serviços de tapa-buraco e deu início, em junho, ao recapeamento de 5,8 milhões de metros quadrados de asfalto —equivalente a 3,1% de toda a malha viária da capital paulista (que é de 187 milhões de metros quadrados).

Em relação ao transporte público, o paulistano teve de lidar dois dias com a greve de motoristas e colaboradores em junho. A última, no dia 29, só foi interrompida após decisão do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) que considerou a paralisação como abusiva.

A greve afetou 6.008 ônibus e prejudicou cerca de 2,5 milhões de passageiros, segundo a SPTrans.

As pesquisas mostram que os paulistanos estão bem pouco satisfeitos com o que veem nas ruas da capital. A gestão Nunes é aprovada por apenas 18% da população paulistana, segundo Datafolha. Por outro lado, 31% avaliavam a gestão como ruim ou péssima.

Os números de Rodrigo são melhores. O Datafolha mostra sua gestão aprovada por 24% dos moradores do estado e reprovada por 15%. O desafio, porém, é melhorar os números na capital, onde apenas 19% classificam a administração do governador como boa ou ótima, contra 28% no interior.

Líder em todas as pesquisas até o momento, Fernando Haddad (PT), prefeito em São Paulo de 2013 a 2017, tem a preferência de 35% dos entrevistados na capital contra 23% no interior, de acordo com o Datafolha.

Bruno Silva, pesquisador do Labpol da Unesp Araraquara e diretor do Movimento Voto Consciente, diz que as preocupações com a capital fazem sentido.

"O PSDB, que é partido atual do Rodrigo Garcia, é o mesmo que havia vencido as eleições municipais na figura do ex-prefeito Bruno Covas. Fica uma ideia na população de que a responsabilidade é de um mesmo grupo que está à frente", diz.

> **O PSDB, que é partido atual do Rodrigo Garcia, é o mesmo que havia vencido as eleições municipais na figura do ex-prefeito Bruno Covas. Fica uma ideia na população de que a responsabilidade é de um mesmo grupo**
>
> **Bruno Silva** pesquisador da Unesp e diretor do Voto Consciente

"Uma cidade mais abandonada, que tem problemas de zeladoria, sempre chama muita atenção. Isso pode respingar no governador ou outros concorrentes podem forçar a barra dizendo que governo do estado tem sido incompetente", acrescenta Silva.

Antes de instituir o Governo nos Bairros, o tucano já apregoava parcerias feitas com a prefeitura como, por exemplo, na área de assistência à população em situação de rua e o recapeamento de 90 km de vias, com investimento de R$ 120 milhões. Estão previstas obras em vias de grande importância e visibilidade, como a estrada do M'Boi Mirim e a estrada Coronel Sezefredo Fagundes.

Em nota, a Secretaria Municipal de Comunicação diz que mantém parcerias com o governo estadual independentemente do calendário eleitoral. "O único objetivo é tornar as políticas públicas mais eficientes, racionalizar os investimentos e as despesas de manutenção com foco no cidadão", afirma a nota.

A questão também é estratégica para Nunes, que gostaria de emplacar Edson Aparecido, de seu partido, como vice de Rodrigo. A possibilidade é vista com ceticismo.

O mais provável é que esta indicação seja feita pela União Brasil, partido que anunciou apoio ao governador, mas exige a cadeira de vice.

O próprio Rodrigo sofre pressão para escolher uma das três mulheres avaliadas pela sua equipe: a senadora Mara Gabrilli e a deputada federal (licenciada) Bruna Furlan, ambas do PSDB, e a ex-promotora de Justiça Gabriela Manssur, filiada ao MDB.

Uma ala do PSDB defende que a vaga seja ocupada por uma mulher e com potencial para agregar votos ao governador, sobretudo na capital.

Após a saída de João Doria (PSDB) da corrida presidencial, a esperança da campanha é que ele deslanche, sem a impopularidade do ex-governador para travá-lo no caminho.

Hoje o principal adversário de Rodrigo na corrida é Tarcísio de Freitas (Republicanos), candidato apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e com quem o governador está empatado no Datafolha.

Na tentativa de minar Tarcísio, Rodrigo tem apostado na imagem de "paulista raiz", fez investimento recorde em obras de asfaltamento (o candidato de Bolsonaro é apelidado por aliados de "Tarcisão do Asfalto") e também adotou um discurso linha-dura na segurança pública.

Intransigência em chapas no RS afeta palanques nacionais

Caue Fonseca

PORTO ALEGRE Embora caciques nacionais insistam para que os partidos firmem coligações para as eleições de outubro, o cenário do Rio Grande do Sul chega às vésperas das convenções partidárias com poucas negociações frutíferas e tendência a múltiplas candidaturas ao governo do estado com pouca chance de sucesso.

Deve se repetir um cenário pulverizado de candidaturas nanicas semelhante ao das eleições municipais de Porto Alegre de 2020, quando 13 partidos lançaram candidatos e apenas 3 tiveram votação acima de 10%. Por ora, 11 pré-candidatos estão lançados.

Em cinco partidos que ainda negociam coligações, o problema é o mesmo: MDB, PDT, PSB, PSOL e PT relutam em aderir a candidaturas em que não sejam cabeças de chapa. O impasse influencia indiretamente também partidos dispostos a negociar outros postos nas chapas, como PC do B e PSD.

O exemplo mais emblemático está na esquerda. Embora Lula (PT) tenha se despedido do RS em junho implorando por acerto, o PT não abdica de ter como cabeça de chapa o deputado estadual Edegar Pretto.

Convicto de que tem mais estatura política do que Pretto, o ex-deputado federal Beto Albuquerque (PSB) se aproximou do ex-colega de Câmara Vieira da Cunha (PDT), mas o pedetista tampouco topou não ser o candidato a governador.

Eles se reuniram na quarta (13) e concluíram estarem negociando de mãos amarradas.

"Não importa se eu ou o Beto topamos não ser cabeça de chapa se os nossos partidos não toparem também. Então combinamos de voltar a conversar no dia 20 se nossas legendas nos autorizarem a chegar a um acordo, mas desde que haja disposição mútua de abdicar da vaga se for o mais conveniente", declara Vieira.

Até aqui, o maior objetivo da candidatura de Viera pelo PDT é dar palanque a Ciro Gomes (PDT), daí o problema de participar de uma chapa também simpática a Lula e Geraldo Alckmin (PSB).

Já considerando como remota a hipótese de ter o PSB na chapa, o PT ofereceu a vaga ao Senado ao PSOL, mas mesmo o PSOL diz que só toparia coligação como cabeça de chapa. Ou nem isso:

"Se o PSB entrar por uma porta, nós saímos pela outra. A chance de nos coligarmos com o PT acaba se houver na mesma coligação um partido que não é de esquerda", diz Pedro Ruas, vereador em Porto Alegre e pré-candidato do PSOL.

Eduardo Leite (PSDB) ao anunciar pré-candidatura ao Governo do RS Evandro Leal-13.jun.22/Agencia Enquadrar/Agencia O Globo

Mais ao centro, o União Brasil anunciou na quarta apoio a Eduardo Leite (PSDB).

Embora ressalte que "não faz política de recados", o ex-governador tucano remeteu alguns ao MDB na cerimônia em que foi anunciada a aliança.

O primeiro foi mencionar apoio explícito à pré-candidatura de Luciano Bivar (União Brasil) à Presidência, uma reação ao MDB local não ter cumprido sua parte no acordo que viria do apoio do PSDB nacional a Simone Tebet (MDB).

Depois, recordou eleições em que o PSDB apoiou o MDB.

"Eu não considero que foi indigno do PSDB abrir mão de uma candidatura nacional, ou que o PSDB foi indigno ao ser vice de Antonio Britto [1995-1998] e vice de Germano Rigotto [2003-2006]. O PSDB já apoiou candidatos mesmo participar da composição da chapa, como a senadora Ana Amélia Lemos [a governadora, em 2014, pelo PP]", disse Leite.

Até aqui, o MDB gaúcho resiste à pressão nacional e mantém candidatura do deputado estadual Gabriel Souza. O partido terá sua convenção em 31 de julho, mas promete definição antes dessa data.

As vozes em apoio a Leite se avolumaram na semana passada. Se o apoio se concretizar, será a primeira vez após dez eleições que o MDB não lançará candidatura própria no RS.

A indefinição na chapa encabeçada pelo PSDB se estende ao Senado. Apesar de Leite ter comparecido ao lançamento da pré-candidatura de Ana Amélia, pelo PSD, os tucanos passaram a considerar o Podemos do senador Lasier Martins, que concorre à reeleição e também compôs o governo Leite.

Ana Amélia, cujo partido tem convenção em 1º de agosto, valoriza o passe negociando com MDB e com a dupla PDT e PSB.

A ex-senadora já se encontrou com Viera da Cunha três vezes. Ouviu do pedetista o argumento de que sair candidata em uma chapa de centro-esquerda pode ser mais interessante para as pretensões dela em uma eleição em que o principal concorrente é Hamilton Mourão (Republicanos), da chapa de direita de Onyx Lorenzoni (PL).

O flanco de atacar Mourão pela esquerda se abriu com a saída de Manuela D'Ávila (PC do B) do cenário. Cogitada para o Senado, mas insatisfeita com a divisão da esquerda, a ex-deputada desistiu de concorrer e trabalhará na candidatura de Alexandre Kalil (PSD) em Minas Gerais.

"Em uma eleição de apenas um turno, não dá para errar. Por isso vamos fazer uma pesquisa qualitativa para entender o que o eleitor gaúcho quer do seu candidato ao Senado e então compor uma aliança. O resultado sai em cerca de duas semanas", diz Ana Amélia.

Até lá, a ex-senadora elogia Ciro e diz não ter problemas em dividir palanque com partidos que ela considera mais de centro do que de esquerda. Se firmar aliança com a dupla PDT/PSB, pode reencontrar Geraldo Alckmin em um palanque bem diferente de 2018, quando compuseram chapa à Presidência da República por PSDB e PP e foram superados pela onda do bolsonarismo.

Adoção de cota racial para candidatura é o próximo passo, afirma juiz do TSE

Magistrado defende reserva de percentual das candidaturas, não das vagas no Congresso Nacional

DIVERSIDADE ELEITORAL

Uirá Machado e Tayguara Ribeiro

SÃO PAULO Coordenador substituto da Comissão de Promoção da Igualdade Racial do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o juiz Fábio Francisco Esteves afirma que as medidas já adotadas para fortalecer candidaturas de pessoas negras são necessárias, mas não suficientes para mudar o cenário desigual que existe hoje.

O próximo passo é adotar cotas raciais, diz Esteves, que é juiz auxiliar da presidência do TSE.

"Se quisermos corrigir a distorção que vemos no Parlamento, em algum momento vamos ter que reservar um percentual de candidaturas negras, não de vagas no Congresso", afirma.

A distorção a que ele se refere é evidente. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, entre os 513 parlamentares eleitos em 2018, há 124 registrados como negros, classificação que inclui pretos e pardos.

Ou seja, pouco menos de 25%, embora os negros sejam mais de metade da população brasileira.

Reportagem da **Folha**, além disso, mostrou que esse percentual está superestimado, já que erros no registro do TSE inflam de maneira artificial a quantidade de pretos e pardos na Câmara.

Para corrigir essa desigualdade, estão em vigor duas regras sobre o financiamento eleitoral. Uma delas determina que o dinheiro do fundo partidário e do fundo eleitoral seja repartido de forma proporcional para as candidaturas negras.

Isto é, se um partido lançar 40% de candidatos negros, então 40% dos recursos deverão ser destinados a essas candidaturas.

A outra regra estabelece que votos dados a mulheres e pessoas negras serão contados em dobro para fins de distribuição do fundo partidário e do fundo eleitoral.

De acordo com especialistas, o financiamento eleitoral de mulheres e pessoas negras é um dos principais gargalos para essas candidaturas, ajudando a explicar, por exemplo, por que candidatos brancos têm pelo menos o dobro de chance de se eleger em relação a candidatos negros.

Para o juiz auxiliar da presidência do TSE, contudo, atacar esse problema não basta. "Só esse financiamento, sem percentual mínimo, ou seja, cotas, a gente vai andar muito pouco", diz Esteves.

De acordo com ele, a iniciativa para fixar o percentual mínimo deveria partir do Congresso.

Hoje existe cota para mulheres — pelo menos 30% das candidaturas de cada partido devem ser femininas. A regra, no entanto, tem sido driblada por diversas legendas.

Até para evitar que as fraudes afetem as ações afirmativas de cunho racial, a comissão do TSE tem a fiscalização como um de seus eixos de trabalho.

"Não dá para as pessoas decidirem deliberadamente fraudar aplicação de recurso a candidaturas negras e isso ficar sem qualquer tipo de consequência. A prestação de contas vai exigir que os partidos políticos demonstrem a aplicação adequada dos recursos", afirma Esteves.

Eventuais erros de registro, como os revelados pela **Folha**, não deverão levar à perda de mandato. A ideia, diz Esteves, é corrigir a rubrica de destinação da verba, o que pode gerar problemas financeiros para a agremiação.

"O partido fica impedido de receber novos recursos enquanto não ajustar as contas", afirma o juiz auxiliar do TSE.

O Ministério Público Eleitoral notificou, no último dia 7, os diretórios de todos os partidos no estado de São Paulo e cobrou esclarecimentos sobre erros nos dados raciais no registro de candidatos.

A identificação de erros, diz Esteves, não se dará por uma espécie de tribunal racial. "O TSE está dialogando com os partidos, porque o filtro inicial vai ser feito pelos partidos."

"Estamos num processo muito grande de letramento, de conscientização. Nós não usamos mais o critério biológico de raça", diz Esteves. "Para uma pessoa se declarar negra, para ela ter o benefício da ação afirmativa, é preciso que seja uma pessoa que sofra discriminação."

Ou seja, a autodeclaração pode não ser suficiente para fins de ação afirmativa, e o TSE pode usar bancas de heteroidentificação, como as que já existem em vestibulares.

O Brasil, nesse ponto, adota um critério diferente do usado nos EUA, onde o pertencimento racial é determinado pela ascendência e pode ser determinado com mais facilidade.

Daí o esforço da comissão do TSE para criar balizas nesse tema. Com caráter consultivo, o grupo deve entregar um relatório com suas sugestões ao final da presidência do ministro Edson Fachin, no meio de agosto.

Fábio Esteves, juiz auxiliar do TSE Pedro Ladeira - 12.set.20/Folhapress

> Se quisermos corrigir a distorção que vemos no Parlamento, em algum momento vamos ter que reservar um percentual de candidaturas negras
>
> Só esse financiamento, sem percentual mínimo, ou seja, cotas, a gente vai andar muito pouco
>
> **Fábio Francisco Esteves,** coordenador substituto da Comissão de Promoção da Igualdade Racial do TSE

mundo

Manifestante protesta contra Boris Johnson expondo quadro com valores de apostas para a saída do primeiro-ministro do Reino Unido, em Londres Henry Nicholls - 6.jul.22/Reuters

Renúncias na Europa refletem onda de desgaste na popularidade de líderes

Guerra, inflação e crises levam a ressaca com governantes de direita e esquerda, populistas ou não

Michele Oliveira

MILÃO Separados pelo intervalo de uma semana, os pedidos de renúncia dos líderes de duas das maiores economias da Europa desencadearam instabilidade dentro das fronteiras, elevaram o grau de incerteza em um continente afetado por crises e escancararam um fenômeno global.

O britânico Boris Johnson e o italiano Mario Draghi podem ser os rostos mais em evidência na onda de turbulência política, mas não estão sozinhos. Em meio às consequências da Guerra da Ucrânia, às tentativas de se reerguer da pandemia de Covid —que voltou a ter curvas ascendentes desde junho—, à inflação e a escândalos de toda sorte, certo mau humor coletivo parece impor um desgaste inefável à popularidade de dirigentes.

Emmanuel Macron, na França, tenta reorganizar os planos de reformas após o pleito legislativo deixar sequelas em sua base na Assembleia Nacional, privando o governo de uma maioria absoluta. Na Alemanha, Olaf Scholz continua em busca de uma voz que possa preencher o silêncio deixado por Angela Merkel com manobras radicais para o país, como a remilitarização e a retomada da energia "suja" a carvão. Joe Biden, nos Estados Unidos, vê números cada vez menos simpáticos a ele pesquisa após pesquisa. Na América do Sul, mesmo líderes recém-eleitos já têm crises para chamar de suas.

Situações domésticas diferentes, mas que compõem um quadro coletivo de baixa popularidade. Na Europa, quem puxa a fila é o britânico, forçado a renunciar no último dia 7, após uma enxurrada de escândalos —seu sucessor, apontado pelo Partido Conservador, só deve ser conhecido no início de setembro.

Mesmo Draghi, mal avaliado por "apenas" 46%, viu esse percentual crescer sete pontos em um mês, o pior patamar em seus 18 meses no cargo. Ele continua como chefe de governo, depois de sua demissão ter sido rejeitada pelo presidente Sergio Mattarella, mas sua permanência no cargo vai depender do que ele disser e ouvir no Parlamento na próxima quarta-feira (20).

"Tolstói escreveu que todas as famílias felizes se parecem, mas as infelizes o são à sua maneira. Aqui é o contrário. Em muitos países em que o líder tem baixa aprovação, as razões por trás são semelhantes", diz Matthew Kendrick, analista da Morning Consult, consultoria que elabora uma pesquisa semanal sobre o desempenho dos principais dirigentes mundiais —os números citados neste texto estão no levantamento realizado dos dias 6 a 12 de julho.

Segundo ele, apesar de cada país estar passando, internamente, por desafios em diferentes frentes, a rejeição aos políticos tem como pano de fundo a inflação, acelerada globalmente nos últimos meses pelos preços da energia, dos alimentos e dos combustíveis —o custo de vida, enfim.

No Reino Unido, o índice de preços ao consumidor atingiu 9,1% em maio, o maior dos últimos 40 anos. A categoria que mais pesou foi justamente a de alimentos, seguida pela de combustíveis. Na zona do euro, que reúne 19 países da União Europeia, a inflação em junho foi de 8,6%. O item que mais a pressionou foi a energia, que subiu 41,9%, um recorde.

São efeitos diretos da Guerra da Ucrânia, que travou a circulação de fertilizantes russos e de grãos e óleos vegetais ucranianos e levou à redução do fornecimento de gás natural de Moscou. "As pessoas estão com dificuldades de pagar as contas e sem ver um futuro econômico esperançoso. Em grande parte, culpam seus líderes", afirma Kendrick.

Outro levantamento da Morning Consult mede a impressão da população sobre os caminhos recentes de seu país. No Reino Unido, 79% dizem acreditar que o rumo tomado está errado, mesma resposta para 74% na França, 72% na Itália e 66% na Alemanha.

"O impacto econômico da guerra no Leste Europeu teve efeito enorme, e a crise do custo de vida chegou às casas. Nenhum governo, de esquerda ou direita, populista ou não, poderia ter esperado ter que lidar com isso", diz Aidan Hehir, professor de relações internacionais na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Westminster (Reino Unido).

Foi um efeito parecido ao de outro elemento que assolou o planeta imediatamente antes disso, a Covid. Nos dois casos, as respostas dos governantes às crises revelam sua essência. "O governo britânico, por exemplo, é formado por uma elite que não tem ideia de como redistribuir riqueza. Na alta do custo de vida eles não sabem o que fazer; está além da compreensão o fato de alguém ter dificuldade de pagar o combustível."

Para a insatisfação generalizada, porém, ele identifica ainda uma raiz histórica, crescente desde o fim da Guerra Fria: nos anos 1990, a ideia de que o mundo poderia se tornar mais pacífico e próspero e de que a globalização e a democracia iriam se espalhar elevaram as expectativas. Foi na crise financeira de 2008 que parte começou a se sentir deixada para trás, com promessas frustradas. "Isso gera raiva. O que vemos na Europa é a manifestação de raiva muito negativa em relação aos representantes."

Os frutos disso, como já visto, são a ascensão de movimentos políticos populistas e extremistas, que prometem mudanças radicais —em geral apontando o dedo para minorias. "Mas, quando chegam ao poder, eles não resolvem, porque obviamente deturparam a origem do problema. Vem, então, uma segunda onda de frustração", afirma.

A onda se reflete, então, em protestos recentes nos mais variados lugares, da Argentina ao Sri Lanka, passando por Equador, Panamá e Hungria.

A atual onda de calor na Europa torna difícil imaginar que, daqui a pouco, o frio estará de volta —e que as casas vão precisar de aquecimento, a gás ou elétrico. Mas as temperaturas baixas são tão certas quanto os riscos inerentes à continuidade da guerra, incluindo a possibilidade de a aliança ocidental contra a Rússia rachar e de mais mudanças de lideranças acontecerem.

Em qualquer escala, nacional, continental ou global, Aidan Hehir aposta que esse "será um inverno de muita instabilidade".

> "Tolstói escreveu que todas as famílias felizes se parecem, mas as infelizes o são à sua maneira. Aqui é o contrário. Em muitos países em que o líder tem baixa aprovação, as razões por trás são semelhantes
>
> **Matthew Kendrick**
> analista da Morning Consult

> "O impacto econômico da guerra no Leste Europeu teve efeito enorme, e a crise do custo de vida chegou às casas. Nenhum governo, de esquerda ou direita, populista ou não, poderia ter esperado ter que lidar com isso
>
> **Aidan Hehir**
> professor da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Westminster

Soma das porcentagens pode ficar além de 100 devido a arredondamentos (reprovam, aprovam e ns/nr). *Anunciaram renúncia
Fonte: Morning Consult (dados de 6.jul a 12.jul)

Na América Latina, Bolsonaro tem uma das piores taxas de aprovação

Mayara Paixão

GUARULHOS A menos de três meses das eleições no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro (PL) é um dos líderes com menor aprovação popular na América Latina. O brasileiro goza de 26% de apoio, à frente dos chefes de Estado de Equador e Paraguai (Guillermo Lasso e Mario Abdo Benítez), ambos com 17%, e do Peru (Pedro Castillo), que tem 22%.

Em média, os mandatários latino-americanos reúnem 40% de apoio na sociedade, mostram dados reunidos pela consultoria Prospectiva em 14 países da região com base em pesquisas domésticas de institutos como o Datafolha, no Brasil, e o Cadem, no Chile.

Considerada mediana por analistas, a cifra expressa os efeitos de uma crise multidimensional catalisada pela pandemia de Covid, avalia a cientista política Maria Villarreal, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Como resultado desse processo, houve um alargamento da insatisfação.

"Há uma forte rejeição ao que pode ser nomeado como 'democracias capturadas', com a percepção de que os governantes não trabalham levando em conta as desigualdades e a pobreza que caracterizam as sociedades latino-americanas", diz ela, que também leciona na Unirio.

Flavia Freidenberg, pesquisadora da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), vê a perda de um consenso estruturado ainda nos anos 1980, quando muitos países da região passaram pela redemocratização pós-ditaduras militares. "Acordamos que conviveríamos democraticamente, mas tem havido uma perda do pluralismo e um aumento da intolerância."

Os regimes ditatoriais de Cuba, Venezuela e Nicarágua, onde não há dados confiáveis de pesquisas de popularidade, ficam de fora do levantamento. Também não foi possível considerar os governos de Haiti, El Salvador e Honduras.

Diferenças entre os países também são esperadas porque as pesquisas nacionais têm metodologia, amostras e margens de erro distintas.

Mas os números mostram alguns cenários opostos. Se figuras como Bolsonaro estão sob pressão, líderes como o esquerdista Andrés Manuel López Obrador, presidente do México, vivem uma situação mais tranquila — mesmo em meio a uma guinada autoritária, AMLO, como é conhecido, tem 62% de aprovação, segundo os dados mais recentes.

A alta cifra reflete a expansão de benefícios sociais, em especial na região sul do país, onde o partido governista Morena predomina nos legislativos estaduais, mas também expressa a força do presidente no Congresso e entre correligionários, segundo Thiago Vidal, gerente de análise política para a América Latina da Prospectiva.

AMLO apresenta hoje cerca de 55% de apoio no Legislativo, de acordo com análise da consultoria que calcula a porcentagem de congressistas que apoiam o governo — em sistemas bicamerais, considera-se apenas a Câmara dos Deputados. No Brasil, o índice para Bolsonaro é de 68%, um dos maiores da região.

Soma-se a isso o fato de o Congresso mexicano ter uma fragmentação relativamente baixa, ou seja, um número menor de partidos dividindo as cadeiras, o que diminui a necessidade de o líder costurar amplas negociações para fazer aprovar sua agenda.

Por fim, AMLO tem liderança expressiva em sua legenda, diferente do que se dá, por exemplo, na Argentina, com Alberto Fernández, onde a figura da vice-presidente Cristina Kirchner prevalece. Pesquisas recentes apontam uma média de 30% de aprovação do peronista, que tende a cair com a agravada crise econômica e protestos recentes.

O chileno Gabriel Boric conta com 36% de aprovação — tinha 50% quando assumiu, em março deste ano. Em parte, de acordo com os analistas, a queda se deve à alta expectativa criada, fruto de eclosões sociais, mas também à dificuldade do jovem líder de aprovar propostas em um Congresso onde menos da metade o apoia. Nesta semana, o governo anunciou um pacote de ajuda para conter os efeitos da pior inflação em três décadas e do inverno rigoroso, que deve abarcar 7,5 milhões de pessoas — 40% da população — e pode ajudar a atenuar a baixa popularidade.

No Brasil, de olho nesses índices e nas eleições, Bolsonaro obteve a aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) apelidada de Kamikaze, que atropela leis de contas públicas para permitir ao governo turbinar benefícios sociais até o fim do ano.

Outro cenário que chama a atenção é o da Colômbia. O levantamento da Prospectiva compilou dados de aprovação a Gustavo Petro, eleito em junho e que tomará posse em agosto: hoje, 64% dos colombianos dizem aprovar sua figura, mais do que os 50% que o elegeram. Os índices, por óbvio, expressam a expectativa em relação ao governo, mas também estão ligados à base que se desenha no Legislativo. Pelos arranjos que se desenham, o futuro presidente tem a fatia de 46%.

"Ele está conseguindo criar um clima de confiança porque tem sido muito pragmático", analisa Vidal. "Está criando uma coalizão heterogênea, com partidos de vários espectros ideológicos, e tem se encontrado com muitos ex-presidentes, conseguindo conter em partes o receio que havia de uma polarização maior."

Para efeito de comparação, o atual presidente, Iván Duque, deixará o cargo com aprovação próxima de 27%, segundo o instituto Invamer, bem abaixo das cifras de seus cinco antecessores antes de saírem da Casa de Nariño.

Popularidade e apoio legislativo dos líderes da América Latina

Em %
Aprovação presidencial
Base lesgislativa*

*Índice calcula porcentagem de legisladores que apoiam o governo; no caso de parlamentos bicamerais, considera apenas a Câmara dos Deputados ou similar
**Números se referem a Gustavo Petro, que toma posse em 7 de agosto
Fonte: Consultoria Prospectiva

Salvadorenha chora a prisão de parente em ação da polícia de San Salvador no estado de exceção José Cabezas - 7.jun.22/Reuters

Estado de exceção deixa preso sem ver família em El Salvador

ONGs denunciam abusos do governo Bukele em medida contra gangues

Daniela Arcanjo

SAN SALVADOR (EL SALVADOR) Da rede de sua casa na periferia de San Salvador, Nancy Turcios viu soldados passarem pouco tempo depois de seu irmão sair pela porta. Ela alcançou a rua quando eles já se aglomeravam em torno de um grupo de homens e procurou os pés tentando identificar os revistados. Lá estavam os tênis do irmão.

Já havia passado das 18h do dia 26 de março, um sábado. Aquele seria o fim de semana mais letal de El Salvador desde 2001. A nação centro-americana registrou 87 mortes em 72 horas — 62 em um só dia, em um país de quase 6,5 milhões de habitantes.

Depois de ser revistado, Mario Turcios, 24, passou por várias delegacias. De carro, Nancy o seguiu o quanto pôde, até perder os soldados de vista. No dia seguinte, descobriu onde o irmão estava e foi visitá-lo logo às 6h. "Foi a última vez que o vi", ela conta.

Ainda naquele domingo, o presidente Nayib Bukele, no poder em El Salvador desde 2019, aprovou um estado de exceção até hoje em vigor. A medida foi aprovada com facilidade na Assembleia Legislativa, formada por 56 deputados de seu partido, em um total de 84 parlamentares.

Não existem dados oficiais sobre o número de encarcerados, mas, no fim de maio, o jornal La Prensa estimou 74.547 presos ao todo, o que corresponderia a 1,7% da população adulta do país.

Desde o início do estado de exceção, detenções arbitrárias são a denúncia mais frequente de violação a direitos humanos. Das reclamações recebidas pela organização Cristosal, estão presentes em 97,4%; tortura e maus-tratos, em 12,1%. Até o fim de junho, a organização havia contabilizado 54 pessoas mortas sob custódia do Estado em centros penais ou hospitais.

Outdoors em toda a cidade indicam o número de telefone para o qual os salvadorenhos devem ligar se quiserem denunciar um pandilheiro, como são chamados os participantes de grupos criminosos que controlam parte do território do país. "Precisamos de sua ajuda para seguir capturando terroristas", dizem os cartazes. A estratégia está sendo usado para vinganças pessoais, afirmam organizações locais.

"Se a 'comunidade internacional' está preocupada por seus anjinhos, venham e tragam comida a eles, porque eu não tirarei orçamento das escolas para dar comida a esses terroristas. Vamos racionar a mesma comida que se dá agora", escreveu Bukele em seu Twitter, entre a ironia e a ameaça, após a onda de violência, em referência ao tratamento dado nas prisões.

Desde aquele domingo, Nancy já foi 12 vezes à penitenciária de Izalco para tentar descobrir em que cela Mario está. Ela conta que em apenas uma vez os funcionários receberam os alimentos e roupas que levou. "Ele não é pandilheiro", diz. "Se fosse, eu não teria ido atrás."

Há três meses, ela vem reunindo documentos para provar a inocência do irmão. Já juntou ficha criminal, contatos de vizinhos e relatos — um deles da americana Leslie Schuld, historiadora que está no país há 29 anos e para quem, desde novembro de 2021, Mario trabalhava como eletricista no Centro de Intercâmbio e Solidariedade. A organização tem atuado para soltar os inocentes.

"As pessoas serão estigmatizadas. Vão ter dificuldades para arrumar trabalho, os próprios vizinhos vão dizer que eram culpados, já que a polícia os prendeu", diz Schuld.

Ela vê o governo requentar uma estratégia da Guerra Civil (1979-1992): atacar as periferias, que seriam o sustento das pandilhas, para desmantelar o crime; "tirar a água do peixe", como ficou conhecida a técnica. "Como essas pessoas vão sobreviver? O comércio não financia as maras [gangues], mas a comida das famílias", diz.

A medida, junto com a prisão de inocentes, é o que incomoda Nancy em relação ao regime de Bukele. O presidente sustenta uma das maiores popularidades entre seus pares na América Latina: no início de junho, dados do centro Prensa Gráfica mostraram que 86,8% dos salvadorenhos aprovavam o governo.

Em 2019, ele venceu as eleições prometendo uma política linha dura contra o crime e rejeitando o sistema — embora seu berço político seja a FMLN, partido tradicional da esquerda no país do qual se afastou para disputar as eleições presidenciais.

Em maio, o jornal El Faro, o principal meio independente do país, revelou áudios que mostram negociações entre um membro do governo e criminosos da MS-13, uma das três principais pandilhas do país. A onda de violência do final de março teria ocorrido pelo fim de um pacto.

A resposta do governo Bukele a essa ruptura foi mais repressão, segundo Verónica Reyna, diretora do programa de Direitos Humanos do Serviço Social Pasionista, organização de prevenção à violência. "É uma demonstração de força. 'Se vocês vão mostrar toda a sua violência, eu vou mostrar tudo que posso fazer para combatê-la'", diz.

Nancy Turcios não acredita que o governo tenha negociado com criminosos. Eleitora de Bukele em 2019, ela ainda hoje tem dificuldade de fazer críticas duras ao governo. "Ele tem trabalhado bem, sido um homem bom", analisa, citando a atuação na pandemia. "A única coisa é essa injustiça que está levando às pessoas inocentes."

Para Reyna, os altos índices de violência explicam parte da ampla aceitação de Bukele, que desde o início de seu mandato já invadiu a Assembleia com militares, destituiu juízes da Sala Constitucional da Suprema Corte e promoveu perseguição a jornalistas.

"A violência gera um nível de dano ao tecido social que faz a população buscar salvar a própria pele. É a luta pela sobrevivência diária", afirma a ativista. "Contanto que eu não tenha mais um morto em frente à minha casa, que eu não seja vítima de homicídio ou que não violem a minha filha, estou bem."

Procurado, o governo de El Salvador não se pronunciou sobre os temas abordados nesta reportagem.

> “A violência gera um nível de dano ao tecido social que faz a população buscar salvar a própria pele. É a luta pela sobrevivência diária. Contanto que eu não seja vítima de homicídio ou que não violem a minha filha, estou bem
>
> **Verónica Reyna**
> diretora do programa de Direitos Humanos do Serviço Social Pasionista

Incêndios em onda de calor revivem trauma em Portugal

País viu mais de cem mortos em 2017; Reino Unido entra em alerta inédito

Giuliana Miranda

SÃO PAULO Uma nova onda de calor que voltou a assolar partes da Europa nesta semana levou a Portugal, junto com as temperaturas de até 47°C —as mais elevadas já registradas na série histórica para o mês de julho—, a lembrança de um trauma vivido há cinco anos pela população.

Enquanto os termômetros permanecem no alto, um rastro de incêndios tem se alastrado por regiões de florestas no país. As chamas já consumiram mais de 38 mil hectares de matas, a maior área queimada desde 2017, quando uma série de casos semelhantes terminou com um total de mais de cem mortes.

Nesta sexta (15) registrou-se o primeiro óbito desta temporada, ainda que de forma indireta: um avião que combatia o fogo caiu na região de Vila Nova de Foz Côa, no norte de Portugal, matando o piloto —o acidente ainda não teve as causas reveladas. As chamas reacenderam traumas e fazem o clima ser de apreensão, com incêndios já tendo forçado também a retirada de pessoas de casa e o fechamento do comércio.

Aldeias inteiras precisaram ser esvaziadas e, segundo dados da Proteção Civil, pelo menos 187 pessoas já ficaram feridas, incluindo 4 em estado grave. Na quarta (13), um incêndio de grandes proporções chegou a fechar a principal rodovia do país, a A1, que cruza Portugal de norte a sul.

Cientistas dizem que as ondas de calor na Europa, cada vez mais precoces, frequentes e duradouras, estão diretamente ligadas às concentrações cada vez maiores de gases do efeito estufa, um sintoma da crise climática. O fenômeno em Portugal resultou neste ano também em uma temporada de chuvas abaixo do esperado. Então, com boa parte do território em situação de seca, as chamas se espalham com mais facilidade.

Alvo de acusações de negligência pela gestão da questão florestal em 2017, em que se apontou uma série de falhas no combate às chamas, o primeiro-ministro António Costa colocou seu governo em alerta diante dos primeiros sinais da temporada de queimadas. O socialista adiou uma viagem oficial que faria a Moçambique e convocou ministros para acompanharem de perto o tema. Além disso, decretou estado de contingência no país devido às condições meteorológicas.

Entre as regras impostas por essa determinação estão a proibição de acesso e de circulação em áreas de florestas predefinidas e o veto ao uso de máquinas e de fogos de artifício. A medida, prevista para vigorar até este domingo (17), pode ser prorrogada.

O presidente Marcelo Rebelo de Sousa também desistiu de uma viagem oficial ao exterior por causa da situação, e a ministra da Saúde, Marta Temido, reportou uma sobrecarga no sistema hospitalar do país, aventando a possibilidade de uma alta pontual nas mortes registrada nesta semana estar ligada ao calor.

A cautela quanto às chamas afetou também a vida cultural dos portugueses, com a revisão da realização de vários eventos. Inicialmente previsto para acontecer em uma zona de floresta na região de Sesimbra, o festival de música Super Bock Super Rock foi transferido, às pressas, para uma arena em Lisboa.

Além da falta de gestão florestal e de limpeza de terrenos, que agravam os incêndios, Portugal também enfrenta a ação de pessoas que ateiam fogo nas matas de forma deliberada. Neste ano, mais de 50 já foram detidos flagrados em ocorrências do tipo.

O país voltou a acionar o chamado Mecanismo Europeu de Proteção Civil, que prevê o auxílio de outros países-membros da União Europeia no combate às chamas. A situação portuguesa, porém, tem sido vista em quase toda a vizinhança no continente.

Mais de mil quilômetros ao norte, o Reino Unido emitiu nesta sexta-feira, pela primeira vez, um alerta vermelho de "calor extremo" para os próximos dias. "As noites também devem ser excepcionalmente quentes, sobretudo nas áreas urbanas. Isso provavelmente levará a impactos generalizados nas pessoas e na infraestrutura", informou o Escritório de Meteorologia do país em um comunicado oficial.

A expectativa é que os termômetros possam superar a casa de 40°C a partir de segunda-feira, o que seria inédito.

Em outro extremo do continente, na Grécia, duas pessoas morreram na última quarta-feira, após a queda de um helicóptero que combatia as chamas de grandes incêndios. No mesmo dia, cerca de 6.000 turistas precisaram ser retirados às pressas de zonas de camping na região de Gironde, na França. Focos em outras partes do país também obrigaram centenas de pessoas a deixar suas casas.

Na Espanha, onde milhares de hectares já arderam, as medidas adotadas têm variado conforme a região. Vizinhas a Portugal, Galícia e Extremadura permanecem com alerta máximo.

47°C
Foi o recorde de temperatura registrado nesta semana em Portugal, o mais alto da série histórica para o mês de julho

187
Pessoas já ficaram feridas no país por causa de incêndios florestais, 4 delas em estado grave

38 mil
hectares de mata já foram consumidos pelas chamas em Portugal, levando o governo a decretar estado de contingência

40°C
É a expectativa para as temperaturas no Reino Unido a partir de segunda, o que seria inédito

Helicóptero dos bombeiros ajuda a combater fogo em área de floresta perto da vila de Bustelo, em Amarante, norte de Portugal Patrícia de Melo Moreira/AFP

EUA também cometeram erros, diz príncipe saudita a Biden

JIDÁ | REUTERS E AFP A Arábia Saudita está tomando medidas para evitar no futuro "incidentes lamentáveis" como o assassinato do jornalista Jamal Kashoggi, disse o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman (MbS) ao presidente americano Joe Biden, de acordo com informações de uma autoridade saudita. MbS, chamou de erro, por parte dos americanos, a prisão de Abu Ghraib na guerra do Iraque. Na sexta (15), em sua primeira visita ao Oriente Médio como presidente, Biden afirmou a jornalistas ter confrontado o líder saudita sobre o assassinato, tendo dito a ele que acreditava que MbS fosse pessoalmente responsável pela morte de Kashoggi, que escrevia para o jornal Washington Post.

O príncipe herdeiro sempre negou a responsabilidade pela morte do jornalista, assassinado em outubro de 2018 no consulado saudita em Istambul —seus restos mortais nunca foram encontrados.

"No mesmo ano [da morte de Kashoggi], incidentes lamentáveis semelhantes ocorreram e outros jornalistas foram mortos em outras partes do mundo", disse o príncipe herdeiro, segundo a nota. "Os Estados Unidos também cometeram vários erros, como o incidente da prisão de Abu Ghraib no Iraque e outros."

O príncipe também mencionou o recente assassinato da jornalista palestino-americana Shireen Abu Akleh em ataque israelense na Cisjordânia.

Todos os países ao redor do mundo, especialmente os Estados Unidos e o reino saudita, compartilham valores com os quais concordam e outros dos quais discordam, acrescenta o comunicado do governo saudita. "No entanto, tentar impor esses valores pela força pode ter o efeito oposto, como aconteceu no Iraque e no Afeganistão, onde os EUA não tiveram sucesso", diz a nota.

Washington vem suavizando a posição em relação à Arábia Saudita desde que a Rússia invadiu a Ucrânia no início deste ano, desencadeando uma das piores crises de fornecimento de energia do mundo. O país árabe é o maior exportador global de petróleo.

Neste sábado (16), em uma cúpula com seis países do Golfo mais Egito, Jordânia e Iraque, Biden afirmou que os EUA continuarão sendo um parceiro ativo e engajado no Oriente Médio e pediu aos líderes reunidos em Jidá, na Arábia Saudita, que vejam os direitos humanos como uma poderosa força de mudança econômica e social.

"Os EUA estão investidos na construção de um futuro positivo para a região, em parceria com todos vocês —e os Estados Unidos não vão a lugar nenhum", falou o democrata, no discurso de abertura da cúpula. "Não vamos nos afastar, nem deixaremos um vácuo para que seja preenchido por China, Rússia, ou Irã."

Também neste sábado, Biden convidou seu colega dos Emirados Árabes Unidos, o xeque Mohamed bin Zayed Al-Nahyan, para visitar os Estados Unidos antes do fim do ano, em um gesto de reaproximação após meses de tensões pela guerra na Ucrânia. Este rico estado do Golfo abriga tropas americanas e é um parceiro estratégico de Washington há décadas, mas seus laços econômicos e políticos com a Rússia são cada vez maiores.

O embaixador dos Emirados Árabes nos Estados Unidos, Yousef al-Otaiba, admitiu em março que as relações com Washington estavam passando por um "teste de estresse", uma declaração dada depois que os Emirados Árabes se abstiveram, em março, de uma votação do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre uma resolução pela retirada russa da Ucrânia.

A cúpula é o último compromisso de Biden na Arábia Saudita. Ele foi ao país na esperança de fechar um acordo sobre a produção de petróleo para ajudar a reduzir os preços da gasolina, que estão levando os combustíveis à maior inflação em 40 anos nos Estados Unidos e derrubando seus índices de aprovação nas pesquisas.

No entanto, ele deve deixar a região de mãos vazias, e disse esperar que seus esforços diplomáticos levem o grupo de países exportadores de petróleo a anunciarem um aumento da produção quando se reunirem, em 3 de agosto. "Estou ansioso para ver o que está por vir nos próximos meses", afirmou Biden.

Mutirão com vagas em hotéis e restaurantes reuniu milhares de trabalhadores no bairro da Liberdade, em São Paulo Zanone Fraissat - 13.jul.22/Folhapress

País ficou mais pobre sob Bolsonaro, em crise social iniciada antes da Covid

Fragilidades que vinham desde a recessão de 2014 se agravam; PIB per capita cai ao nível de 2007

Alexa Salomão

BRASÍLIA O Brasil ficou mais pobre durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), e não apenas por causa da Covid ou da Guerra da Ucrânia. Quando assumiu o cargo, em um cenário de economia ainda fragilizada pela recessão dos anos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), o presidente fez escolhas.

Reduziu investimentos públicos, avançou pouco na agenda de reformas e travou o Bolsa Família, deixando a fila do programa crescer. Com a crise social se agravando a três meses da eleição, presidente e aliados encampam uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para distribuir R$ 41,25 bilhões em auxílios.

O PIB (Produto Interno Bruto) per capita, indicador que mostra a produção da riqueza dividida pelo número de habitantes, fechou o ano passado em US$ 7.500 (R$ 41 mil). São cerca de US$ 5.726 (R$ 31 mil) menos que o pico, registrado em 2011. O valor atual equivale ao patamar de 2007.

Em 2018, último ano do governo Temer, o indicador estava em US$ 9.151,40 (R$ 49 mil).

Dados relativos à renda média do brasileiro também mostram esse empobrecimento. O rendimento médio caiu de R$ 2.823 no início de 2019 para R$ 2.613 no trimestre de março a maio deste ano, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Mesmo antes da pandemia, esse valor já vinha caindo: no trimestre de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020, o rendimento médio do brasileiro estava em R$ 2.816.

No primeiro ano de Bolsonaro no Planalto, o programa Bolsa Família sofreu a maior queda da história, recuando de 14 milhões para 13 milhões de famílias. A fila de espera superou 1,5 milhão.

"Houve negligência em relação à situação social do país ainda antes da Covid", diz a economista Débora Freire, professora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais.

"Crises econômicas acontecem, trazem impactos negativos, mas faz muita diferença a forma como se lidam com elas. O governo agora usa esses eventos como desculpa, mas a verdade é que era seu dever fazer políticas públicas mais eficientes", afirma ela.

"Antes da Covid, o Bolsa Família tinha filas enormes. Famílias que empobreceram na crise, já elegíveis para o programa, não estavam sendo atendidas. Isso não poderia ter acontecido, porque uma vez que uma família cai na extrema pobreza ela pode levar gerações para se recuperar."

O economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do FGV-Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), acredita que a gênese do empobrecimento esteja na incapacidade dos governos de ajustar as contas públicas, o que elevaria a confiança das empresas para aumentar os investimentos, a geração de empregos e o aumento da renda.

"A minha visão é que o processo de empobrecimento gradual que vivemos decorre de um problema fiscal ainda não solucionado, e caminhamos para mais uma década perdida ainda sem um desfecho para esse problema."

> "Antes da Covid, o Bolsa Família tinha filas enormes. Famílias que empobreceram na crise não estavam sendo atendidas. Isso não poderia ter acontecido, porque uma vez que uma família cai na extrema pobreza ela pode levar gerações para se recuperar
>
> **Débora Freire**
> economista e professora da UFMG

"Entre 2015 e 2016, a gente teve uma crise nas contas públicas, provocada pelo aumento de gastos do governo Dilma Rousseff, que buscava a reeleição, ali saímos do superávit para déficit primário."

Já em 2015, os desembolsos da Assistência Social, sem contar o BPC (Benefício de Prestação Continuada), mas incluindo Bolsa Família e Auxílio Brasil, estagnaram na casa de R$ 43 bilhões até 2019, às vésperas da pandemia.

Deram um salto apenas depois da liberação do Auxílio Emergencial, que era para ser de R$ 200, mas chegou a R$ 600 após uma queda de braço entre governo e Congresso, que insistiu no aumento do valor.

Esses dados constam de um levantamento realizado pelos pesquisadores Carlos Bastos e Julia Braga do Grupo de Economia do Setor Público da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A dupla está finalizando um estudo sobre os efeitos do teto de gastos, desde a sua criação, sobre a aplicação do Orçamento. A conclusão é que ele funciona.

"O teto foi muito bem-sucedido em segurar os aumentos, mas fica claro também que as despesas com menos apoio político ou interesse do comando da vez são mais sacrificadas", afirma Bastos. "Como a gente previu, os gastos sociais foram espremidos."

Os recursos destinados a iniciativas que servem de apoio à ampliação do bem-estar social, em áreas como trabalho, saneamento, habitação, lazer e cultura, despencaram. Caíram de R$ 111,6 bilhões em 2015, um ano antes da criação do teto, para R$ 73,4 bilhões no ano passado, queda de 34% em valores ajustados pela inflação.

A PEC das eleições, por sua vez, vai na contramão da solução, diz Barbosa, da FGV. "Não há dúvida de que está focada em aspectos eleitorais, porque não há programa de combate a pobreza estrutural em fazer transferências e dando incentivos por três meses."

Beatriz Cristina dos Santos Silva, 22, é mãe solo de Maitê, de cinco meses. Nunca teve emprego com carteira assinada, mas conta que chegou a ganhar em média R$ 3.600 como gerente comercial.

Desde maio, três vezes por semana, ela enfrenta uma viagem de duas horas de Mairiporã (SP), onde mora, carregando a filha no colo, para vender brigadeiros e brownies próximo a um shopping na zona leste da capital paulista. Esse é seu único sustento.

Tentou ser cuidadora em um hospital, mas a filha ficou doente sob os cuidados de outra pessoa. "Percebi que estava muito cedo para deixá-la, então comecei a ver vídeos na internet e aprendi a fazer os doces com uma confeiteira."

Ela conquistou clientes, mas conta que as vendas caíram nas últimas quatro semanas. "Foram péssimas. Saio de casa com 10 a 12 caixinhas. Nem sempre vendo tudo, mas, normalmente, o lucro líquido em um bom mês é de R$ 1.400, e de R$ 1.000 em um ruim."

Sua preocupação agora é conseguir um novo lugar para morar. "O aluguel está em dia, mas de repente fui informada de que teria que desocupar a casa. Me senti muito mal", afirma.

Ela conta que o único benefício social que recebeu até hoje foram três parcelas de R$ 600 do Auxílio Emergencial. "Tentei atualizar o CadÚnico para pegar o Auxílio Brasil, mas estão pedindo um documento que não tenho." Como não é contribuinte do INSS, também não recebeu o auxílio-maternidade.

Procurado para comentar sobre a dificuldade de Silva para atualizar o CadÚnico, o Ministério da Cidadania não se manifestou.

Continua na pág. A16

PAINEL S.A. | Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Tijana Jankovic

Estamos de olho nos talentos disponíveis demitidos pelas startups

SÃO PAULO Diante da onda de demissões no setor de inovação nos últimos meses, Tijana Jankovic, CEO do Rappi Brasil, diz que não prevê cortes e ainda está de olho em talentos que ficaram disponíveis no mercado para vagas de engenharia, comercial, de operações e atendimento ao cliente.

Na ponta da mão de obra dos entregadores, a executiva afirma que não teme os sinais da campanha de Lula para mexer na proteção aos trabalhadores de apps. Segundo ela, toda revolução tecnológica carece de regulação, o que é um caminho normal.

*

Como vocês estão acompanhando esse movimento de demissões nas startups? Mudou drasticamente o mercado de capitais e puxou decisões de várias empresas neste sentido. Já esperávamos uma correção. Não se podia prever o momento nem a rapidez, mas era claro que as coisas estavam um pouco infladas, que o capital era abundante e que, portanto, várias empresas até em estágios muito iniciais conseguiam fazer investimento além da conta.

Do nosso lado não fizemos nenhuma correção. A gente vem gerenciando os nossos investimentos e times de forma consciente. Não fomos levados por essa onda. Como resultado, não precisamos fazer nenhuma correção neste sentido nem estamos planejando.

O que estamos olhando com atenção é como aproveitar os talentos que estão agora disponíveis no mercado, infelizmente, por todas as demissões que vêm acontecendo em várias empresas de tecnologia. Estamos com várias posições abertas, nos times de engenharia e produto. Mas também, no Brasil especificamente, com várias posições em comercial, operações, atendimento ao cliente.

Quando foi o último corte grande que fizeram? A gente já vem ajustando a operação conforme as áreas que estão crescendo, as que estamos investindo mais, as que automatizamos. Então, não fizemos nenhuma movimentação relevante, pelo menos, nos últimos 9 ou 10 meses. Foram segmentados em coisas que a gente vem otimizando. Dito isto, recebemos esse novo movimento de mercado com uma estrutura adequada ao nosso nível de operação.

Tem um debate acontecendo sobre as dark kitchens [cozinhas comerciais que funcionam só para entrega], que estão incomodando moradores de bairros onde estão instaladas por causa de cheiro e barulho. Como resolver o dilema da localização para fazer a comida chegar quente, rápido e barata? O conceito de dark kitchens é uma das consequências de mudança de comportamento do consumidor que acelerou com a pandemia, mas que depois ficou. Não vejo reversão neste caso, mas acho que as dark kitchens entram em uma área um pouco cinza que não está 100% regularizada. É um espaço de restaurante ou é um espaço comercial, que se compararia com uma empresa?

Acho que na questão sanitária está avançado, mas há uma série de outras regras que precisam ser estabelecidas para garantir conforto ao morador e um espaço eficiente para a cozinha operar. Acho que é um momento inicial. Vai se equilibrar o tipo de espaço, de maquinário, de isolamento ao barulho, que são as soluções tecnológicas que vão ser implementadas para garantir convivência saudável.

E os sinais que a campanha de Lula está dando de que pretende mudar legislação, elevar proteção aos trabalhadores de app? Vocês têm medo de isso atrapalhar o negócio? Qualquer revolução tecnológica no médio e longo prazo precisa ser regularizada de alguma forma. É um caminho normal e não é um caminho ao qual a gente se opõe. Pelo contrário, uma regulação que se adeque ao modelo de negócio, que não é o tradicional nem de restaurante nem de ecommerce, mas que entende como a operação funciona e adeque a uma regulação que faz sentido, é bem-vinda. Somos colaborativos neste sentido. Entendemos que, não apenas nós, mas todas as empresas do setor e dos setores parecidos. Tem uma associação.

Estamos com agenda proativa em propor nosso ponto de vista, que tipo de regulação atenderia expectativas de nossos parceiros entregadores, varejistas, restaurantes. É algo que esperamos construir a quatro mãos com qualquer que seja o governo.

Como um todo, não é algo assustador porque não é algo que a gente vê como evitável. Faz parte e esperamos ser uma parte fundamental em estruturar como uma modernização de legislação que garanta uma proteção para esse tipo de profissional.

E o que tem de novo no programa de assinatura de vocês? A gente entende o RappiPrime como uma assinatura digital para tudo o que você consome no mundo digital. Isso é o nosso ideal, em que você tem, pelo app, o acesso a todos os serviços que gosta de consumir no digital.

Além de frete grátis, ilimitado com Prime Plus, todos os serviços no app, restaurante, loja, farmácia, supermercado, tem também benefícios no serviço offline com nossos parceiros, uma sobremesa grátis, uma bebida, por exemplo. E tem parcerias que buscamos no mercado como streaming de HBO Max gratuito para o assinante. A ideia é ter sempre benefício novo.

Agora são relacionados a livros, cursos, pedágio. E a gente vê um comportamento, com a pressão inflacionária, das pessoas buscando oportunidade de economizar em produtos como limpeza de casa, o que se pode premiar com oferta na fidelização.

Raio-X
CEO do Rappi Brasil desde agosto de 2021, a executiva ingressou na empresa em 2020. Nascida na Sérvia, ela se formou em economia internacional pela Università Bocconi, é mestre em matemática aplicada pela London School of Economics e já trabalhou em empresas como Google, Uber e BNP Paribas

País ficou mais pobre sob Bolsonaro, em crise social iniciada antes da Covid

Continuação da pág. A15

O empobrecimento do brasileiro aparece em diferentes dados, mas um indicador de consumo traz uma nova faceta da situação: a piora no sentimento de perda no poder de compra em escala internacional.

Levantamento realizado em cem países pela Nielsen Media Research, uma empresa global de pesquisa de mercado, mostra que 64% dos brasileiros declaram ter passado a viver restrições orçamentárias após a pandemia.

O número está bem acima da amostra geral, em que 46% disseram ter passado a sofrer limitações financeiras.

"O Brasil foi um dos países que mais sofreram os efeitos da Covid, quando se olha o contágio e o número de mortos, e também onde os preços de produtos básicos mais aumentaram", diz Roberto Butragueno, diretor de varejo de Nielsen.

A cesta básica de consumo subiu 30% no Brasil entre 2019 e 2021, aponta a empresa. "É uma variação bem mais alta do que a do índice oficial de inflação, e não há nada assim na Europa ou nos EUA", diz.

No México, por exemplo, a variação ficou na casa de 20%, nos EUA, 10%.

A pesquisa também retrata como os brasileiros tentam contornar essa realidade. No quesito carne, por exemplo, há aumento da busca por congelados, que custam 25% menos, em média, que a versão in natura. Um dos produtos mais procurados passou a ser o fígado, cujo quilo custa 50% menos em relação ao preço médio da categoria.

Eduardo Yamashita, diretor de Operações da Gouvêa Ecosystem, outra consultoria especializada em consumo, não visualiza mudança radical nesse cenário no segundo semestre. A razão é simples: a falta de dinheiro persiste.

"Durante o auge da Covid, tivemos uma forte injeção de recursos públicos na economia, o que levou a um expressivo aumento da massa salarial —cresceu a quantidade de dinheiro disponível durante boa parte de 2020, e um pouco menos em 2021", diz.

"Quando o Auxílio Emergencial foi cortado no Brasil, a quantidade de dinheiro estava voltando ao pré-pandemia, mas aí veio a inflação."

Para Yamashita, o pacote de benefícios aprovados no Congresso não altera o cenário.

"Os auxílios que estão vindo são tímidos em comparação aos oferecidos no ápice da pandemia, a quantidade de pessoas que vai receber é menor, porque há restrições, o volume de dinheiro é inferior, e a inflação é bem maior", diz.

A associação de queda da renda, alta de inflação e, consequentemente, dos juros para segurar os preços, vai freando a economia e ampliando o empobrecimento.

O empresário Pedro Bressane fechou uma de suas pizzarias em abril deste ano depois de tentar mantê-la com o lucro das outras duas unidades.

Segundo ele, a demanda por pizza explodiu em 2020, mas os clientes sumiram no final de 2021. Para Bressane, a queda na renda das famílias e o aumento nos preços dos alimentos foram decisivos.

"Estava em uma região boa de Osasco, classe média alta. Contratei influencers, investi R$ 4.000 em anúncios no Instagram, mas as vendas pararam, e os insumos só subiram."

"Eu pagava cerca de R$ 35 na caixa de tomate. Quando fechei, estava R$ 200." Para tentar manter a loja, reduziu gastos pessoais e vendeu um carro. O hábito diário de jantar fora se tornou quase mensal.

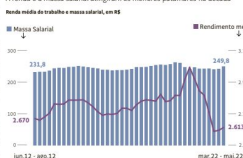
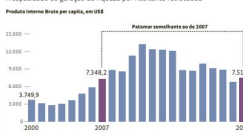
Ele contratou quatro corretores de imóveis para passar o ponto, mas, em cinco meses, não apareceu interessado.

Colaboraram Havolene Valinhos e Ana Paula Branco, de São Paulo

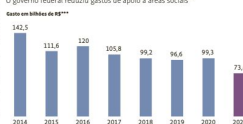
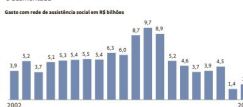
Um Brasil mais pobre

Diferentes indicadores mostram a deterioração da renda dos brasileiros

Numa lista de 100 países, o Brasil destaca-se como o que teve alto crescimento no número de pessoas que declaram ter restrição para gastar

A renda e a massa salarial atingiram os menores patamares na década

A capacidade de geração de riqueza por habitante retrocedeu

Enquanto isso...

O gasto com assistência social, que inclui antigo Bolsa Família e novo Auxílio Brasil, patinava antes da pandemia*

O governo federal reduziu gastos de apoio a áreas sociais**

A rede de apoio à assistência social, que inclui a estrutura do Cadastro Único, é desmontada

*Não inclui BPC
**Gastos com Organização Agrária, Trabalho, Desporto e Lazer, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Cultura, Habitação, Gestão Ambiental, Saneamento e Transporte
***Ajustado a preços de dezembro de 2021
Fontes: Nielsen, Banco Mundial, UFRJ, Gouvêa Ecosystem, IBGE e Siop 22-03-2022 - 2002 a 2021; 2020 empenhados (R$ 298,60 bi Auxílio Emergencial e Covid); 2021 empenhados (R$ 73,73 bi Auxílio Emergencial e Covid)

Nem pé, pescoço e carcaça de frango escapam da inflação

Comumente tratados como sobras, produtos ganharam espaço como forma de contornar alta de preços

Adriana Vieira na casa que divide com 3 filhos e o irmão, na zona sul de SP Zanone Fraissat/Folhapress

RIO DE JANEIRO, CURITIBA E CARAPICUÍBA (SP) Nem o pé de frango escapou da inflação. Ao longo da pandemia, a alta dos preços alcançou até cortes de carnes outrora desprezados por muitos brasileiros.

Adriana Vieira, 35, diz que, antes da pandemia, encontrava o quilo do pescoço e do pé de frango na faixa de R$ 2 a R$ 3, mas, ao longo da crise, já chegou a pagar mais do que o dobro.

Moradora do Parque Santo Antônio, zona sul de São Paulo, ela divide a casa com três filhos e um irmão adulto que teve paralisia infantil. A renda da família vem do BPC (Benefício de Prestação Continuada) do irmão e do dinheiro que ela consegue vez ou outra catando latinhas e papelão. Doações também são necessárias para o sustento diário.

"A gente compra o que é mais barato da carne de frango, além do ovo. O ovo também subiu muito, quase não dá mais para comprar uma cartela", diz Adriana.

Em Perus, na zona noroeste de São Paulo, a educadora Jandira Ribeiro, 74, também notou a diferença. "Hoje comprei pé. Paguei R$ 11,90 no quilo, mas semanas atrás paguei cerca de R$ 9. Antes eu costumava pagar menos de R$ 5", relata. Em mercados das zonas sul e leste, o pé de frango estava saindo por R$ 8 o quilo.

Cortes como esses não aparecem de forma individual no índice oficial de inflação, o IPCA, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Um levantamento da consultoria Safras & Mercado, porém, dá uma dimensão da alta dos preços no atacado do estado de São Paulo. Esse recorte avalia os valores médios em vendas de frigoríficos para redes de supermercados ou distribuidoras.

Em 30 de dezembro, o preço do quilo de pé de frango era de R$ 2,90 no atacado paulista. Quase sete meses depois, o valor atingiu R$ 4,60 em 8 de julho, o equivalente a uma alta de 58,6% neste ano.

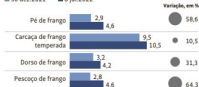
No mesmo intervalo, o quilo do pescoço de frango subiu 64,3%, de R$ 2,80 para R$ 4,60. Outros cortes considerados menos nobres também avançaram, como dorso (31,3%) e carcaça temperada de galinha (10,5%).

Para o economista Fernando Henrique Iglesias, analista da Safras & Mercado responsável pelo levantamento, a carestia reflete a demanda aquecida por carne de frango, tanto no mercado interno quanto no externo, além do aumento nos custos de produção.

"A carne de frango, apesar de ter subido muito, continua tendo preços mais competitivos. Impossibilitado de comer carne bovina, o brasileiro vai para o frango. A gente vê alta de outros cortes, como peito, coxa e sobrecoxa", aponta.

Em dois açougues da zona norte do Rio de Janeiro, o quilo do pé de frango beirava R$ 9 e R$ 10 nos últimos dias. Há cerca de um ano, os valores estavam menores, na faixa de R$ 6.

Inflação encarece até pé de frango

Preços médios de cortes mais baratos subiram em 2022 no atacado no estado de SP

Outros produtos com valores mais acessíveis também subiram para o consumidor final em capitais

Variação dos preços no acumulado de 12 meses até jun.2022, em %

Fontes: Safras & Mercado e IPC-DI/FGV Ibre

Enquanto a inflação não traz alívio, Elizabete Almeida Leite, moradora de Nova Iguaçu (RJ), lamenta os efeitos da crise.

"Essa coisa de pescoço de galinha, pé de galinha, carcaça, que era tudo barato, R$ 2... 50 centavos. Hoje em dia 1 quilo de pé de galinha está R$ 8."

Desempregada e dependente do Auxílio Brasil, Elizabete diz que o benefício não é suficiente para alimentar a família. "Tenho 54 anos e tenho vontade de trabalhar, porque a pior coisa é você ver sua filha pedindo biscoito e você não ter pra dar."

A alta nos preços também contribuiu para a fome na família de Ionara Jesus, de São Paulo, que está desempregada e tem quatro filhas.

"A gente acha o quilo do pé de frango por R$ 12, por R$ 10, isso, para mim, é um absurdo. E já tem granja que, se a gente pesquisar bem, consegue achar o quilo da carcaça a uns R$ 8, R$ 10", afirma.

A pressão inflacionária ainda atingiu outros alimentos que costumam ter preços mais acessíveis e que, em momentos de aperto na renda, podem aparecer com maior frequência na mesa do brasileiro, mostra um levantamento do economista Matheus Peçanha, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

No acumulado de 12 meses até junho, uma cesta composta por sete desses itens teve alta de 13,2%, de acordo com dados do IPC-DI, índice calculado pelo FGV Ibre em capitais.

A maior elevação foi a do macarrão instantâneo: 19,35%. Mortadela (17,01%), ovos (16,95%), biscoitos (15,85%), salsicha ou salsichão (13,95%) e fígado bovino (1,64%) também subiram no período. A única baixa foi a do músculo bovino (-3,49%).

"A cesta mostra como a inflação de alimentos, com a pressão de custos, ficou bem disseminada. Até bens inferiores tiveram escalada de preços", diz Peçanha.

Conforme o economista, a carestia da comida deve até desacelerar ao longo do segundo semestre, mas a tendência é de preços ainda em um patamar elevado.

"Não quer dizer que vão baixar. Alguns podem registrar alguma estagnação. Vimos cortes de impostos, trégua em commodities, e não há perspectiva de novos problemas climáticos afetando os preços até o final do ano. O prognóstico é de desaceleração", indica.

Com a crise econômica, cenas de pessoas em busca de doações e até de restos de comida se espalharam pelo país.

Uma das mais emblemáticas foi a de um caminhão de ossos e sobras de carne que passou a ser disputado na zona sul do Rio. Outras metrópoles também registraram filas em busca de doações de restos de ossos de boi.

Atualmente, 33 milhões de pessoas passam fome no país, indicou o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. O contingente é similar ao registrado 30 anos atrás.

Relatório da consultoria Kantar aponta que comer fora de casa virou tarefa mais difícil com a inflação e, assim, consumidores vêm trocando refeições completas por alimentos menores e que subiram menos. **Leonardo Vieceli, Ira Romão, Gabriela Carvalho e Natalie Vanz Bettoni**

Com Agência Mural

A morte invisível dos velhos

Covid mata mais quem tem mais de 60 anos e está entre os três males mais mortíferos

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Neste ano, 83% dos mortos de Covid tinham 60 anos ou mais em São Paulo. Durante a epidemia inteira, foram 69%. É um número parecido com aquele da gripe/pneumonia no estado: 85% dos mortos por essas doenças em 2019 e 2020 tinham 60 anos ou mais (ainda não há dados de 2021).

Como se fosse uma caricatura da profecia do monstro no poder, a Covid se tornou uma nova grande gripe assassina.

Ficamos acostumados à Covid, a suas mortes e sequelas, assim como as instituições do país se acostumaram a Jair Bolsonaro. A destruição continua, mas faz parte da paisagem. Assim também nos acostumamos à pobreza. No ano que vem, vamos para o DÉCIMO ano sem crescimento. Na verdade, ainda seremos muito mais pobres do que em 2014.

No caso da peste, nos acostumamos, por ora, a 250 mortes por dia no Brasil; a 69 por dia no estado de São Paulo. Nesse ritmo, a epidemia terá matado 700 mil pessoas no país às vésperas do segundo turno da eleição. Ainda haverá alguma comoção com a efeméride do número redondo de horror?

Talvez não, até porque pode haver catástrofe concorrente, como o ápice do golpe ora em curso. Mas, no que diz respeito à epidemia, talvez não se preste atenção porque a morte por Covid se tornou invisível, por assim dizer.

A doença mata ainda mais os mais velhos, "idosos". Para nossa desumanidade crescente (ou costumeira?), a vida abreviada dos mais velhos parece causar menos comoção, como se inevitável.

Considerando os números das demais causas de morte em 2019 (último ano antes da epidemia), a Covid seria o terceiro mal mais mortífero no estado de São Paulo, para o total da população. Por dia, morriam cerca de 159 pessoas de câncer e 87 de doença isquêmica do coração (artérias entupidas, que podem levar ao infarto). Neste ano, até agora, morreram 85 pessoas por dia de Covid.

Gripe/pneumonia mataram 63 por dia em 2019; doenças cerebrovasculares, 59,5. Aids, 5. Suicídios, 6,5. Homicídios, 9. Acidentes de transporte, 14. Os números são bem parecidos com os de 2020.

Pessoas mais jovens são a maioria dos assassinados, das vítimas de homicídio: cerca de 90% têm entre 15 e 49 anos. Morrem muito mais cedo e de modo muito mais gritante do que os velhos que se vão mais quietamente por causa de gripe, pneumonia ou Covid. Mas é tudo intolerável.

A morte por Covid se tornou rotina também porque, ao menos por ora, não há muito o que fazer a não ser o que tem de ser feito: vacinas, máscaras, ventilação, campanhas de esclarecimento, o que faz tempo se sabe —mas cada vez menos se faz. É preciso viver com a doença, por falta de alternativa, mas não é preciso nos rendermos a mais um motivo de morticínio grande: a terceira causa de morte mais comum em São Paulo, vamos repetir.

Apesar das trevas, sobrou algo do Brasil que presta. O país vai relativamente bem no ranking de vacinação. No caso de duas doses, estamos à frente de Itália, França, Reino Unido e Alemanha. No caso das demais doses, de reforço, nem tanto, mas não muito longe da França e bem à frente da vergonha dos Estados Unidos.

O número diário de mortes tem crescido por aqui, mas é ora menor do que no Reino Unido, Itália, EUA e França, por exemplo (mortes por milhão de habitantes), embora essas comparações sejam bem difíceis, por diferenças sociais e sazonais. Não fomos só nós que nos acostumamos à Covid.

Não pode ser. De resto, a resignação ou a indiferença quanto à morte se casam com outros conformismos ou friezas. Quantas serão as vítimas de sequelas graves da doença? Tantas quanto os 700 mil mortos? O dobro? A metade? Seja quanto for, é um desastre. Ainda nem nos perguntamos quantas são e como sofrem essas pessoas.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Viagens da Caixa tinham blindados e resort

Custo médio por evento de Pedro Guimarães era de R$ 70 mil por fim de semana; roteiro mais caro foi R$ 250 mil

Lucas Marchesini

BRASÍLIA Viagens do programa Caixa Mais Brasil realizadas pelo então presidente do banco público, Pedro Guimarães, incluíram gastos com aluguel de carros blindados e hospedagem em resorts de luxo a um custo total de R$ 9,4 milhões até março deste ano.

Os dados foram obtidos pela **Folha** via LAI (Lei de Acesso à Informação) e revelam um custo médio de R$ 70 mil de cada uma delas. Os eventos eram realizados em fins de semana e neles teriam ocorrido vários dos casos de assédio sexual revelados pelo portal Metrópoles.

Nas 134 edições do Caixa Mais Brasil, além de se hospedar em resorts em Natal e Porto Seguro, por exemplo, o então presidente da instituição recebia diárias no valor de US$ 77 por dia.

Considerando uma média de três dias por evento —Guimarães costumava ir na sexta e voltar no domingo—, isso representava um ganho extra de aproximadamente R$ 165 mil. O valor era pago integralmente, pois as despesas de hospedagem e alimentação eram custeadas pela Caixa.

Questionada sobre os gastos, a Caixa disse que "existem apurações internas em andamento, em paralelo às que estão sendo feitas pelos órgãos de controle".

"Além dessas, o Conselho de Administração determinou a contratação de empresa externa, independente, para verificar todos os casos", acrescentou.

A instituição também disse que "o Canal de Denúncias do banco é gerido por entidade externa, que se responsabiliza pela preservação da identidade dos denunciantes".

Por meio de seu advogado, José Oliveira Lima, o ex-presidente da Caixa disse que "todos os custos dos eventos relacionados ao Caixa Mais Brasil seguiram os protocolos e normas do banco". Na visão de Guimarães, os gastos com o programa "podem ser considerados como investimentos, pois produziu benefícios para a população e gerou para o banco economia muitas vezes superior ao que foi gasto".

Segundo relatos obtidos pela **Folha** de pessoas que participaram da organização dos eventos, o tratamento dispensado ao então presidente da Caixa era semelhante ao de presidente da República.

A equipe de produção não era autorizada a falar com Guimarães e só podia se dirigir a ele caso fosse abordada pelo próprio. De acordo com essas pessoas, era proibido, até mesmo, rir mais alto do que Guimarães durante os eventos.

Por meio de seu advogado, ele nega a existência dessas orientações.

Ao assumir a presidência da Caixa, Guimarães estabeleceu uma agenda intensa de viagens, cujo principal destaque era justamente o programa Caixa Mais Brasil. Os eventos tinham o objetivo de aproximar a alta cúpula do banco aos funcionários da instituição por todo o Brasil e também dos clientes da Caixa.

Na prática, isso significava uma viagem por fim de semana, sempre que possível, para todas as regiões do país.

No início, a organização das viagens ficava a cargo do gabinete de Pedro Guimarães, mas o volume de trabalho logo se mostrou excessivo para a equipe.

Por isso, foi necessário criar um grupo específico para essa função dentro da Superintendência Nacional de Relacionamentos Institucionais.

Conhecido como GT Caixa Mais Brasil, esse grupo atuou até o ano passado, depois que o TCU (Tribunal de Contas da União) abriu um processo para investigar os gastos no Caixa Mais Brasil. O caso acabou sendo arquivado no tribunal.

Nas viagens, o uso de carro blindado era costumeiro. Há registros de aluguel de veículo blindado para uma atividade do Caixa Mais Brasil em Roraima e Manaus, ambos em janeiro de 2019. Isso ocorreu antes mesmo da ameaça sofrida por Guimarães em julho de 2020.

De acordo com os dados obtidos via LAI, a viagem mais cara de Pedro Guimarães foi para Breves (PA), na Ilha do Marajó. Foram gastos R$ 250 mil, e o evento, em outubro de 2020, contou com a presença de Jair Bolsonaro.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM REFEIÇÕES DE SOROCABA E REGIÃO - SINDIREFEIÇÕES TS SOROCABA - Edital de Eleições Sindicais 2022 - A presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM REFEIÇÕES DE SOROCABA E REGIÃO - SINDIREFEIÇÕES TS SOROCABA - CNPJ 01.077.814/0001-97**, no uso das suas atribuições e prerrogativas legais e estatutárias, convoca todos associados do sindicato, em gozo de seus direitos associativos e em condições do exercício de voto, para participar das eleições sindicais que serão realizadas com coleta de votos no próximo dia 19 de agosto do corrente ano, através de urna fixa que será instalada na sede do sindicato, na Rua Capitão José Dias, nº 87, Centro, Sorocaba - SP, CEP 18035-260 (das 08h00min às 19h00min), e urnas itinerantes (das 06h00min às 18h00min) que percorrerão os principais locais de trabalho, a saber, cozinhas e refeitórios das empresas: GR S/A.: Unidade NISSIN: Rodovia Bunjiro Nakao, Km 57, Bairro Votorantim, Ibiuna - SP, CEP 18150-300; Unidade HOSPITAL UNIMED SÃO ROQUE: Rua Capitão José Vicente De Moraes, 97, Bairro Esplanada Mendes Moraes, São Roque, SP, CEP 18130-780; Unidade HOSPITAL SANTA LUCINDA: Rua Claudio Manoel da Costa, 57, Jardim Vergueiro, Sorocaba/SP, CEP: 18030-083; Unidade BRF: Rodovia Mario Batista Mori, Km 33, Bairro Vila São Cristóvão, Tatuí, SP, CEP 18.280-000; MASSIMA SOLUÇÕES EM ALIMENTAÇÃO LTDA., Unidade CNH (CASE) Avenida Jerome Case, 1801, Bairro Eden, Sorocaba - SP, CEP 18.087-220; PURO SABOR SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA. Unidade ARAMAR, Estrada Vicinal Sorocaba/Ipero, Km 12,5, Bairro George Oetterer, Iperó - SP, CEP 18.560-000; SAPORE S/A.: Unidade CLARIOS: Avenida Independência, 2757, Bairro Éden, Sorocaba - SP, CEP 18.087-101; e Unidade JCB, Avenida Joseph Cyril Bamford, 3600, Bairro Éden, Sorocaba - SP, CEP 18.103-139; Unidade PRYSMIAN, Rua Chicri Maluf, 121, Bairro Iporanga, Sorocaba, CEP 18.087-141; e Unidade KANJIKO, Avenida Itavuvu, 14147, Bairro Jardim Santa Cecilia, Sorocaba - SP, CEP 18.079-758; SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S/A., Unidade CBA, Rua Alexandre Brodovisk, 175, Bairro Vila Industrial, Aluminio - SP, CEP 18.125-000; Unidade HERSHEY DO BRASIL: Rodovia Raposo Tavares, Km 63, Bairro Marmeleiro, São Roque - SP, CEP 18.131-220; e Unidade YAZAKY, Rua Marisa Carriel Da Fonseca, 05, Bairro Loteamento Empresarial Tatuí, Tatuí -SP, CEP 18.280-602. A critério da Comissão Eleitoral, a relação de locais e horários de votação poderá ser ampliada para facilitação do exercício do direito de voto, conforme edital adicional a ser eventualmente publicado. Ficam abertas as inscrições de chapas que queiram concorrer ao pleito, que deverão ser apresentadas na secretaria do sindicato, no prazo de 05 (cinco) dias da publicação deste edital, com total observância das disposições estatutárias. A Secretaria Eleitoral funcionará no horário das 10h00min às 18h00min, exceto sábados e domingos, onde poderão ser esclarecidas dúvidas dos interessados. A secretaria disponibilizará aos interessados modelo padrão de ficha de qualificação a ser utilizado pelas chapas. No prazo estatutário o sindicato publicará a lista das chapas e dos candidatos cuja inscrição foi deferida, abrindo, a partir desta futura publicação, o prazo de 48 (quarenta e oito horas) para impugnação. Em caso de empate entre chapas, nova votação será realizada no dia 31 de agosto de 2022, nos mesmos locais e horários, restrita esta às chapas em questão. Sorocaba, 17 de julho de 2022. **Teresinha de Jesus Baldino** - Presidente.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CARAGUATATUBA, SÃO SEBASTIÃO E ILHABELA - CNPJ nº 02.592.586/0001-56 - **Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária** - A Presidente do Sindicato supra, no uso de suas atribuições faz saber que nos dias de 30 e 31 de Agosto de 2022, será realizada a assembleia geral das eleições sindicais deste Sindicato dos Empregados no Comércio de Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegação Federativa, bem como os seus respectivos suplentes, ficando aberto prazo de 05 (cinco) dias contínuos, contados do dia seguinte da publicação deste edital ou seja, de 18/07/2022 a 22/07/2022, para o registro de chapas na Secretaria da entidade, tudo na forma do artigo 85 e seguintes do Estatuto Social da entidade e da legislação vigente. A Secretaria da entidade funcionará, no prazo da inscrição, no seguinte horário: de segunda a sexta feira, das 9:00 às 16:00 horas. As chapas deverão ser registradas contendo os nomes das respectivas pessoas que concorrerão a Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Federativos, com seus respectivos suplentes. Os requerimentos devem ser acompanhados de todos os dados e documentos dos candidatos. O registro de chapa deverá ser apresentado na Secretaria, em 02 (duas) vias, assinadas as fichas por todos os candidatos, pessoalmente, não sendo permitida a outorga de procuração, devendo os candidatos comprovar que não incidem em nenhum dos dispositivos de impedimento contidos no artigo 86 do Estatuto do Estatuto Social da entidade, bem como atender os requisitos do requerimento de inscrição de chapa a ser apresentado com os documentos exigidos pelo artigo 87 do Estatuto Social da entidade e legislação vigente. O requerimento junto com os documentos será dirigido ao Presidente do Sindicato, podendo o mesmo ser assinado por qualquer dos candidatos componentes das chapas (representante da chapa). A eleição se processará no horário das 9:00 às 17:00 horas no dia 30/08/2022, e no dia 31/08/2022, das 9:00 às 16:00 horas. A eleição contará com 1 (uma) urna fixa na sede da entidade, sito à Av. Frei Pacifico Wagner, nº 260 - Centro, Caraguatatuba, e urnas itinerantes que percorrerão as empresas comerciais onde o sindicato possui maior número de associados para a coleta dos votos. A lista de votantes contará com os nomes dos associados aptos a votar. Também, haverá lista para votos em separado, ou seja, daqueles que não constarem da lista de votantes e se encontrar no direito ao voto, conforme norma estatutária. O "quorum" para a validade do pleito, em primeira convocação, é da maioria absoluta dos associados constantes na lista de votantes. Não sendo atingido o quórum em primeira convocação, esta terá prosseguimento nos dias subsequentes, até que ele seja atingido. Se ocorrer a inscrição de mais de uma chapa e, havendo empate, será convocada nova eleição, conforme estipula o artigo 131 do Estatuto Social, a qual ocorrerá no dia 20/09/2022 e 21/09/2022 seguindo os mesmos ditames dos horários e urnas constantes deste edital e Estatuto Social da entidade, sendo que concorrerão apenas as duas chapas mais votadas. O prazo para impugnação dos candidatos será de 03 (três) dias contados do dia seguinte da publicação de chapa inscrita, conforme prescreve o artigo 92 do Estatuto Social da entidade. Devido à pandemia do "coronavirus" e a instabilidade de abertura e fechamento do comércio, com redução de horários, demissões de associados e afastamentos, poderá ser alterado dias das eleições, ou até mesmo suspenso o processo eleitoral, obedecendo os decretos municipais e legislações correlatas, sendo que se ocorrer quaisquer dessas situações, será publicado edital para conhecimento de todos. Caraguatatuba-SP, 17 de julho de 2022. **Lucelena Aparecida Firmino** - Diretora Presidente.

LEILÕES OFICIAIS BURIHAM

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E INTIMAÇÃO DO DEVEDOR FIDUCIÁRIO

Laerte Buriham Leiloeiro Oficial - **JUCESP:** 997

LAERTE IWAKI BURIHAM, Leiloeiro Oficial, matriculado na JUCESP sob o nº 997, com escritório à Rua Rui Barbosa, nº 95, cjs. 31/32, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo credor fiduciário CODE TATUAPÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE, CNPJ nº 16.626.955/0001-99, com sede na Rua Serra de Botucatu, nº 1.195, Bairro Tatuapé, CEP: 03317-001, SP/SP, consoante as escrituras públicas de venda, compra e alienação fiduciária em garantia de 30/09/2019 e diante da consolidação da propriedade, realizará a venda em hasta pública extrajudicial, na modalidade on line, através do portal www.leiloesburiham.com.br, nos termos dos artigos 26 , 27 e parágrafos da Lei nº 9.514/97 e alterações, ficando também intimada a devedora fiduciante BRIDGE CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E CONHECIMENTO APLICADO LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.999.823/0001-26, com sede na capital de São Paulo na Rua Apucarana, nº 428, Tatuapé, representado pelos sócios, Celso Teixeira Braga, RG nº 15.707.345-2 SSP/SP e CPF nº 067.183.628-59 e Luiz Sérgio da Cruz, RG nº 15.480.831-3 SSP/SP e CPF nº 067.089.858-96, das datas dos leilões dos bens a seguir para o exercício de preferência. O PRIMEIRO LEILÃO será realizado no dia 05/08/2022 as 11:00. O SEGUNDO LEILÃO, que ocorrerá se não houver licitantes no primeiro, será realizado no dia 16/08/2022 às 11:00. O TERCEIRO LEILÃO, que ocorrerá se não houver licitantes no segundo, será realizado no dia 29/08/2022, às 11:00. Serão individualmente leiloadas as salas comerciais nº 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49, localizadas no 04º andar do "Condominio Edificio Code Tatuapé, sito à Rua Serra de Botucatu, nº 1195, CEP: 03317-001, no Bairro Tatuapé, São Paulo/SP, matriculadas perante o 09º CRI/SP, respectivamente sob nºs 312.136 à 312.144. Todos os imóveis estão ocupados e a desocupação correrá por conta e responsabilidade do adquirente, nos termos do artigo 30 da Lei nº 9.514/97. Cada sala tem o direito a 01 (uma) vaga de garagem indeterminada. No primeiro e no terceiro leilão, todos os débitos condominiais e de IPTU, independente da data de origem, correrão por conta do arrematante. No segundo leilão, os débitos de condominio e de IPTU serão quitados com o produto da arrematação. Os valores dos débitos ora apresentados são indicativos e devem ser obrigatoriamente verificados pelos interessados junto aos credores. Débitos de água, luz, gás e outros consumos, antes e depois do leilão, serão de responsabilidade do arrematante. RELAÇÃO DOS BENS LEILOADOS: a) sala nº 41, com a área privativa de 33,71m², área de uso comum de 44,21m², área real total de 77,92m², melhor descrita e caracterizada na matricula nº 312.136. Contribuinte nº 054.046.0132-9. Valor de avaliação: R$ 440.525,68. Lances minimos: 01º Leilão: R$ 708.275,96. 02º Leilão: R$ 723.178,90. 03º Leilão: R$ 354.013,32. Dos ônus sobre o imóvel: Débitos de IPTU: R$ 20.941,59 e Débitos condominiais: R$ 19.114,09; b) sala nº 42, contendo a área privativa de 31,05m2, área de uso comum de 40,52m², área real total de 71,57m², melhor descrita e caracterizada na matricula nº 312.137. Contribuinte nº 054.046.0133-7. Valor de avaliação: R$ 409.493,95. Lances minimos: 01º Leilão: R$ 662,267,70. 02º Leilão: R$ 671.828,46. 03º Leilão: R$ 319.060,82. Dos ônus sobre o imóvel: Débitos de IPTU: R$ 19.135,22 e Débitos condominiais: R$ 17.586,96; c) sala nº 43, contendo a área privativa de 31,05m2, área de uso comum de 40,52m2, área real total de 71,57m2, melhor descrita e caracterizada na matricula nº 312.138. Contribuinte nº 054.046.0134-5. Valor de avaliação: R$ 409.493,95. Lances minimos: 01º Leilão: R$ 662,267,70. 02º Leilão: R$ 671.828,46. 03º Leilão: R$ 319.060,82. Dos ônus sobre o imóvel: Débitos de IPTU: R$ 19.135,22 e Débitos condominiais: R$ 17.586,96; d) sala nº 44, contendo a área privativa de 31,05m2, área de uso comum de 40,52m2, área real total de 71,57m2, melhor descrita e caracterizada na matricula nº 312.139. Contribuinte nº 054.046.0135-3. Valor de avaliação: R$ 409.493,95. Lances minimos: 01º Leilão: R$ 662,267,70. 02º Leilão: R$ 671.828,46. 03º Leilão: R$ 319.060,82. Dos ônus sobre o imóvel: Débitos de IPTU: R$ 19.135,22 e Débitos condominiais: R$ 17.586,96; e) sala nº 45, contendo a área privativa de 44,19m2, área de uso comum de 58,05m2, área real total de 102,24m2, melhor descrita e caracterizada na matricula nº 312.140. Contribuinte nº 054.046.0136-1. Valor de avaliação: R$ 562.305,78. Lances minimos: 01º Leilão: R$ 909.407,70. 02º Leilão: R$925.732,78. 03º Leilão: R$ 435.158,88. Dos ônus sobre o imóvel: Débitos de IPTU: R$ 29.095,14 e Débitos condominiais: R$ 25.077,98; f) sala nº 46, contendo a área privativa de 44,31m2, área de uso comum de 58,16m2, área real total de 102,47m2, melhor descrita e caracterizada na matricula nº 312.141. Contribuinte nº 054.046.0137-1. Valor de avaliação: R$563.502,69. Lances minimos: 01º Leilão: R$ 911.343,45. 02º Leilão: R$ 927.584,82. 03º Leilão: R$ 436.204,88. Dos ônus sobre o imóvel: Débitos de IPTU: R$ 29.095,14 e Débitos condominiais: R$ 25.077,98. g) sala nº 47, contendo a área privativa de 41,95m2, área de uso comum de 54,74m2, área real total de 96,70m2, melhor descrita e caracterizada na matricula nº 312.142. Contribuinte nº 054.046.0138-8. Valor de avaliação: R$536.039,06. Lances minimos: 01º Leilão: R$ 866.926,98. 02º Leilão: R$881.352,44. 03º Leilão: R$ 415.939,41. Dos ônus sobre o imóvel: Débitos de IPTU: R$ 26.920,42 e Débitos condominiais: R$ 23.516,17; h) sala nº 48, contendo a área privativa de 41,95m2, área de uso comum de 54,74m2, área real total de 96,70m2, melhor descrita e caracterizada na matricula nº 312.143. Contribuinte nº 054.046.0139-6. Valor de avaliação: R$536.039,06. Lances minimos: 01º Leilão: R$ 866.926,98. 02º Leilão: R$ 881.352,44. 03º Leilão: R$ 415.939,41. Dos ônus sobre o imóvel: Débitos de IPTU: R$ 26.920,42 e Débitos condominiais: R$ 23.516,17; i) sala nº 49, contendo a área privativa de 38,41m2, área de uso comum de 50,37m2, área real total de 88,78m2, melhor descrita e caracterizada na matricula nº 312.144. Contribuinte nº 054.046.0140-1. Valor de avaliação: R$495.453,82. Lances minimos: 01º Leilão: R$ 801.289,15. 02º Leilão: R$814.202,93. 03º Leilão: R$ 384.820,35. Dos ônus sobre o imóvel: Débitos de IPTU: R$ 24.333,19 e Débitos condominiais: R$ 21.753,46. A devedora fiduciante poderá exercer o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da divida, acrescida dos encargos e despesas e mais a comissão do leiloeiro, sem concorrência de terceiros, ainda que já tenham efetuado lances. O arrematante deverá efetuar o pagamento do lanço vencedor, à vista, no prazo de 24 horas após o encerramento do leilão e mais a comissão do leiloeiro de 5% sobre o valor do arremate. A venda será realizada em caráter Ad corpus e no estado em que se encontram as unidades, competindo ao arrematante efetuar o desmembramento das salas que, atualmente, se encontram unificadas. A escritura de venda e compra será lavrada em até 120 dias contados da data do leilão, em Tabelião indicado pela Vendedora e desde que não possuam débitos. Serão de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas necessárias à transferência dos imóveis. Os interessados deverão tomar ciência do edital completo e condições de venda disponíveis no portal: www.leiloesburiham.com.br e efetuar o cadastro com até 24 horas de antecedência do Leilão para participar, concordando com os seus termos e condições aqui e lá estabelecidos. Horário oficial de Brasília/DF. E, para conhecimento de todos, publica-se o presente edital que também será afixado nos lotes dos leilões.

www.leiloesburiham.com.br (11) 2507-4943

CONSELHO DELIBERATIVO - CONVOCAÇÃO - O Presidente do **CONSELHO DELIBERATIVO** do **CLUBE ESPERIA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os senhores Conselheiros para a **REUNIÃO ORDINÁRIA**, a realizar-se no próximo dia 26 de julho de 2022, **terça-feira**, em seu Salão Azul, sito à Rua Marechal Leitão de Carvalho, nº 65, com entrada também pela Avenida Santos Dumont, nº 1313, nesta Capital, às 19hs em primeira convocação, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:** a) Leitura, discussão e aprovação da Ata da Reunião de 31/03/2022; b) Posse do(s) Conselheiro(s); c) Apreciação da evolução da Administração apresentada pela D.A. e cumprimento do estabelecido na peça orçamentária, relativamente ao **trimestre** anterior, conforme inciso VI do artigo 85 do Estatuto Social do Clube Esperia; d) Informações atualizadas aos Conselheiros de quantos processos judiciais existem contra o Clube Esperia e qual a situação de cada um; e) Informações do andamento da Comissão de revisão e atualização dos Regulamentos e do Estatuto Social do Clube Esperia; f) Entrega de Diplomas Alunas da Ginástica Rítmica; g) Várias. Desde que não haja número legal de Conselheiros para a primeira convocação, o Conselho reunir-se-á 30 minutos após com qualquer número. São Paulo, 16 de julho de 2022.**Francisco Antunes de Oliveira Júnior** - Presidente do Conselho Deliberativo.

Edital de Convocação - A Comissão Eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores Municipais Ativos e Inativos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Louveira, inscrito sob o CNPJ nº 11.575.433/0001-91, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem através deste edital convocar as eleições para preenchimentos dos cargos da diretoria executiva, conselho deliberativo, conselho fiscal efetivo, bem como, os respectivos suplentes destes órgãos, para o mandato de quatro anos, com inicio em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois a vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e seis. As eleições sindicais serão realizadas no dia nove de setembro de dois mil e vinte e dois, das nove horas às dezessete horas, com uma uma fixa na sede do sindicato, e umas itinerantes quantas se fizerem necessárias, que percorrerão todos os locais de trabalho dos funcionários públicos municipais associados e aptos a votar de Louveira. Em caso de uma única chapa se inscrever a eleição passa a ser realizada no sábado dia dez de setembro de dois mil e vinte e dois, das nove as dezessete horas, conforme art. cinquenta e quatro. Desde já fica aberto o prazo de inscrição de chapa, que será de dez dias, ou seja, inicio dia dezoito de julho e término dia vinte e sete de julho de dois mil e vinte e dois, onde haverá pessoa habilitada para fazer a inscrição de chapa, na secretaria eleitoral do sindicato, de conformidade com os art. quarenta e nove, cinquenta Cc art. setenta e um e setenta e dois, seus parágrafos, incisos e alíneas, que atenderá das nove horas às dezessete horas, no endereço - sito à avenida Ricieri Chiqueto, nº cento e dezesseis, sala vinte e cinco, bairro Santo Antônio, Louveira - SP. E em conformidade com o artigo setenta, parágrafo oitavo do estatuto social da entidade em tela, após a fixação das chapas inscritas no mural da entidade, fica aberto o prazo de três dias para propositura de impugnação contra candidatos ou chapas. O quórum previsto para o primeiro escrutínio é maioria simples dos associados em condições de votar em conformidade com o art. sessenta do estatutário social da entidade. Comissão Eleitoral Presidente José Eduardo Ayres de Oliveira. Louveira - SP, 17 de julho de 2022.

Contração fiscal em 2023

Com inflação elevada e inercial, novo governo terá de reduzir o gasto público

Samuel Pessôa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Na última coluna de 2021 (folha.com/5dopmikn), apostei que o crescimento em 2022 seria de 1% a 1,5%.

Dois seriam os motores do crescimento: primeiro, a normalização dos setores de serviços, principalmente outros serviços, ainda muito afetados pela epidemia; e, segundo, o impulso fiscal positivo, fruto do ciclo político na despesa pública em ano eleitoral.

Adicionalmente, a forte criação de empregos em razão da normalização dos serviços gera impulso adicional sobre a demanda. De fato, no primeiro trimestre, em comparação ao primeiro trimestre de 2021, a massa salarial real cresceu 3%.

A política monetária que joga contra o crescimento deve bater na atividade econômica somente no quarto trimestre de 2022. De qualquer forma, com o que tivemos de crescimento até maio, há indícios de um cenário para a atividade em 2022 um pouco melhor do que imaginei no fim de 2021. A economia deve crescer algo como 2% em 2022.

Por outro lado, temos recebido seguidas notícias ruins no front inflacionário. Após um conjunto incrível de choques inflacionários desde o segundo semestre de 2019, há, mais recentemente, inúmeros sinais de que a inflação adquire vida própria. A inflação se torna inercial.

Com isso, o ano terminará com a taxa de desemprego entre 9% e 9,5%, com inflação, sem manipulações, em torno de 9,5%, e, provavelmente, inflação de serviços na casa de 8% a 9%. O novo governo receberá uma economia próxima da taxa natural de desemprego, isto é, próxima do pleno emprego, com inflação muito elevada e inercial.

Não haverá muita opção. O novo governo terá de reduzir o gasto público em 2023. O crescimento do PIB em 2023 provavelmente será negativo. Teremos ambas, a política fiscal e a monetária, com o sinal correto diante da conjuntura, que é o sinal contracionista. Se a política fiscal não for contracionista em 2023, colheremos somente mais inflação e mais endividamento público, o que significa ainda mais inflação à frente.

E a crise social? O que fazer? Crise social se combate com Estado de bem-estar financiado por meio de receita de impostos. Não há saída melhor. Teremos que aumentar a carga tributária já em 2023 ou reduzir o gasto em outros itens do Orçamento, para haver orçamento público de forma a aumentar a assistência social.

Qualquer outra solução é apostar no populismo latino-americano que gerou o desastre econômico da Venezuela e a inflação que caminha para 80% ao ano na Argentina.

Em setembro deste ano, fará uma década que ocupo este espaço. No início, minha agenda era o contrato social da redemocratização. A decisão, absolutamente legítima, de nossa sociedade de priorizar a queda da desigualdade e deixar como variável residual o crescimento econômico.

Desde o final de 2013, quando ficou claro, para mim, que tínhamos um problema fiscal estrutural grave, a agenda da coluna foi tentar contribuir para que a sociedade encontre um equilíbrio não inflacionário. Estamos ainda em meio a esse problema.

Tudo indica que o equilíbrio político demandará nova rodada de elevação da carga tributária. E tudo indica que, corretamente, serão procuradas formas de fazê-lo que sejam socialmente mais justas.

Sobre como fazê-lo, os interessados devem consultar o livro recentemente publicado em formato eletrônico, "Progressividade tributária e crescimento econômico", organizado por meu colega do FGV Ibre, Manoel Pires, com o apoio da Samambaia Filantropias.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

O ônibus elétrico Higer A12BR Azure; expectativa é produzir 700 unidades por ano Divulgação

Chinesa vai fabricar no Ceará ônibus elétrico que roda sem barulho

TEVX Motor Group, dona da marca Higer, está de olho nas licitações de transporte público que exigem modelo

Eduardo Sodré

SÃO PAULO As barras amarelas e os bancos forrados de tecido azul do ônibus Higer A12BR Azure são iguais aos vistos em veículos do tipo que circulam por cidades brasileiras. A diferença está no que vai sob as chapas de aço da carroceria. Em vez de movido a diesel, o modelo chinês é elétrico.

Não é o primeiro dessa categoria no Brasil, mas a ambição é se tornar o mais comum. A fabricante assinou nesta quinta (14) um protocolo de intenções para construir sua fábrica no Ceará.

As conversas tiveram início em abril, e o objetivo é instalar a linha de montagem no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, localizado entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante (a 60 quilômetros de Fortaleza). A montadora estima que serão gerados 500 empregos diretos na região, com início da produção previsto para 2024.

A TEVX Motor Group, dona da Higer, está de olho nas licitações de transporte público que exigem o uso de ônibus elétricos Brasil afora. A expectativa é produzir 700 unidades por ano a partir de 2025.

Trata-se de um grande quebra-cabeça. Os veículos virão da China no sistema SKD (Semi Knock Down), que significa que os ônibus vêm parcialmente montados para o Brasil, o que possibilita a redução do imposto de importação.

A empresa afirma ter capacidade para importar mil veículos ainda em 2022. A produção na China é de 35 mil unidades por ano, segundo Marcello Barella, diretor de vendas da Higer na América Latina.

Alguns componentes poderão ser fornecidos por empresas instaladas no Brasil, como o sistema de freios da ZF/Wabco, as rodas da Alcoa e os pneus da Michelin.

O modelo Higer Azure A12BR tem 12 metros de comprimento e autonomia para rodar 270 quilômetros. As baterias somam 385 kWh de capacidade —em comparação, a versão elétrica do Renault Kwid tem 26,8 kWh.

O ônibus chinês é equipado com ar-condicionado, 35 pontos de recarga USB, monitores de TV e janelas grandes. O assoalho baixo facilita a entrada e a saída, e há capacidade para 70 passageiros. Ele pode transportar 19 toneladas.

Além de não soltar fumaça, o ônibus roda em silêncio. É possível emitir sinais sonoros nas manobras para alertar pedestres e motoristas de outros carros que estejam ao redor.

Os freios regenerativos permitem recuperar energia, o que faz o Azure ser mais econômico no trânsito pesado do que em rodovias. A carga completa em tomada rápida demora cerca de duas horas e meia, segundo a fabricante.

Outra opção disponível será o modelo para fretamento, mais luxuoso. É o mesmo ônibus que fará o transporte de espectadores na Copa do Mundo do Catar, em novembro. A Higer vai levar 1.815 veículos para o evento.

Uma unidade idêntica às que serão usadas no campeonato foi avaliada em um espaço fechado, no estacionamento do Jockey Club de São Paulo (zona oeste).

O banco do motorista desce suavemente após se sentar. O sistema pneumático filtra as imperfeições do solo e torna o trabalho menos cansativo.

A partida ocorre sem nenhum barulho, e só se sabe que o motor está ligado por meio das luzes que acendem no painel.

O instrutor Fabrício de Souza explica que a calibração permite rodar sem trancos. Mesmo que o condutor pise fundo, o veículo ganha velocidade lentamente. Mas, se for escolhido o modo de regeneração máxima da energia por meio da frenagem, o ônibus pode frear bruscamente a cada vez que o motorista tira o pé do acelerador. Esse ajuste fino será realizado no Brasil.

Após uma volta, nota-se o quanto a direção é leve e como o logotipo da Higer no volante se parece com o da sul-coreana Hyundai. Faz sentido: apesar do tamanho, o ônibus elétrico roda com a suavidade de um utilitário esportivo de luxo.

Tribunal manda Tesla reembolsar cliente por falha no piloto automático

Victoria Waldersee

BERLIM | REUTERS Um tribunal de Munique, na Alemanha, ordenou que a Tesla reembolse uma cliente a maior parte dos 112 mil euros que ela pagou por um utilitário Model X por causa de problemas com o sistema de piloto automático, informou o Der Spiegel nesta sexta-feira (15).

Um relatório técnico mostrou que o Autopilot não reconhecia obstáculos de forma confiável, como o estreitamento de um canteiro de obras, e às vezes acionava os freios desnecessariamente.

Isso pode causar um "grande risco" e levar a colisões, avaliou o tribunal.

Os advogados da Tesla argumentaram que o Autopilot não foi projetado para o tráfego da cidade, de acordo com o Der Spiegel. O tribunal, porém, considerou que não era viável que os motoristas liguem e desliguem o recurso manualmente em diferentes situações de terreno, pois isso pode distraí-los da direção.

Representantes da Tesla não estavam disponíveis para comentar o assunto.

Os reguladores de segurança dos Estados Unidos estão investigando a função do piloto automático da Tesla após relatos de 16 acidentes, incluindo 7 com registros de ferimentos e uma morte.

A Tesla diz que o Autopilot permite que os veículos se orientem automaticamente dentro de suas faixas, mas não os torna autônomos.

O fundador da montadora, Elon Musk, disse em março que a Tesla deve lançar uma versão de teste do novo software de "Autodireção Completa" na Europa ainda este ano, dependendo da aprovação regulatória.

"É muito difícil dirigir totalmente autônomo na Europa", disse Musk a trabalhadores da fábrica de Berlim quando ela foi inaugurada.

O bilionário afirmou que muito trabalho precisa ser feito para lidar com situações complicadas de direção no continente, onde as estradas variam muito de país a país.

No início do mês, a Tesla perdeu seu posto de líder no segmento de vendas de carros elétricos para a chinesa BYD, apoiado pela Berkshire Hathaway, de Warren Buffett.

Atingida pelos lockdowns na China e por custos crescentes, a montadora de Musk vendeu 254.695 veículos no segundo trimestre, uma queda de cerca de 18% em relação aos três primeiros meses deste ano.

Os problemas na rede de fornecedores vinculadas às fábricas da empresa no Texas e na Alemanha também prejudicaram a produção, com analistas alertando que a situação pode afetar os resultados da Tesla.

tec

Fotos Jorge Maruta - 24.jul.1972/Jornal da USP

1 O professor Antônio Hélio Guerra Vieira, à direita, apresenta o computador 2 Bispo Dom Ernesto de Paula benze o Patinho Feio 3 Apresentação do computador no dia da sua inauguração, em 1972 4 Dois dos criadores do projeto, Edith Ranzini e Antonio Massola, mostram o patinho hoje; na época eles tinham 25 e 28 anos

Primeiro computador brasileiro, Patinho Feio completa 50 anos

Máquina feita por alunos e professores da USP tinha placa de circuito de papelão e 4 kB de memória

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Em 24 de julho de 1972, professores e alunos da Escola Politécnica da USP preparavam uma sala do prédio da engenharia elétrica para uma apresentação. Tiraram carteiras e tablado e usaram um tapete da diretoria da faculdade para esconder o piso: do jeito que estava, desvalorizaria as fotos.

Estariam ali o então governador de São Paulo, Laudo Natel, o reitor da USP na época, Miguel Reale, e o bispo Dom Ernesto de Paula. Naquele dia, eles assistiram à apresentação do primeiro computador brasileiro: o Patinho Feio, que completa 50 anos no próximo domingo (24).

A máquina, em uma caixa de um metro de altura por um metro de comprimento, havia sido fabricada ao longo do ano anterior por alunos de graduação e pós-graduação da universidade, que atuaram sob a liderança do professor Antônio Hélio Guerra Vieira.

Sem tela alguma, um painel com luzes indicava o fluxo das informações inseridas em um teletipo, equipamento parecido com uma máquina de Telex que imprimia os comandos. A memória principal tinha 4 kB, capacidade quase 1 milhão de vezes menor do que a de um celular atual de linha básica.

No dia da celebração, o computador já estava ligado e o loader carregado. O programa era o elemento básico, o correspondente à inicialização de um computador moderno. Com ele instalado, era possível usar uma linguagem de programação mais próxima do pensamento humano, já que a da máquina é formada apenas pelos números 0 e 1 —correspondente a 1 bit, unidade mínima do computador.

A ideia era inserir direto no teletipo uma fita perfurada —a linguagem de programação da época— com o programa que seria apresentado. Mas perto da apresentação, desligaram o computador da tomada.

A saída foi ditar o comando do loader, em 0 e 1, para um dos estudantes, que o inseriu por meio do painel de chaves. "Programou na raça", como definiu o engenheiro Antonio Marcos Massola, que tinha 28 anos na época do lançamento e participou do projeto.

Finalmente, a fita do programa da apresentação foi inserida na máquina parecida com o Telex, que imprimiu uma folha com um pato desenhado com várias letras X. "Eu sou o patinho feio", dizia uma frase abaixo da ilustração.

O feito foi resultado de uma época de efervescência do setor na universidade, que começava a abraçar a engenharia da computação.

Em 1968, Vieira criou o Laboratório de Sistemas Digitais da USP, que daria à luz o computador. No início de 1970, o curso de engenharia elétrica foi dividido em telecomunicações e sistemas digitais. E um ano antes do Patinho Feio, em 1971, alunos da faculdade conseguiram ligar dois computadores, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, por meio de linha telefônica.

Mas o principal impulso para a empreitada foi um curso de arquitetura de computadores ministrado pelo americano Glen Langdon, que trabalhava no gigante de informática IBM. Como trabalho final, em junho de 1971, ele propôs que a turma projetasse um computador. A ideia foi bem recebida pelo então diretor da faculdade, Oswaldo Fadigas, que se encarregou de conseguir recursos.

Cerca de 12 formados debruçaram-se sobre o projeto —o mais velho era o professor Hélio Guerra, então com 42 anos. Junto com eles, diversos estagiários no 4º ou 5º ano do curso.

"A gente precisou fazer tudo do zero", conta a professora da USP Edith Ranzini, que na época do lançamento tinha 25 anos. As placas de circuito, por exemplo, foram feitas com papelão e plástico. "Hoje nem projeto de feira de ciências é feito assim."

A carcaça do computador foi produzida na oficina de mecânica da universidade, e a memória, parte pela qual Ranzini era responsável, comprada por alguns milhares de dólares no exterior.

Uma coincidência acabou dando nome ao projeto. Enquanto os alunos faziam a máquina, a Marinha lançou um desafio: construir um computador para navios de guerra da força armada.

"Sem nunca ter feito um computador neste país, a Marinha depois chegou à conclusão de que não ia dar para fazer um pela primeira vez e já colocar na fragata", afirma Ranzini.

Continua na pág. 21

O Patinho Feio

Entenda o funcionamento

O primeiro computador nacional não tinha tela e um painel de luzes indicava o fluxo da informação; veja os componentes

1 **Fonte** Circuito que transforma os 110 volts da tomada na voltagem requisitada para cada parte do computador

2 **Computador**

3 **Painel de fluxo de dados do computador** Indicava, por meio de luzes, o local da informação na máquina

4 **Painel de chaves da operação**, por onde era possível programar. O correspondente ao teclado

5 **Botões para ativar funções diversas.** Eles eram de LED, indicando o que o usuário havia selecionado

6 **Botões para ligar e desligar o computador e a fonte**

Teletipo
Equipamento acoplado ao computador que lia as fitas com os programas e os imprimia

Continuação da pág. 20

Mas a proposta serviu de estímulo para projetos no Brasil, dentre eles um da Unicamp: o Cisne Branco.

Uma reportagem sobre o concorrente motivou uma reunião na sala do professor Hélio. "Como vamos chamar o computador?", perguntou ele. Um dos presentes sugeriu Patinho Feio para a máquina, até então sem nome.

Por fim, o computador da Unicamp não ficou pronto e o da USP não foi usado para a fragata, mas o pioneirismo dos participantes colocou a universidade entre as selecionadas para outro projeto de computador da Marinha, ao lado da PUC-RJ: o G-10.

A insistência acontecia no contexto da Ditadura Militar (1964-1985), que tinha planos de criar uma indústria nacional robusta por meio da reserva de mercado. A política desaguou na criação da Cobra Computadores, que usou o G-10 como base para o seu primeiro lançamento. A estatal fundada em 1974 nunca conseguiu acompanhar a atualização do mercado.

"A gente forneceu equipe de engenharia para o Itaú Tec, para Cisco, para todas essas empresas que estavam começando", conta Ranzini.

No dia da inauguração do Patinho Feio, o então governador de São Paulo, Laudo Natel, afirmou que, a partir daquele momento, "toda a comunidade brasileira" havia passado "a acreditar mais no Brasil e no seu futuro".

"Hoje já podemos dizer que temos algo a oferecer no terreno da computação", disse.

Segundo Ranzini, o grupo não tinha ideia de que aquele seria um momento relembrado. "Era todo mundo meninada. A gente não vislumbrava que estava fazendo algo importante, um marco."

> A gente precisou fazer tudo do zero. (...) Hoje nem projeto de feira de ciências é feito assim
>
> **Edith Ranzini**
> professora da USP

Zanone Fraissat - 22.jun.22/Folhapress

Aos 92 anos, criador do projeto hoje se informa com Alexa e usa smartwatch

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Os móveis no apartamento em Alto de Pinheiros, bairro nobre de São Paulo, acompanharam quatro mudanças em mais de 50 anos. Sobre as estantes estão distribuídas pratarias e louças que combinam com o sofá vermelho de botões e o relógio de pêndulo. Na mesa de centro, uma Alexa com tela.

"Quem é Hélio Guerra Vieira?", pergunta à assistente virtual o senhor de 92 anos sentado à sua frente. Ele ouve os marcos da própria vida: o período à frente da reitoria da USP, a presidência da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e a comenda de Eminente Engenheiro do Instituto de Engenharia.

Vieira queria simplificar o trabalho da repórter, que vasculhava o arquivo separado por ele para a entrevista: rascunhos de palestras, discursos em conferências e artigos científicos.

O aparelho deixa de citar um feito: a liderança do projeto que criou o primeiro computador brasileiro, na Escola Politécnica da USP, o Patinho Feio, como foi batizada a máquina lançada em 24 de julho de 1972 no prédio de engenharia elétrica da universidade.

"O mais difícil foi achar os componentes", lembra Vieira, que tinha 42 anos na época.

Quatro anos antes, ele havia fundado o Laboratório de Sistemas Digitais da USP, que deu origem ao computador.

> **Eu não tinha a menor dúvida de que as coisas evoluiriam para como estão hoje. Esta casa aqui, por exemplo, é toda conectada**
>
> **Hélio Guerra Vieira**
> coordenador do projeto na Escola Politécnica da USP

"Eu sempre gostei de eletricidade. E me interessei por computação porque era novidade", conta.

O nome foi uma brincadeira com o Cisne Branco, projeto correspondente da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), que não ficou pronto. "Só que o nosso saiu do papel", diz Vieira.

A mudança que a computação trouxe para a sociedade nos anos posteriores não surpreendeu o engenheiro.

"Eu não tinha a menor dúvida de que as coisas evoluiriam para como estão hoje. Esta casa aqui, por exemplo, é toda conectada", afirma, fazendo demonstrações com a luz e a televisão, controladas pela assistente virtual. "Isso tudo é mediado por um computador", afirma.

Embora sempre tenha optado por manter-se atualizado com novos dispositivos, a Alexa foi presente de um dos filhos, assim como o smartwatch que ele leva no pulso esquerdo.

"Esse relógio é lindo de morrer", afirma ele, descrevendo as suas funções, como medir a pressão e os batimentos cardíacos. "De vez em quando ele dá um conselho para mim: 'fique em pé' ou 'dê alguns passos'."

Neto de fazendeiros e filho de professores, Vieira nasceu em Guaratinguetá, no interior de São Paulo, em 14 de julho de 1930. Formou-se na Escola Politécnica em 1953 e trabalhou na Ford antes de voltar para a vida acadêmica.

Foi diretor da Escola de 1980 a 1982, ano em que assumiu a reitoria da USP, onde ficou por quatro anos. Vieira havia se candidatado para o cargo e ficado em quarto lugar na votação, mas foi o indicado pelo então governador do estado, Paulo Maluf.

Quase no mesmo período — entre 1979 e 1985—, presidiu a Fapesp. Ainda nos anos de 1970, ajudou a criar a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico de Engenharia.

Hoje, Vieira se guia pela rotina que a filha escreveu em uma folha de papel. A lista de atividades começa às 5h, com o primeiro comprimido da manhã, passa pelo jantar, quando deve carregar o smartwatch, e termina com o pijama.

Ao longo do dia, se informa com a Alexa e vê televisão.

"A minha mulher, por outro lado —e eu gosto muito disso, é bom que ela saiba—, pinta o tempo todo. É dela todos os quadros aqui", conta ele. De um dos sofás, é possível ver seis pinturas distribuídas no corredor e nas salas de televisão e jantar.

Syllene Castejón Guerra Vieira estudou arte em institutos da França e dos Estados Unidos enquanto acompanhava especializações do marido. Eles estão casados há 66 anos.

Da época do Patinho Feio, ela lembra da rotina pesada de trabalho, mas também da empolgação do grupo. "Eu via a importância que tinha por meio dele, porque eu não frequentava a Poli. E ele estava entusiasmadíssimo", conta.

Hélio Guerra, que liderou a criação do computador, em sua casa com a assistente virtual Zanone Fraissat/Folhapress

Reserva de mercado tornou indústria nacional um nascedouro de clones

ANÁLISE

Rodolfo Fücher
presidente do conselho da Associação Brasileira das Empresas de Software

Quando falamos em competitividade, algumas pessoas podem não entender o real impacto em seu cotidiano. Mas, obviamente, sentem no bolso quando precisam comprar seu companheiro do dia a dia —seja um celular, um laptop ou um desktop.

Para entendermos a evolução do mercado brasileiro de informática, precisamos voltar até 1984, quando a primeira lei sobre Informática no Brasil, a Lei Federal nº 7.232/84, estabeleceu a reserva de mercado para o ramo.

O objetivo era induzir o investimento do governo e setor privado na formação e especialização de recursos humanos voltados à transferência e absorção de tecnologia em montagem microeletrônica, arquiteturas de hardware, desenvolvimento de software básico e de suporte, entre outros. Só que o que visava fortalecer e incentivar o desenvolvimento se revelou um fracasso retumbante.

Poderíamos ter tido uma indústria vibrante ainda nos anos 1980, mas a lei de reserva do mercado acabou tornando o setor um nascedouro de clones, sem desenvolvimento de tecnologia local.

O NE-Z80, fabricado pela Revista Nova Eletrônica (ligada à famosa Prológica), e o TK80, produzido pela Microdigital, são clones do Sinclair ZX80, um pequeno computador doméstico apresentado ao mercado britânico em fevereiro de 1980, que ficou famoso por custar menos de 100 libras. Outro exemplo foi o modelo TRS-80, fabricado nos EUA pela Tandy Corporation e vendido nas famosas lojas Radio Shack, que também foi copiado pela Prológica. Por aqui, o equipamento recebeu o nome de CP 500, e foi um grande sucesso de vendas.

Também surgiram na mesma época inúmeras cópias do Apple II, criado por Steve Jobs. Logo na sequência, vieram os PCs desenvolvidos pela IBM, com o diferencial de arquitetura aberta, o que incentivou o mercado a produzir modelos semelhantes. No entanto, eles chegavam a custar dez vezes o valor de um importado, e a política de reserva de mercado proibia a importação de equipamentos caso fosse identificado um similar nacional.

Como havia no mercado inúmeros clones, os modelos mais cobiçados tinham sua importação proibida. O altíssimo valor praticado no Brasil inviabilizava o acesso, acarretando em um atraso tecnológico no país.

A Elebra, famosa por fabricar as impressoras Emilia, chegou a ter 5.000 empregados. Como a Prológica, foi um bom exemplo do fracasso da política de informática da época. Quando a reserva de mercado acabou, sem incentivos ou planos para a indústria brasileira se tornar competitiva, o resultado foi a falência de praticamente todo o setor no Brasil.

Aos poucos, as multinacionais passaram a produzir aqui, e políticas adequadas de incentivos permitiram o surgimento de novos players.

É inquestionável a importância da tecnologia na competitividade de qualquer negócio, como também de um país. Perdemos décadas com a política de reserva de mercado, tornando-se clara a importância de incentivos para que a indústria brasileira seja de fato competitiva em nível global, sem protecionismo.

Luciano Salles

Quando deixamos de entender o mundo

Não estou certo de querer entender este mundo em que a exceção tem se tornado a regra

Candido Bracher

Administrador de Empresas formado pela FGV. Foi executivo do setor financeiro por 40 anos

"Quando Deixamos de Entender o Mundo" é o título de um fascinante romance de não ficção do escritor chileno Benjamin Labatut.

Em cinco episódios independentes, em que personagens reais e fatos verídicos são enriquecidos com a imaginação do autor, são expostas as intrincadas ligações entre a criação científica, por um lado, e a beleza, a loucura e a guerra, por outro. Somos apresentados a cientistas que exploraram os limites do conhecimento em suas épocas, como Einstein, Schwarzschild, Schrödinger e Heisenberg, entre outros, e aprendemos como pode ser desestabilizadora a descoberta científica quando revela fatos que acentuam a nossa incapacidade de compreender o mundo.

Li o livro há alguns meses, mas nos últimos dias o seu título me voltou repetidas vezes à mente. Certamente não por eu me perguntar sobre o funcionamento dos buracos negros, ou buscar entender os princípios da mecânica quântica; não me aventuro a tanto. Minha incapacidade presente de compreender o mundo está ligada a fatos muito mais simples e observáveis a olho nu. Isso é o que mais incomoda.

Sinto-me como Chauncey Gardiner, o personagem interpretado pelo genial Peter Sellers no filme "Muito Além do Jardim". Ele é uma pessoa limítrofe, que viveu em completa reclusão até a meia-idade, ocupando-se de cuidar do jardim e tendo na televisão seu único meio de contato com o mundo externo. Obrigado a confrontar a vida real, quando é expulso da casa pelos advogados do seu falecido patrão, vê-se diante de uma gangue de adolescentes em um subúrbio americano. Ameaçado com um canivete, ele saca do bolso o controle remoto da televisão e o aponta para o grupo, procurando mudar a cena.

Tento o mesmo, mas meu controle remoto tampouco funciona.

Acredito ser natural nas pessoas, seja por necessidade psíquica, seja por fundamentos reais, o desenvolvimento de uma concepção evolutiva do homem e da sociedade. A embasar essa crença, está desde a imagem conhecida e onipresente da "evolução", mostrando as figuras que vão do macaco ao homem que caminha ereto até as "frisas do tempo", que aprendemos a fazer no primário ("fundamental", para os mais jovens), em que a pré-história, a escravidão, a servidão feudal vão se seguindo, passando pelos descobrimentos, o Renascimento e a Revolução Industrial, até desaguarem nas democracias modernas dos nossos dias.

No nosso próprio tempo de vida, vimos distanciarem-se as sombras das grandes guerras do século passado, a chegada do homem à Lua, a integração crescente das mulheres e a conscientização em relação às minorias em geral e os progressos tecnológicos que facilitam a comunicação e a informação. É natural que acreditemos no progresso e em uma tendência à busca do entendimento, às soluções negociadas e ao equilíbrio democrático, ao menos no nosso mundo ocidental.

Como essa crença nos convém, podemos até desprezar elementos que apontem em sentido contrário, considerando-os casos excepcionais, exceções que justificam a regra.

Mas ultimamente a exceção tem-se tornado regra. Somos parte de um mundo que assiste praticamente inerte às crescentes evidências das consequências trágicas do aquecimento global. Diante das previsões cada vez mais precisas e incontestadas da ciência, comportamo-nos como o sapo na panela, atribuindo ao outro a responsabilidade que é de todos. Como o entendimento global é muito complicado, fingimos que o problema não existe.

Nos EUA, a inacreditável invasão do Capitólio só é menos chocante que as previsões do provável retorno do seu fomentador nas próximas eleições presidenciais. Nas últimas semanas, três decisões da Suprema Corte anulando o direito ao aborto, liberando o porte de armas em público e cerceando a agência ambiental americana dão a impressão de que o projetista reverteu o filme da história.

Nas Filipinas, como uma assombração de além-túmulo, volta o nome de Ferdinand Marcos, caricatura perfeita do ditador corrupto. Os jornais nos dão conta de que a eleição de seu filho foi amparada em uma série intensa de fake news, comprovando uma vez mais o princípio de Goebbels, de que uma mentira dita mil vezes torna-se verdade.

Na Europa —que, após a Segunda Guerra, ergueu-se para dar ao mundo os belos exemplos da queda do Muro de Berlim, a reunificação alemã e a consolidação da União Europeia, onde o respeito às diferenças de língua e cultura faz a força do bloco—, assistimos pasmos à volta da guerra de grandes proporções. Ao menos nesse caso, nos conforta que, com a perspectiva do ingresso da Suécia e da Finlândia na Otan e o convite à Ucrânia e a Moldova para integrar a UE, a aventura de Putin pareça repetir a lógica das tragédias gregas, como a de Édipo, quando a ânsia de escapar ao futuro temido acaba por precipitar o personagem no abismo do qual queria fugir. A Otan será mais forte após a guerra, e o futuro de Putin é incerto. Mas isso não trará de volta as milhares de vítimas desse confronto anacrônico.

Na América Latina, uma sequência de eleições polarizadas entre posições aparentemente inconciliáveis mostra a deterioração da democracia no subcontinente, em vez da consolidação que há alguns anos parecia assegurada. A fragilidade crescente dos partidos políticos e o efeito disfuncional das redes sociais tornam difícil a formação de maiorias que possam garantir a implementação de políticas sustentáveis que levem ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social.

No nosso Brasil, temos diante de nós uma eleição presidencial na qual os dois candidatos que lideram as pesquisas são, para tomar por empréstimo a frase de Laurentino Gomes, "de um lado, um sujeito que namora a ditadura, com sua linguagem grosseira. De outro, uma esquerda com cheiro de naftalina". Ainda há tempo para construir uma alternativa que represente os ideais de união e concórdia.

Entre todas, a imagem que mais dói projeta-se em minha mente repetidas vezes. No rio Itaquaí, cercados pela floresta amazônica, dois homens seguem em uma pequena lancha, pouco antes de serem emboscados e assassinados. Aos meus olhos, são defensores da floresta e de seus povos, mas ouço o responsável último pela segurança no país dizer com descaso que fazem uma "aventura não recomendável". Não estou certo de querer entender este mundo.

| **DOM.** Ana Paula Vescovi, Marcos Lisboa, Candido Bracher, **Arminio Fraga**

Área de floresta devastada pelo garimpo na região de Itaituba (PA), região explorada pela Gana Gold, atual M.M Gold Divulgação/Polícia Federal

PF mira compra de ouro por grupo que movimentou R$ 16 bilhões

Investigadores suspeitam que empresários usem garimpo para 'esquentar' minério ilegal

Fabio Serapião e Marcelo Rocha

BRASÍLIA A Polícia Federal mira o comércio ilegal de ouro extraído de terras indígenas, segundo os autos de um inquérito sobre a atuação ilegal de mineradoras na região Norte do país.

Investigadores suspeitam que empresários usem um garimpo nas proximidades de Itaituba, no Pará, para "esquentar" minério retirado do território yanomami. Há indícios, segundo a Polícia Federal, de que a prática inclua produto extraído de outras reservas ambientais na região amazônica. Entre elas, terras indígenas no Pará, Roraima e Rondônia.

A apuração é parte das três operações deflagradas no início do mês contra a mineradora Gana Gold, atual M.M.Gold. Ela tem como sócios os empresários Márcio Macedo e Domingos Zoboli.

O grupo é suspeito de burlar os limites de uma licença concedida pela administração pública em 2020. De posse de um documento que permitia apenas a realização de pesquisas sobre a existência de minério no terreno, eles teriam extraído toneladas de ouro ilegalmente nos garimpos.

No total, a PF estima que as empresas envolvidas no caso movimentaram cerca de R$ 16 bilhões entre 2019 e 2021.

À **Folha**, o advogado Arthur Mendonça Vargas Junior, responsável pela defesa da Gana Gold, disse que analisa as informações do inquérito e que se manifestará ao término da apuração policial.

No caso do ouro proveniente da terra yanomami, em Roraima, a suspeita da PF começou após a análise das transações relacionadas ao grupo econômico liderado por Macedo e Zoboli. As informações financeiras mostram uma relação entre a Gana Gold e o também empresário Rodrigo Martins de Mello.

Mello é suspeito de comandar a operação logística que garante a exploração ilegal de ouro na terra yanomami. Como mostrou a **Folha**, o grupo liderado por ele movimentou R$ 200 milhões em dois anos.

Ele é pré-candidato a deputado federal pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, e passou a coordenar um movimento de garimpeiros em Roraima que tenta legitimar a atividade criminosa no território yanomami.

No período analisado pelos investigadores, foram mapeados ao menos R$ 2 milhões em transferências da Gana Gold para Mello.

Além dessas transações diretas entre Mello e a empresa, a Polícia Federal também encontrou 46 transferências da empresa para GG Travassos que, por sua vez, repassou valores a Tarp Táxi Aéreo.

Segundo a PF, Gabriel Travassos, sócio da GG, seria um intermediário da Gana Gold na compra do ouro extraído de garimpos não autorizados.

A Tarp, por sua vez, tem Mello entre os donos e é uma das empresas que mantêm contratos milionários assinados com o governo federal. Entre 2016 e 2018, a empresa recebeu R$ 29,1 milhões dos cofres da União.

Outras duas empresas de Mello, a Cataratas Poços Artesianos e a Icaraí Turismo Táxi Aéreo, receberam R$ 39,5 milhões do governo federal desde 2014. A maior fatia — R$ 23,5 milhões à Icaraí — no governo Bolsonaro.

Além das transações com as empresas de Mello, a PF também recebeu informações do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) sobre as transações da Gana Gold com firmas sediadas em Roraima, onde fica a terra indígena yanomami. No total, diz a PF, esses repasses somam R$ 18,9 milhões.

A operação para "esquentar" ouro, como o que teria origem na terra yanomami, funciona da seguinte forma: autorizada pelo poder público a explorar determinada área, a empresa passa a minerar em garimpos clandestinos ou locais proibidos, incluindo terras indígenas.

O ouro extraído ilegalmente desses locais não permitidos é declarado à ANM (Agência Nacional de Mineração), órgão regulador do setor, como se fosse de área autorizada.

A declaração sobre a quantidade extraída dificilmente é submetida a algum tipo de controle ou fiscalização e, com isso, a origem ilícita é camuflada.

Para reforçar a aparência de legalidade, a empresa realiza inclusive o recolhimento da parcela da CFEM, uma contraprestação paga pela mineradora à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

No final da operação, o ouro é inserido na economia formal. Os investigadores se referem a essa operação como "esquentamento" do minério.

De acordo com os autos da Operação Ganância, os indícios de que isso pode ter ocorrido surgiram a partir da análise da quantidade de metal comercializado pela empresa e declarado como de origem no garimpo no Pará.

A Gana Gold tinha previsão inicial de retirar 96 quilos por ano do garimpo próximo a Itaituba, segundo a guia de utilização emitida pela ANM.

Em um ano e cinco meses, entre 2020 e 2021, a produção deveria ser de aproximadamente 161 quilos. A empresa registrou comércio de um total de quatro toneladas (2.380% a mais).

"Existe intensa atividade no local que claramente supera a de mera pesquisa, havendo inclusive movimentação expressiva de caminhões", afirmou a PF no inquérito.

Para ilustrar as suspeitas contra o grupo empresarial, a PF anexou aos autos fotos aéreas de uma área de aproximadamente 192 hectares.

Imagens mostram trechos de mata devastada. Na área foram construídos barracos, galpões e outras estruturas utilizadas para exploração do local. O registro fotográfico revela também a existência de um lago de rejeitos, outro indício da atividade exploratória.

A polícia estima em R$ 300 milhões o impacto ambiental causado pela atuação do grupo suspeito na região de Itaituba, considerando o desmatamento, assoreamento de cursos d'água e contaminação por mercúrio.

O dinheiro obtido com a venda do ouro, segundo a PF, era lavado em uma rede de padarias, investimento em criptomoedas, imóveis de luxo, caminhonetes e aeronaves.

Conforme mostrou reportagem da **Folha**, um dos suspeitos, o empresário Márcio Macedo, sócio da Gana Gold, esbanjava uma vida de luxo.

Informações colhidas pela PF revelaram movimentações milionárias em suas contas e gastos com helicópteros, lanchas, caminhonete importada e uma festa de casamento embalada ao som de duplas sertanejas famosas.

Relatório da PF expõe a movimentação financeira de Macedo e de seu grupo empresarial e mostra que, entre 2020 e 2021, a exploração ilegal de ouro rendeu cerca de R$ 1,1 bilhão ao investigado.

De onde a PF suspeita que vem o ouro

- Território indígena Yanomami, em Roraima
- Territórios indígenas no Pará

COMO FUNCIONA O 'ESQUENTAMENTO'

- A empresa obtém título que autoriza pesquisa ou extração do minério em determinada área
- O titular da autorização passa a minerar em garimpos clandestinos ou locais proibidos (terras indígenas, por exemplo)
- O ouro extraído ilegalmente de locais não autorizados é declarado à Agência Nacional de Mineração, órgão regulador do setor, como se fosse da área permitida
- A declaração sobre a quantidade extraída dificilmente é submetida a algum tipo de controle ou fiscalização e, com isso, camufla a origem ilícita
- Para reforçar a aparência de legalidade, a empresa realiza inclusive o recolhimento da parcela do CFEM (compensação financeira pela exploração de recursos minerais)
- O ouro é inserido na economia formal

EXEMPLO DE ESQUENTAMENTO

- A Gana Gold tinha previsão inicial de retirar 96 kg de uma determinada área no Pará, segundo a guia de utilização emitida pelo poder público
- Em um ano e cinco meses, a produção deveria ser de cerca de 161 kg
- A empresa registrou comércio de um total de quatro toneladas (2.380% a mais)

COMO OS ALVOS DA PF LAVAVAM O DINHEIRO

- Investimento em criptomoedas
- Imóveis de luxo
- Caminhonetes importadas
- Aeronaves
- Rede de padarias
- Empresa setor saúde

Após 2 anos, polícia prende suspeito de matar líder indígena

SÃO PAULO A Polícia Federal (PF) prendeu na quarta-feira (13) um homem suspeito de matar o líder indígena e professor Ari Uru-Eu-Wau-Wau, 34, encontrado com marcas de espancamento no dia 18 de abril de 2020 em uma estrada de Tarilândia, distrito de Jaru, em Rondônia.

A Operação Guardião Uru, nome em homenagem ao indígena que atuava como guardião da floresta amazônica, não informou o nome do suspeito e onde ocorreu a prisão preventiva. O homem é acusado de outros crimes.

Ari Uru-Eu-Wau-Wau pode ter sido dopado e agredido até a morte, segundo a polícia. Ele fazia parte de um grupo de vigilância formado para fiscalizar e denunciar invasões à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia.

Segundo a WWF-Brasil, o território tem 1,8 milhão de hectares, é um dos últimos grandes remanescentes de floresta em Rondônia e é alvo de invasões por parte de grileiros, que aproveitam o afrouxamento na fiscalização e punição no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Em nota, as associações do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e de Defesa Etnoambiental Kanindé disseram que aguardam detalhes sobre a prisão preventiva, como a identidade do suspeito e a motivação do crime.

"O crime ocorreu em meio à falta de fiscalização, invasões de terras por grileiros, garimpeiros e madeireiros. Esperamos também que esta Operação Guardião Uru, nome dado em homenagem ao Ari, ajude a solucionar outros crimes na região", afirma a nota.

De acordo com as associações, outros indígenas e ativistas sofrem ameaças de morte. Elas dizem que as dificuldades enfrentadas têm sido amplamente denunciadas pela comunidade aos órgãos competentes, mas nenhuma providência é tomada.

Para a WWF-Brasil, é importante que a PF esclareça pontos cruciais para responsabilizar e punir os envolvidos. A organização também cobra informações sobre a motivação do crime, a participação de outras pessoas e a possibilidade de existir um mandante.

As duas associações indígenas e a WWF-Brasil destacam o fato de a prisão ter ocorrido um mês após os assassinatos do indigenista brasileiro Bruno Pereira, 41, e do jornalista britânico Dom Phillips, 57, como um sinal de que a Polícia Federal vai intensificar o combate a esse tipo de crime.

Os dois foram mortos na região do Vale do Javari (AM), num crime que jogou pressão sobre o governo Bolsonaro por evidenciar o cenário de conflito ambiental na Amazônia e de insegurança de lideranças que atuam na defesa de indígenas.

Ari Uru-Eu-Wau-Wau é retratado no documentário "The Territory", que registra a luta do povo indígena sitiado e as motivações de quem os invade. As filmagens foram marcadas pelo assassinato do líder numa estrada da região.

Dirigido pelo americano Alex Pritz, em coprodução com os uru-eu-wau-waus, o filme foi selecionado este ano pelo Festival Sundance, o maior do cinema independente dos Estados Unidos.

A morte dele foi lembrada por Txai Suruí, jovem de 24 anos que fez história ao discursar, em inglês, na abertura da COP26, em Glasgow, em novembro de 2021. "Enquanto vocês estão fechando os olhos para a realidade, o guardião da floresta Ari Uru-Eu-Wau-Wau, meu amigo de infância, foi assassinado por proteger a natureza", disse.

Nesta quarta, Txai pediu justiça e falou sobre a dor de perder o amigo. "Só quem viveu sabe a dor de perder alguém querido. Ainda mais quando essa perda acontece de forma violenta contra um protetor e guerreiro do seu território e povo", disse.

cotidiano

'Limpei hotel por 12 anos para sustentar o vício', diz ex-morador da cracolândia

Centro da prefeitura ajuda dependentes a retomar o contato com a família e a achar trabalho

Mariana Zylberkan

Adriana Alves da Costa conseguiu voltar a trabalhar após ser expulsa de casa pelos filhos Fotos Danilo Verpa/Folhapress

> **Sacava o auxílio emergencial para usar drogas e beber. Trabalhava como ajudante geral, mas não voltei mais para o trabalho. Até o dia em que meus filhos disseram que não era mais para eu ficar em casa**
>
> **Adriana Alves da Costa**

Marcelo Müller da Silva foi apresentado ao crack pelo filho, que continua usando drogas

> **Minha mãe quase morreu quando eu estava na prisão. Eu saí de lá sem rumo. Foi quando eu decidi que aquilo não era mais vida para mim**
>
> **Marcelo Müller da Silva**

SÃO PAULO Dos 12 anos nos quais viveu na cracolândia, Antônio Carlos Ventura da Silva, 60, só manteve o hábito de usar chapéu. Em tratamento contra o vício em drogas e álcool há dois anos, ele descobriu recentemente ter uma filha de 38 anos de uma ex-namorada, com quem tinha perdido o contato.

"Aqui comecei a usar o WhatsApp e retomei o contato com meu irmão de criação. Foi quando ele me contou que eu tinha uma filha", conta. "Eu já estava cansado de ficar na rua. Sou veterano em morar na rua e usar drogas. Pessoas já tentaram me matar e vi gente ser morta do meu lado."

Silva conta sobre sua trajetória em uma sala do centro aberto pela Prefeitura de São Paulo há dois anos para abrigar dependentes químicos em Ermelino Matarazzo, na zona leste. Ele foi uma das primeiras pessoas a ocupar essa unidade do Siat (Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica), em agosto de 2020.

O equipamento oferece estadia e alimentação por até dois anos, período máximo que os frequentadores têm para retomar o contato com a família, conseguir um emprego e encontrar um lugar para morar.

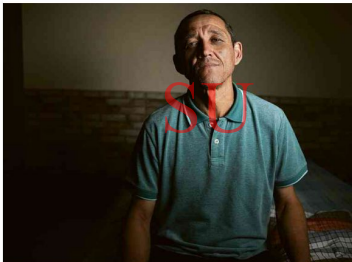
Diferente das clínicas de reabilitação, a abstinência não é uma exigência para os moradores do Siat, e eles têm autonomia para entrar e sair da casa de quatro andares com suítes onde dormem até duas pessoas. Há quartos para famílias também.

"Eles precisam ser funcionais. Não temos enfoque na abstinência, trabalhamos na redução de danos", diz a supervisora Margarete Alves dos Santos.

Ela conta que quando um frequentador deixa o centro de acolhida para voltar a morar com a família ou para alugar sua casa a equipe organiza o chá da casa própria. "É emocionante porque muitos chegam aqui e, quando entramos em contato com a família, estavam há dez anos sem contato e tidos como mortos."

A supervisora não soube dizer quantas das 85 pessoas que passaram por lá nos últimos dois anos voltaram para as ruas para usar drogas. "Os que voltam para visitar sabemos que estão bem", diz.

Todos que vivem no Siat têm acompanhamento psiquiátrico no Caps (Centro de Atenção Psicossocial) e em unidades básicas de saúde.

Além de Antonio, restaram outros seis frequentadores da primeira leva que decidiram ficar até o tempo limite de permanência, que se encerra no próximo mês. Os demais conseguiram o que os assistentes sociais chamam de conquista da autonomia e voltaram a morar com familiares ou alugaram os próprios imóveis. Dos seis que permanecem lá, três trabalham com registro em carteira assinada, segundo Margarete.

Há dois anos, antes de embarcar na van que o levou da cracolândia para o Siat, Antônio conta que havia acabado de sair de mais uma internação de dois meses em uma comunidade terapêutica mantida por religiosos. Sem ter para onde ir, voltou para onde viveu por anos limpando um hotel em troca de drogas. "Eu não sabia roubar e nem pedir, então trabalhava muito para pouca droga."

A vida na cracolândia começou após a separação da mulher, aos 32 anos, embora afirme ser viciado em álcool desde os 5 anos. "Não tinha o que comer em casa. O que tinha na prateleira era uma garrafa de cachaça, como eu estava com fome, misturei com limão, tomei e não parei mais", conta.

O alcoolismo o levou às drogas e a viver em um barraco debaixo de uma ponte em Osasco e nas ruas de Barueri por cinco anos.

Há um ano e meio no Siat, Marcelo Müller da Silva, 54, se emociona ao lembrar do filho, que segue na rua.

Morador do Rio Pequeno, bairro na zona oeste de São Paulo, ele conta que conheceu o crack por meio do filho, hoje com 29 anos e usuário de drogas desde os 10. "Um dia ele me levou no centro onde tinha um monte de gente junta. Eu perguntei o que era aquilo e ele disse que era a cracolândia. Fiquei lá por cinco anos porque tinha medo que matassem meu filho", conta.

Pai e filho olhavam carros estacionados na rua para sustentar o vício e chegaram a perder o contato com a família. "Até um dia que minha mãe me viu na TV e foi até lá buscar. Ela foi várias vezes me buscar na cracolândia", lembra. "Eu me internava, mas voltava para ficar com ele", diz.

O filho, conta Marcelo, teve uma infância conturbada. Ele e a mulher eram alcoólatras, as brigas eram constantes em casa, assim como os episódios de agressão. A criança foi encaminhada para um abrigo aos 9 anos após um parente denunciar os pais ao conselho tutelar.

Há cinco meses limpo, Marcelo conta que teve uma recaída no vício e acabou preso por três meses no começo deste ano. "Minha mãe quase morreu quando eu estava na prisão. Eu saí de lá sem rumo. Foi quando eu decidi que aquilo não era mais vida para mim."

Antes de chegarem ao Siat em Ermelino Matarazzo, Antônio, Marcelo e os outros frequentadores passaram por duas fases no tratamento previstas no programa anticrack da prefeitura, o Redenção.

A primeira abordagem é feita ainda na rua por assistentes sociais que explicam a dinâmica do tratamento. Se a pessoa aceita ajuda, é encaminhada para um dos dois endereços na região central onde irá receber abrigo, refeições, banhos e passar pelo período de desintoxicação.

Foi para um desses endereços que Adriana Alves da Costa, 45, foi encaminhada há dois anos quando foi expulsa de casa pelos filhos. "Sacava o auxílio emergencial para usar drogas e beber. Trabalhava como ajudante geral, mas não voltei mais para o trabalho. Até o dia em que meus filhos disseram que não era mais para eu ficar em casa", lembra.

Adriana ficou em casas de conhecidos até ir para o Siat, onde conheceu o atual namorado, também em tratamento.

Em seu quarto, ela mostra bonecas e bichos de pelúcia que ganhou do namorado arrumados na cabeceira da cama ao lado do uniforme de trabalho. Ela foi contratada a pouco tempo por uma empresa em Guarulhos como controladora de acesso.

Recentemente, ela conta que tem conseguido retomar o contato com os filhos, de 24 e 26 anos. "Às vezes, eu vou lá e faço faxina para eles e comida também."

A empresa que empregou Adriana é uma das que tem convênio com o programa Redenção para empregar ex-usuários de droga.

Os frequentadores do Siat também têm acesso às vagas do programa da prefeitura que oferece auxílio em troca de atividades desempenhadas em entidades públicas e privadas. Antônio frequenta as oficinas de horta urbana e planeja se mudar para um imóvel alugado para ficar perto da filha recém-chegada à sua vida.

Marcelo também recebe o auxílio e trabalha na cozinha do programa. Ele conta que pretende se mudar com a mãe e a irmã para o litoral e abrir um pequeno negócio de comida.

Adriana quer manter o contato com os filhos, mas já decidiu que irá viver em casa separada do namorado. "A gente dá certo assim, cada um no seu canto."

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Curioso, gostava de 'cronicar', de saraus e da cozinha árabe

EMÍLIO HADDAD (1947-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Emílio nasceu no Líbano e chegou ao Brasil ainda bebê. Perdeu o pai na adolescência e tornou-se o apoio dos irmãos.

A vida escolar foi dividida entre os colégios Dante Alighieri e Santa Cruz. Desde essa época, exercitava o que mais sabia fazer: amizades.

"As pessoas gostavam de ficar ao lado dele, Emílio tinha bom humor. Fora que ele era generoso e culto, além de um grande contador de histórias. Sempre tinha um caso, uma anedota ou algum fato para contar", afirma o professor da FAU João Meyer, 65, um dos amigos.

Emílio estudou física e engenharia civil na USP ao mesmo tempo. Cursou mestrado em engenharia civil em Stanford e em planejamento urbano e regional na Universidade da Califórnia em Berkeley, ambas nos Estados Unidos. Na USP, fez doutorado em arquitetura e urbanismo. Tornou-se professor da instituição e ministrou aulas na FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) até se aposentar. Lá, montou um grupo de pesquisas na área imobiliária —ativo até hoje.

Ele também coordenou o programa de MBA em desenvolvimento imobiliário da Fundação para a Pesquisa Ambiental e presidiu a Associação Latino-Americana de Estudos Imobiliários.

Emílio passou, ainda, pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) do estado de São Paulo e pela Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação) de São Paulo, entre outras empresas.

A curiosidade, sempre aguçada, o fazia se interessar por tudo. Escrevia poesias e as lia nos saraus que frequentava, segundo a arquiteta Maria Cristina Haddad Martins, 69, sua irmã. Nos encontros, servia iguarias libanesas que preparava.

Emílio gostava da culinária árabe. Fazia fatuche, homus e inventava pratos.

Ainda nas habilidades da escrita, no blog Semidesocupado, criado em 2013, exercitava uma velha paixão: "cronicar", como descrevia a prática. Lá registrou pensamentos, histórias da família e da própria vida.

Emílio estava casado havia mais de quatro décadas com Ângela Haddad. Há alguns anos, o casal perdeu o único filho. Aos 30 anos, o rapaz sofreu um infarto fulminante.

Emílio sofreu uma parada cardíaca, foi levado ao Hospital Sírio-Libanês, onde permaneceu internado por cerca de 15 dias. Morreu dia 2 de julho, aos 74 anos. Deixa a esposa, irmãos e sobrinhos.

6º ANO

LAURA CAMILLO HERNANDES MUCHATTE Domingo (17/7) às 11h, Paróquia Santa Terezinha, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Bruno Santos/Folhapress

BLOCOS DESAFIAM VETO DA PREFEITURA E VÃO ÀS RUAS EM SÃO PAULO

Foliona brinca no bloco Manada, que desfilou pela região da Barra Funda, na zona oeste da cidade, na tarde deste sábado (16). Sem conseguir patrocínio em dois pregões, de R$ 10 milhões e R$ 6 milhões, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) havia anunciado o cancelamento do Carnaval fora de época deste final de semana —data inicialmente proposta pela própria prefeitura—, mas alguns grupos decidiram manter seus planos, bancando com financiamento coletivo alguma estrutura para seus desfiles, como banheiros químicos e segurança

Médicos deveriam ter notado conduta técnica de anestesista

Especialistas defendem controle da medicação e câmeras para coibir abusos

Mulheres se manifestam contra violência obstétrica e estupro em São João do Meriti (RJ) Eduardo Anizelli - 13.jul.2022/Folhapress

Cláudia Collucci

SÃO PAULO O caso do anestesista preso por estuprar uma mulher durante uma cesárea suscitou debates no meio médico sobre outros aspectos da conduta do profissional, como o uso de sedação excessiva nas pacientes.

Uma pergunta que tem sido feita é: como o hospital não percebeu antes que havia algo de muito suspeito na atuação do profissional? A **Folha** conversou com médicos e gestores para entender como trabalham essas equipes.

Anestesistas têm total autonomia e responsabilidade no planejamento da sedação dos pacientes, mas é comum em hospitais de ponta que o ato seja discutido com a equipe médica dentro de check-lists pré-operatórios. Nessas instituições também há protocolos indicando o plano anestésico para cada tipo de cirurgia. Alguns hospitais têm equipes próprias de anestesistas, o que facilita o entrosamento.

Mas o que se vê com mais frequência em serviços públicos e privados são anestesistas que prestam serviços em vários hospitais —como era o caso de Giovanni Quintella Bezerra, 31, preso em São João de Meriti (RJ)— e não têm vínculos com os médicos com os quais vão trabalhar no centro cirúrgico. Um não interfere no trabalho do outro.

Cabe ao anestesista fazer uma avaliação pré-operatória para verificar se o paciente tem algum risco, como alergias, e explicar como será o procedimento. Também é responsável, após aplicar a medicação, pelo monitoramento das funções vitais do paciente durante a cirurgia, como pressão arterial e respiração.

"O cirurgião pode até estar perto, mas não está checando o que o anestesista está fazendo, por exemplo, a dose de medicação. O planejamento é dele. Um não se mete no trabalho do outro até por falta de perícia mesmo", explica o cirurgião do aparelho digestivo Diego Adão Fanti Silva.

Ao receber um sinal positivo do anestesista de que o paciente já está sedado, a equipe cirúrgica coloca uma barreira, chamada de campo ou barraca, que separa o anestesista de quem executa a operação.

"Como ele fica preenchendo muito papel, infunde medicação, mexe nos monitores, isso atrapalha quem está operando. Então a gente sobe um campo para não ver essa movimentação periférica. O cirurgião tem que estar muito concentrado no seu trabalho", explica Fanti Silva.

Mas, segundo ele, essas barreiras têm aberturas nas laterais que permitem que outros profissionais na sala cirúrgica vejam a atuação do anestesista. No caso de Bezerra, depoimentos apontam que ele utilizava dois campos cirúrgicos para impedir que a equipe visse o momento em que ele colocava seu pênis na boca da paciente.

Na avaliação de gestores de saúde ouvidos pela **Folha**, condutas como aplicar medicação superior à usada pelos demais colegas e pedir que o acompanhante saia da sala deveriam ter despertado suspeitas no restante da equipe médica, assim como ocorreu com a enfermagem, que armou o flagrante.

Para Francisco Balestrin, presidente do sindicato paulista dos hospitais, clínicas e laboratórios, esse cenário todo mostra que há falta de governança clínica nos hospitais. "Você precisa ter equipes que estão sempre analisando resultados institucionais, por exemplo, a utilização de anestésicos para ver se não estão sendo consumidos de forma inadequada, e fazendo reuniões para analisar caso por caso."

Em geral, segundo ele, quem faz melhor esse acompanhamento são instituições que têm processos de certificações com foco na estrutura dos hospitais, nos processos e nos resultados da assistência ao paciente. Nos EUA, 90% dos hospitais são acreditados.

No Brasil, dos cerca de 6.000 hospitais existentes, apenas 5% têm processos de certificações. "Se aqui tivéssemos instituições estruturadas e organizadas, fatos como esse [atuação criminosa do anestesista] poderiam ser identificados antes."

De acordo com o cirurgião Sidney Klajner, presidente do Hospital Israelita Albert Einstein, em relação ao excesso de sedação, o alerta poderia ter vindo da farmácia do hospital. "Como está saindo tanto sedativo para uma cesárea?". A sedação total de mulheres para o parto é excepcional e pouco recomendada.

Nos EUA, já existem máquinas de dispensação de medicamentos dentro das enfermarias e centros cirúrgicos, abastecidas pela farmácia dos hospitais, de acordo com a prescrição, o que ajuda a controlar eventuais abusos. "Tudo o que o anestesista pega fica registrado na máquina", diz Klajner.

Também no Einstein, as salas cirúrgicas têm câmeras, que mostram a circulação na sala e comportamentos, como a higiene correta das mãos e se algum monitor foi desligado. "A inteligência artificial junta esses dados. Se um paciente não recebeu analgésico e no prontuário eletrônico dele há indicação de que ele está com dor, o sistema dá o alarme", explica.

Uma outra questão que tem sido debatida é a atuação das escolas médicas nos casos de assédio sexual ou de estupro.

"É uma grande preocupação as escolas médicas não notarem essas atitudes suspeitas ou, se notam, banalizam e não tomam uma atitude. Deixam esses indivíduos se formarem e depois abusarem da confiança dos pacientes", diz a médica Maria Ivete Castro Boulos, coordenadora do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Para ela, é improvável que o anestesista tenha ficado seis anos no curso de medicina e depois na residência e nunca tenha dado sinais suspeitos.

Em 2014, Boulos coordenou uma comissão dentro da USP que investigou um estudante de medicina acusado de dopar e estuprar seis estudantes da universidade. Ele chegou a ser suspenso por 18 meses, mas conseguiu se formar e obteve o registro profissional em Pernambuco. A punição de suspensão foi parecida com a de uma aluna que colou na prova na mesma instituição.

O médico foi absolvido da primeira denúncia, mas cinco outras estudantes o acusaram de estupro. Isso levou a um novo processo, ainda em tramitação. De acordo com o Jornal do Campus, de 2019, o médico atuava em uma maternidade em Pernambuco.

"A universidade não pode prender ninguém, mas ela decide se quer ou não uma pessoa com essas características em suas salas de aula. Só que desconfiam da vítima."

Durante a CPI dos Trotes, instaurada em 2014 na Assembleia Legislativa de São Paulo para apurar relatos de violências físicas e discriminações em universidades paulistas, mais de cem casos de estupro na USP foram descritos no relatório final.

Adams Carvalho

Bolsonaro sobre:

O que o presidente diria das atitudes de Nero e do maníaco do parque?

Antonio Prata

Escritor e roteirista, autor de "Nu, de Botas"

Jack, o estripador. "Tem que ver direito isso aí, talquei? Falaram, aí, que, no que tange às vítimas dissaí, era tudo prostituta. Aê, vagabunda... Sai na rua de... De madrugada... É ou não é? É uma aventura não recomendada. Aí vem essa esquerda, aí, essa imprensa, aí, defender o crime. Isso aí é ideologia de gênero, talquei? Isso é... É... É kit gay. Isso, essa imprensa não fala! Já vai logo culpando o homem. Porque a imprensa não gosta de motociata."

Maníaco do Parque: "Mesma coisa! Ó lá, vocês da imprensa! A mulher sozinha no parque: já começa errado. Mulher sozinha por aí! Dá trela pro cara, aí. Aceita ir pro mato com o cara, aí. Aí o cara mata e todo mundo reclama! Lugar de mulher não é no parque, talquei? Tivesse no lar, no seio da família, fazendo brigadeirão pro marido e tava viva!".

Nero. "O que eu ouvi falar, o meu sentimento, aí, é que era um grande líder, tá legal? Li aí na internet que ele nunca, talquei, nunca fez nada contra o Brasil. Pulso firme... Faz falta, aí, isso daí. Botou fogo em Roma? Botou. Mas tem que ver aí que que Roma fez pra merecer. Aquele monte de homem de vestido, comendo uva. Se for ver bem isso daí, ele fez até um favor pra família".

Herodes. "No meu entendimento, entende? No meu entendimento, se falaram pro governante, que é o chefe das Forças Armadas, que ia nascer um vagabundo pra tomar o trono dele, tinha mais é que matar todos os recém-nascidos, mesmo. É bonito? Não é bonito. Mas é que nem eu falei pro pessoal do Posto Ipiranga, lá da Faria Lima, lá do BTG-Pactual e todo mundo me aplaudiu. Cê pega a Rocinha. Joga uns folhetos de helicóptero dando 6 horas pros traficantes se entregarem. Não se entregou, metralha a Rocinha, porra! Acabou!"

O cisco. "Ai, meu olhinho! Ai, ai! Quem mandou ficar de olho aberto? Tivesse de olho fechado e o cisco não tinha entrado! Se o cisco entrou é porque o olho vacilou. E outra coisa: o olho é que tava no caminho do cisco! O cisco tá no direito dele, que é o direito de ir e vir. Nós aqui vamos lutar pelo direito do cisco e do cidadão de bem. Eu sou pela liberdade, talquei? Querer restringir o caminho do cisco é esse comunismo que nós lutamos contra neste país."

O meteoro: "Mesma coisa do cisco. Era um ciscão. Desculpa aê, depois vão falar, ah, o Bolsonaro isso, o Bolsonaro aquilo: a Terra é que tava errada. O meteoro tava no caminho dele, na velocidade dele —porque não tem essa veadagem de radar, aí, lá no espaço, nem ponto na carteira— e a Terra entra na frente. Morreu tudo os dinossauros? Acabou boa parte da vida no nosso planeta? Quer que eu faça o que? Eu não sou coveiro! É que nem a pessoa, o cidadão de bem aí que atropela um pedestre atravessando fora da faixa e ainda tem que parar pra socorrer! É culpa dele, agora, se atropelou?!"

O-vírus-final-que-acabará-com-todos-nós: "Mimimi de ser humano! A dra. Mayra Pinheiro me falou que tem mais vírus na Terra do que estrela no céu, é isso, Mayra? Um quatri... Alguma coisa assim, é muito! Hahahaha! Aí vem oito bi de humano marica reclamar? No meu entender, as minorias têm que se adequar. A lei é pra garantir o direito da maioria. Se o João não guenta ser João, cancela o CPF do João, talquei?".

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, **Maria Homem** | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

ciência

Estudo aponta origem da história de amor entre cães e seres humanos

Análise de DNA indica que os cachorros atuais estão mais próximos dos lobos da era do Gelo

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS Um levantamento sem precedentes da diversidade genética que existia entre os lobos do fim da era do Gelo acaba de trazer mais pistas sobre as origens da longa história de amor entre cães e seres humanos.

Os dados indicam que a maioria dos cachorros vivos hoje tem parentesco mais próximo com os lobos antigos que viviam no leste da Eurásia, em locais como a Sibéria, embora outras populações da espécie aparentemente também tenham contribuído para os ancestrais dos bichos domésticos de hoje.

Os resultados, publicados recentemente na revista científica britânica Nature, não chegam a resolver totalmente o enigma da domesticação dos cães, mas trazem uma grande massa de informações novas sobre o tema.

"O conjunto de dados do artigo é bastante impressionante. Temos cerca de 70 genomas sequenciados [ou seja, 'soletrados' na íntegra, como o genoma humano atual] ao longo de uma série temporal de 100 mil anos. Isso permitiu que analisássemos uma quantidade enorme de detalhes a respeito de como os lobos evoluíram ao longo desse período. E, claro, um dos aspectos disso é a relação deles com os cães domesticados", explica David Stanton, pesquisador do Centro de Paleogenética da Queen Mary University de Londres, em comunicado oficial.

Ele é um dos coautores do estudo, realizado por uma equipe internacional com dezenas de cientistas, a maioria europeus.

Os lobos com milhares ou dezenas de milhares de anos que "doaram" seu DNA para o estudo têm distribuição geográfica ampla. Seus esqueletos vêm de boa parte da Europa Ocidental, da Rússia, do Oriente Médio, da Ásia Central e da América do Norte.

De fato, os lobos eram uma das espécies de grandes mamíferos mais bem distribuídas pelo planeta no Pleistoceno (a era do Gelo), ponto no qual se assemelhavam aos seres humanos que acabariam domesticando alguns deles.

Essa distribuição geográfica, sinal de grande versatilidade, pode ajudar a explicar o fato de que os bichos não desapareceram no fim desse período, ao contrário do que aconteceu com muitos outros predadores do Pleistoceno, como ursos-das-cavernas e dentes-de-sabre.

"É impressionante como eles conseguiam se movimentar de forma relativamente rápida e fácil por muitas regiões", observou Stanton em comunicado oficial.

Outro possível fator-chave foi revelado pela análise genômica: a conexão frequente entre as populações de lobos ao longo do tempo. Ao que tudo indica, a reprodução envolvendo diferentes grupos da espécie funcionava como um eficiente "telefone sem fio", levando mutações novas no DNA de um canto a outro do hemisfério Norte, principalmente se elas aconteciam na Sibéria.

O território siberiano parece ter sido o lugar que mais "exportava" genes de lobos para as populações lupinas em outros lugares do planeta. Com essa facilidade para se misturar e incorporar novidades genéticas, os bichos podem ter aumentado sua capacidade de se adaptar a novos desafios do ambiente ao longo do tempo.

A situação parece ter mudado de figura para os lobos a partir de 10 mil anos antes do presente, época na qual a agricultura e a criação de animais estava começando em diversos lugares do mundo, com aumento da densidade populacional humana. Isso pode significar que, a partir desse momento, os membros da nossa espécie causaram mudanças ambientais que reduziram o território disponível para os bandos lupinos e impediram que eles continuassem com o contato entre si.

Os dados genômicos também indicam que os ancestrais dos cães vivos hoje ainda faziam parte de uma única "grande família" com os lobos, ao menos no que diz respeito ao DNA, há 28 mil anos.

Essa poderia ser a data para o início do processo de domesticação, o que significaria que os cães passaram a viver com os seres humanos cerca de 20 mil anos antes do que qualquer outro animal. Mesmo assim, os autores do novo estudo observam que o processo pode até ter começado antes disso.

A comparação mais detalhada dos lobos antigos com os membros modernos da sua espécie e os cães revelou ainda que nenhuma população atual de lobos bate com a dos possíveis ancestrais dos cães domésticos.

Os cachorros estão mais próximos dos lobos que existiam no leste da Eurásia no fim da era do Gelo, de maneira geral. Mas os cães do Oriente Médio e da África derivariam até metade de seu DNA de outros lobos antigos, mais próximos dos que vivem atualmente na parte mais ocidental da Eurásia.

Isso pode indicar que os cães foram domesticados duas vezes, no Oriente e no Ocidente, ou que ocorreu apenas a domesticação oriental, à qual se somaram, mais tarde, cruzamentos com lobos ocidentais (já que a miscigenação entre lobos e cães é relativamente comum). Ainda não é possível dizer qual dos dois cenários é o mais provável.

Dogor, o filhote de lobo de 18 mil anos cujo DNA foi usado no estudo para determinar as origens dos cães atuais Serguei Fedorov

Perda do cromossomo Y pode explicar morte de homens

SÃO PAULO Um estudo publicado na última quinta-feira (14) na revista científica Science pode ajudar a explicar por que, em geral, os homens morrem antes das mulheres —no Brasil, a expectativa de vida para eles seria de 73,3 anos e para elas, de 80,3 anos, segundo o IBGE, desconsiderando a mortalidade provocada pela pandemia de Covid-19.

Segundo a pesquisa, conduzida por 25 cientistas dos Estados Unidos, Suécia e Japão, a falta do cromossomo Y observada em uma parte das células conforme os homens envelhecem —estima-se que ela afeta 40% dos idosos de 70 anos— propicia o surgimento de fibrose miocárdica, com comprometimento das células musculares do coração, e insuficiência cardíaca.

"Embora a perda do cromossomo Y já tenha sido associada a uma vida mais curta e ao aumento do risco de doenças relacionadas à idade, uma grande questão não abordada era se essa perda teria um papel causal no processo patológico", diz Kenneth Walsh, professor na Escola de Medicina da Unidade da Virginia e um dos autores do artigo.

"Alguns chegaram a argumentar que a perda do cromossomo seria indicador benigno de envelhecimento, como cabelos grisalhos ou rugas. Assim, realizamos um estudo para investigar se ela tem um papel direto no processo de adoecimento e elucidar como contribui para doenças."

O estudo revela que camundongos machos tratados para perderem seu cromossomo Y nas células do sangue, o que ocorre em homens idosos, tiveram uma deposição excessiva de tecido conjuntivo no coração, rins e pulmões.

Em outras palavras, um conjunto de respostas do sistema imunológico levou a um processo conhecido como fibrose, afetando o funcionamento de diferentes partes do corpo desses animais. A pesquisa aponta que os roedores sem Y tiveram tempo de vida menor.

Os pesquisadores também conduziram análises a partir do UK Biobank, um repositório contendo dados médicos de cerca de meio milhão de pessoas, e verificaram associação entre a falta do cromossomo Y, doenças cardiovasculares e insuficiência cardíaca.

Após as descobertas, a equipe se concentrou no coração por entender que poderia ajudar a elucidar um mecanismo que contribui para a insuficiência cardíaca não isquêmica, quadro que nos EUA afeta cerca de 3 milhões de pessoas.

"Essa forma é pouco compreendida em relação à insuficiência cardíaca isquêmica clássica, que resulta do bloqueio de uma artéria principal que fornece sangue ao músculo cardíaco. Além disso, existem poucas opções de tratamento para ela", diz Walsh.

Segundo pesquisadores, um anticorpo neutralizador usado em uma parcela dos camundongos atenuou parte dos danos ao coração e talvez possa reverter parte dos impactos cardíacos desencadeados pela falta do Y.

Esse é um dos próximos passos. Outro é buscar entender quem, além dos fumantes, está mais suscetível aos efeitos.

"Agora que existe um modelo experimental para análise em camundongos, podemos estudar por que o cromossomo Y é perdido e como preservá-lo", afirma o professor.

Que todos voltem a crer na ciência

Dráulio de Araújo, da UFRN, reflete sobre o papel da #ciêncianaseleições

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

Esta coluna foi produzida especialmente para a campanha #ciêncianaseleições, a pedido do Instituto Serrapilheira e da Maranta Inteligência Política.

*

Neste mês de julho, colunistas cedem espaço para temas relacionados ao processo científico, em textos escritos por convidados ou pelos próprios colunistas que reflitam sobre esta questão: como a ciência pode participar da reconstrução do Brasil.

Lancei essa pergunta para Dráulio de Araújo, do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ICe/UFRN). Ele é um dos responsáveis por elevar a patamar internacional a ciência psicodélica brasileira em seu renascimento, e foi sobre isso que conversamos.

O diálogo começou pelo poder da pesquisa científica e por suas fragilidades. Ambas as reflexões são cruciais para fazer as pessoas voltarem a acreditar na ciência, em sua opinião a tarefa mais urgente no Brasil.

O maior poder da ciência vem de sua capacidade de previsão. "A ciência não diz só que a pedra vai cair, mas tenta e consegue predizer, a cada instante, onde a pedra vai estar", exemplifica.

Foi com base nessa capacidade de que a humanidade chegou ao espaço. "Não mandamos cinco pessoas para a Lua e chegaram três. Mandamos três e os três chegaram e voltaram."

O galho é que muita gente prefere dar mais atenção para as fragilidades da ciência. Diante de sistemas muito complexos, o poder de antecipação é limitado, como no caso da atmosfera e da meteorologia.

A previsão do tempo nem sempre acerta, e há quem se irrite com isso. Mas nenhum piloto, agricultor ou promotor de eventos vai deixar de recorrer a esse conhecimento, mesmo que impreciso.

Algo similar ocorre com biomedicina, a pesquisa voltada para a saúde humana. Organismos e comportamentos são complexos por natureza, ainda mais quando entram em interação com outros seres da complexidade de vírus e bactérias.

Ninguém questiona se a pedra vai cair ao ser largada no ar, mas muitos se veem no direito de duvidar das vacinas. Nem sempre elas funcionam, verdade, ou não para todo mundo. Em casos raríssimos, podem causar efeitos adversos, como reações alérgicas.

É o melhor que há, entretanto. Mesmo diante do desafio posto por um patógeno ameaçador como o novo coronavírus (Sars-CoV-2), pesquisadores lograram criar e testar em tempo recorde imunizantes razoavelmente eficazes, que nos deram de volta o convívio social e o retorno a algum tipo de normalidade.

Assim como o piloto não abre mão das cartas meteorológicas, seria irresponsável governantes e autoridades de saúde pública negligenciarem vacinas como essas. Explorar seus pontos fracos com fins políticos, como fizeram o presidente Jair Bolsonaro e vários ministros e seguidores, é um ato de lesa-humanidade.

Eis uma doença muito brasileira que a neurociência —inclusive a nacional— pode ajudar a tratar: a epidemia de desumanidade que assola o país. Aí entram as substâncias psicodélicas, que a pesquisa vem ressuscitando como tratamentos (ainda experimentais) para transtornos psíquicos graves como a depressão.

Substâncias poderosas como MDMA, DMT e LSD ficaram proscritas por décadas. Cientistas como Araújo estão conseguindo resgatá-las e dar esperança de tratamento para um terço dos doentes que não se beneficiam com antidepressivos disponíveis.

Um exemplo da excelência alcançada no Brasil por essa linha de pesquisa saiu em 19 de junho em versão eletrônica no periódico Experimental Neurology. Araújo figura entre os vários autores de universidades públicas brasileiras (UFRN, UFRJ, Unicamp), ao lado de outros da Espanha e do Reino Unido.

O trabalho reúne dados de experimentos com roedores, seres humanos, organoides cerebrais e modelagem de redes neurais para indicar que o LSD induz neuroplasticidade (novas conexões entre neurônios) e que ela pode ser a causa de melhoras na cognição.

Outro efeito conhecido de psicodélicos é o aumento da empatia entre humanos e de sua conexão com a natureza, como testemunham legiões de hippies do passado e adeptos da ayahuasca no presente.

"Não é a natureza e o ser humano, mas sim: O ser humano é natureza."

esporte

ESPORTE AO VIVO
12h30 Liga das Nações (final) Vôlei feminino, SPORTV 2
16h São Paulo x Fluminense Brasileiro, GLOBO/PREMIERE
18h Botafogo x Atlético-MG Brasileiro, PREMIERE

Cláudio saiu de Santos, dia após dia, para ser Corinthians

Nascido há cem anos, goleador foi quase diariamente da Baixada ao Parque

Marcos Guedes

SÃO PAULO O Corinthians chegou ao duelo da noite de sábado (16), contra o Ceará, sem que nenhum de seus jogadores tivesse feito gol nas seis partidas anteriores. Neste domingo, comemora o centenário de um homem que colocou 305 bolas na rede vestindo sua camisa.

Cláudio Christóvam de Pinho nasceu em 17 de julho de 1922, em Santos. De lá nunca saiu. Exceto todo dia, ou quase isso, entre 1945 e 1957, período em que se tornou ídolo de um alvinegro não praiano e seu maior artilheiro.

Ninguém fez tantos gols pelo Corinthians quanto Cláudio, um dos únicos dez jogadores até hoje homenageados em forma de busto no Parque São Jorge. Mas resumir a números a trajetória daquele que ficou conhecido como Gerente é ignorar a essência do clube preto e branco, mais amor (e dor) do que glória —embora tenha havido muita glória no tempo do Gerente.

"Sou corinthiano por causa do Corinthians e por causa dos corinthianos", explicou, em depoimento ao livro "Coração Corinthiano" (1992), do corinthiano Lourenço Diaféria.

O santista fora torcedor do Santos, time no qual iniciou a carreira. Antes da chegada ao Corinthians, marcou o primeiro gol do Palmeiras com esse nome, em 1942. No fim de sua trajetória de chuteiras, ainda defendeu o São Paulo. Mas um jogo de 1955, um empate por 5 a 5 com o Vasco, que vencia por 4 a 1 e depois por 5 a 2, ajuda a explicar por que Cláudio era mesmo Corinthians.

"Olhei lá para cima, as bandeiras, a face da torcida. Parece um rosto só. Um único nariz, dois olhos luminosos, uma única pele, uma única boca gritando 'Corinthians!'. A torcida é uma coisa só. Fala com um, anima o outro, berra com aquele, e a torcida esperando o milagre", descreveu, segundo Diaféria. "Não comecei corinthiano. Eu fui corinthiano depois. E nunca mais deixei de ser."

O Santos ficou para trás, mas não sua Santos. Abandonar a cidade jamais pareceu uma alternativa viável. Por isso, quando o Corinthians o contratou, em 1945, decidiu permanecer em casa. Mesmo depois de bem ambientado na zona leste paulistana, persistiu na migração pendular, ainda tão comum a muitos daqueles que trabalham na capital paulista.

Cláudio Christóvam de Pinho

Nascimento
17/7/1922, em Santos (SP)

Morte
1º/5/2000, em Santos (SP)

Clubes
Santos, Palmeiras, Corinthians e São Paulo

Títulos
Paulista (1942, 1951, 1952 e 1954), Rio-São Paulo (1950, 1953 e 1954), Pequena Taça do Mundo (1953) e Torneio Charles Miller (1955)

No Corinthians
305 gols/550 jogos

Fotos Acervo/Folhapress

Lalo de Almeida - 1995/Folhapress

1 Cláudio, com a camisa do Corinthians, aquela que amou até a morte; 2 na seleção brasileira, jogou 12 vezes, pouco para seu talento; 3 a cidade de Santos sempre foi o lugar do Gerente

"Eu já estava casado com a Norma. Morava na casa dos meus sogros. Levantava cedo. Às 5h20, pegava o bonde que vinha da Ponta da Praia e tinha o ponto final na praça Mauá. Descia, andava um pouco, na rua do Comércio tomava o ônibus para São Paulo. A viagem levava duas horas. Quando chovia, era lama, vinha pela estrada velha de Santos", recordou.

O trajeto se tornou menos solitário, ainda em 1945, quando chegou ao Corinthians outro ídolo histórico nascido no litoral, Baltazar. "Descíamos do ônibus de Santos no Parque Dom Pedro, onde pegávamos uma lotação até a rua São Jorge, esquina com a avenida Celso Garcia. A pé, fazíamos o trecho da até o rio Tietê."

A parceria funcionou.

O ponta-direita Cláudio fez do centroavante Baltazar o Cabecinha de Ouro. Os cruzamentos eram precisos; as finalizações pelo alto, idem. "O Baltazar foi um jogador excepcional, um dos poucos cabeceadores que procuravam a bola. Eu já sabia onde ele gostava do lançamento: na esquerda, atrás do beque central. Eu centrava, ele pulava e cumprimentava, fulminava."

Ainda faltava alguma coisa. O Corinthians não ganhava nenhum título relevante desde 1941, algo que só mudaria com a chegada de garotos buscados no tradicional time de várzea do Maria Zélia, especialmente Roberto Belangero e Luizinho. Então, a partir de 1950 e até 1955, o clube viveu seu período mais vitorioso.

Em uma época na qual não existia uma competição nacional nem torneios internacionais periódicos estabelecidos, o time alvinegro alcançou três vezes seu principal objetivo, o Campeonato Paulista (1951, 1952 e 1954). Ganhou também três vezes a disputa interestadual do Rio-São Paulo, o Torneio Roberto Gomes Pedrosa (1950, 1953 e 1954).

A equipe ainda levou a Pequena Taça do Mundo (1953) e o Torneio Internacional Charles Miller (1955), derrotando rivais como Barcelona, Roma e Benfica. Foi um ciclo fantástico de conquistas, possível a partir do momento em que o habilidoso, pequenino e impetuoso Luizinho se posicionou na meia direita, entre Cláudio e Baltazar.

"Eu vinha com a bola dominada lá de trás, dava um toque para o Luizinho. O Luizinho já soltava a bola na frente, no meu pé. E com a bola no pé... Bem, era tudo mais fácil", recordou Cláudio.

"Ele estava numa fase ruim", disse Luizinho, à **Folha**, em 1974, rememorando o começo da parceria. "Estava faltando um meia para completar sua arte. Nós dois iniciamos as tabelas, coisa que antes da gente ninguém tinha feito."

Exagero, de certo, do camisa 8. Mas o camisa 7 era mesmo afeito ao jogo coletivo. Luizinho seria menos Luizinho sem Cláudio. E Baltazar seria bem menos Baltazar.

Houvesse nos anos 50 a contabilidade das assistências e a valorização estatística dos passes para gol, o Gerente de 1,62 m seria ainda mais aclamado. Ele era um preparador de jogadas, não propriamente um finalizador, o que torna ainda mais impressionante sua liderança na artilharia histórica do Corinthians.

Humilde, Cláudio sempre atribuiu à longevidade no clube essa posição na lista de goleadores. Contribuiu para o número excepcional de bolas na rede a qualidade nas bolas paradas.

Seu gol favorito foi o que decidiu o Torneio Charles Miller, uma batida de falta que iludiu Costa Pereira, goleiro do Benfica (considerado o melhor de todos os tempos da seleção portuguesa). O efeito da bola atordoou o arqueiro nascido em Moçambique, que, consta na lenda alvinegra, exclamou: "Foi de curvita, ó, pá!".

Capitão alvinegro, líder extremamente respeitado —o apelido não era aleatório— e jogador fora de série, o Gerente não jogou uma Copa do Mundo. Disputou 12 partidas pela seleção brasileira e fez cinco gols, muito pouco para alguém de sua (baixa e) enorme estatura. "Eu sonhava estourar na Copa de 50", admitiu, em entrevista de 1983 à revista Placar.

Luizinho também não jogou o Mundial em 1954, Neto não disputou o torneio em 1990, Marcelinho não foi chamado em 1998.

A torcida do Corinthians nunca entendeu as ausências de difícil explicação, mas também nunca deu tanto valor aos feitos em verde e amarelo. O que sempre lhe importou foi a produção em preto e branco, e é muito difícil cobrar produção maior do que a de Cláudio nessas cores.

São incríveis 305 gols. Que ficam bem longe de resumir sua contribuição.

Cláudio é o maior artilheiro da história do Corinthians. Morreu, em 2000, em sua Santos, sem demonstrar nenhuma arrogância a respeito do feito. O que lhe causava orgulho mesmo era encontrar algum alvinegro que lhe perguntasse: "Você é corinthiano, Cláudio?".

A indagação não era inteiramente descabida se levado em conta que foram vestidas as camisas de Palmeiras, São Paulo e Santos. Então, Cláudio explicava que amava o Corinthians por causa dos torcedores corinthianos.

"E você? Você é corinthiano?", respondia, devolvendo a pergunta. "Então, eu também sou. Sou. Porque você é."

Uma Copa do Brasil para oito

Apenas três dos sobreviventes são campeões da Libertadores e do mundo

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Eis que Atlético Mineiro e Palmeiras estão fora da Copa do Brasil, o torneio mais democrático do país.

Somente o Flamengo saiu em desvantagem no jogo de ida e virou no de volta, exatamente contra o Galo, em mais uma grande exibição do uruguaio Dom Arrascaeta, o melhor jogador em atividade no Brasil.

Poderia ter sido a final e pode até ter sido a final antecipada, o que só saberemos mesmo ao fim da Copa, caso o Flamengo chegue lá.

O São Paulo surpreendeu o Palmeiras e o eliminou de maneira cruel, nos pênaltis, literalmente nos pênaltis em todos os sentidos, porque o penal que seria o 3 a 0 do alviverde acabou sendo em seguida o do 2 a 1 tricolor numa noite maluca, em que Raphael Veiga fez as vezes do xeneize Benedetto e, não satisfeito em perder um durante o jogo, desperdiçou outro na hora de decidir da marca da cal.

Ah, o futebol!

O que beirou a humilhação tricolor na casa verde se transformou em classificação épica, em jogo com clara superioridade alviverde.

Tem agora o Palmeiras a possibilidade de fazer do limão a limonada que lhe permitirá disputar apenas duas frentes, assim como tem o Galo, má notícia para os pretendentes ao Campeonato Brasileiro.

Dos oito finalistas, Corinthians, Flamengo e São Paulo são os únicos campões de quase tudo, seis títulos continentais e mundiais.

O tricolor permanece vivo em busca da taça que lhe falta, e América, Atlético Goianiense e Fortaleza também correrão atrás de título inédito.

Athletico Paranaense e Fluminense, campeões de 2019 e 2007, respectivamente, tentarão o bicampeonato, um apostando no copeiro Felipão, outro na manutenção do bom futebol sob o comando de Fernando Diniz, em momento iluminado que tomara seja mantido.

Corinthians e Flamengo concorrem ao tetracampeonato da Copa, eles que já têm encontro marcado nas quartas de final da Libertadores e que poderão repetir o duelo se o sorteio desta terça-feira (19) na CBF resolver fazer tamanha gracinha.

Caso aconteça, os rubro-negros que se cuidem, porque os alvinegros já se mostraram capazes de seguir adiante mesmo ao passar mais de oito horas sem marcar um tento com os próprios pés, que o digam o Boca Juniors e o Santos —e o próprio Flamengo, derrotado com o gol contra de Rodinei.

Copa do Brasil é uma delícia.

Ceni x Diniz

Rogério Ceni e Fernando Diniz têm encontro marcado neste domingo (17), às 16h, no estádio do Morumbi.

Ceni tem 49 anos de idade, um a mais que Diniz.

Diniz é treinador desde 2009, e Ceni, desde 2017.

Tanto o técnico do São Paulo como o do Fluminense são profissionais de personalidade forte, muitas vezes beiram a teimosia, mas, verdade seja dita, têm evoluído no quesito flexibilidade.

Já se vê o Fluminense dando chutão quando necessário e com preocupações defensivas que os times de Diniz não tinham, assim como é visível o esforço dele para controlar o temperamento explosivo à beira do gramado, para poupar seus comandados, e os assopradores de apito, de ofensas.

Ceni também tem aberto mão de querer ser tão autoral e adotado postura mais pragmática diante das dificuldades do elenco curto que dirige.

O tricolor carioca, segundo Nelson Rodrigues o único tricolor de verdade porque os demais são apenas times de três cores, vem encantando, e o paulista, ganhando casca.

Quatro pontos os separam, e o Morumbi é o maior aliado para diminuir a diferença.

Benzema, 34, e Modric, 36, estão entre os melhores do mundo Dylan Martinez - 28.mai.22/Reuters

Ciência e dados mudam a definição de velhice no futebol

Estudos indicam, com muita clareza, que jogador de futebol de 30 anos já não é tão velho quanto no passado

Rory Smith

LONDRES O ponto exato do limiar sempre foi contestado. No Manchester United, por exemplo, a marca dos 30 anos sempre pareceu uma delimitação natural. Quando os jogadores chegavam aos 30, o treinador Alex Ferguson tendia a lhes dar um dia adicional de repouso depois das partidas, na esperança de que a folga ajudasse na recuperação.

Arsène Wenger, do Arsenal, era mais nuançado. Ele tinha uma fórmula. Quando meio-campistas e atacantes atingiam a vetusta idade de 32 anos, ele passava a lhes oferecer extensões de contrato de no máximo um ano. "Essa é a regra aqui", declarou. "Depois dos 32, a base de renovação é ano a ano." Ele abria exceções para os zagueiros de área; no caso deles, era aceitável assinar contratos até os 34 anos.

Mas, embora a data de corte exata sempre tenha sido subjetiva, o consenso amplo e duradouro no futebol é que ela fica mais ou menos por ali. Quando os jogadores passam dos 30 anos, cruzam a fronteira que separa o verão do outono, o presente do passado. E, assim que o fazem, passam a ser considerados velhos.

Esse delineamento sempre orientou as estratégias de recrutamento e de retenção de jogadores de clubes de toda a Europa. Uma vasta maioria dos clubes em geral adere a um princípio simples: comprar jovens e vender velhos.

A aquisição do meio-campista croata Ivan Perisic, 33, pelo Tottenham, no mês passado, por exemplo, foi a primeira vez que o clube adquiriu um jogador de ala com mais de 30 anos para seu elenco desde 2017. O Liverpool não o faz desde 2016. O Manchester City não contrata jogadores com mais de 30 anos há mais de uma década.

Em geral, atletas que estão chegando ao ocaso de suas carreiras são vistos como um fardo de que o clube precisa se desembaraçar. A janela de contratações de começo de temporada europeia serve como exemplo disso: o Bayern alienou Robert Lewandowski, que está chegando aos 34, ao tentar (sem sucesso) contratar Erling Haaland, uma década mais jovem.

O Liverpool, enquanto isso, começou o trabalho de desmontar seu muito elogiado tridente de ataque, ao substituir Sadio Mané, 30, por Luis Díaz, 25, e levar Darwin Núñez, 23, como futuro sucessor de Roberto Firmino, que chega aos 31 anos em outubro.

O raciocínio por trás disso é claramente muito objetivo. "As demandas do esporte estão mudando", disse Robin Thorpe, cientista que estuda desempenho e trabalhou durante uma década para o Manchester United. Ele agora trabalha para a rede de clubes da Red Bull. "Há muito mais ênfase em corridas de alta velocidade, aceleração e desaceleração." Jogadores mais jovens são vistos como mais bem equipados para lidar com essas exigências.

Igualmente importante, porém, é que recrutar jogadores mais jovens promete "maior retorno sobre o investimento quando o clube mais tarde desejar transferi-los", de acordo com Tony Strudwick, antigo colega de Thorpe no United e ex-consultor do Arsenal. Os clubes conseguem recuperar o dinheiro que desembolsaram quando adquirem um jogador na casa dos 20 anos. Já os atletas cerca de uma década mais velhos são vistos como ativos em rápida depreciação, em termos econômicos.

Essas duas ideias se relacionam, é claro, e por isso é significativo que ao menos uma delas tenha por base uma lógica que perdeu a validade.

De acordo com dados da consultoria Twenty First Group, jogadores com mais de 32 anos vêm atuando mais minutos na Champions League a cada ano, consistentemente. Na temporada passada, jogadores com mais de 34 anos responderam por mais minutos em campo, nas cinco grandes ligas europeias, do que em qualquer temporada anterior para a qual existam dados disponíveis.

Os dados do Twenty First Group são ilustrativos. Ainda que atletas na casa dos 20 anos pressionem mais os adversários do que seus colegas na casa dos 30 – em média 14,5 vezes por partida, ante 12,8 – essa disparidade é compensada de outras maneiras.

Tanto na Champions League como nos grandes campeonatos nacionais europeus, os jogadores mais velhos vencem mais batalhas aéreas, completam mais dribles, passam com mais precisão e marcam mais gols. O número de jogadores com mais de 30 anos que fazem parte do modelo de 150 melhores jogadores do planeta desenvolvido pelo Twenty First Group é mais de duas vezes mais alto agora do que uma década atrás.

Os dados indicam, com muita clareza, que um jogador de 30 anos já não é mais tão velho quanto no passado.

Da perspectiva da ciência do esporte, isso não chega a surpreender. A ideia de que a marca dos 30 anos é um limiar imutável de envelhecimento surgiu antes que o futebol desenvolvesse seu interesse pelo condicionamento físico. A geração atual de jogadores na casa dos 30 anos, aponta Strudwick, talvez seja a primeira a "ter sido exposta aos benefícios da ciência esportiva de ponta desde o início de suas carreiras".

Não existe motivo para presumir que eles envelhecerão no mesmo ritmo, ou a partir do mesmo momento, que seus predecessores.

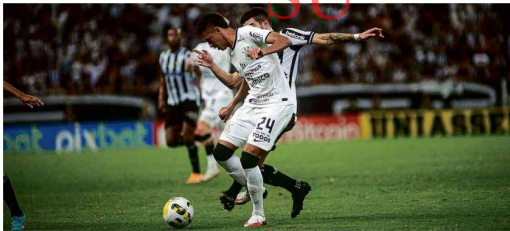
Essa longevidade só aumentará, disse Thorpe, com os avanços na nutrição e nas técnicas de recuperação.

Luka Modric talvez estivesse brincando quando disse, antes da final da Champions League em maio, que pretendia jogar "até os 50 anos, como aquele cara japonês, [Kazuyoshi] Miura". Mas isso já não é tão absurdo quanto um dia talvez tenha parecido.

Que os clubes não pareçam ter percebido —e continuem a encarar os jogadores de 30 anos mais como fardo do que como vantagem— é agora uma questão quase exclusivamente econômica, na interpretação de Strudwick. "O ciclo de vida de um jogador tem a forma de um U invertido, mas as expectativas de salários são lineares", disse.

A abordagem mais científica talvez tenha atenuado a curva descendente no gráfico de desempenho de um jogador ou postergado seu início, mas não há como eliminá-la de vez. Em algum momento, o jogador entrará em "fase de declínio".

E a única coisa que nenhum clube quer é pagar um salário de primeira linha a um jogador quando esse momento chega. O que motiva os clubes a continuar acreditando que os 30 anos são a data de corte não é aquilo que os jogadores são capazes de contribuir, mas o custo embutido dessa contribuição.

The New York Times, tradução de Paulo Migliacci

Davi Rocha/Pera Photo Press/Agência O Globo

Com gol de Róger Guedes aos quatro minutos, alvinegro paulista começou o jogo com vantagem, mas terminou o primeiro tempo com placar desfavorável depois de gol de Bruno Pacheco, aos 18, e de Vinícius, aos 33. Aos 31 do segundo tempo, Cléber cimentou a virada com o terceiro gol da partida. A última vitória do Ceará no Brasileiro havia sido em 8 de junho. Corinthians entrou em campo sem o goleiro Cássio, que sentiu dores na lombar, e sem o técnico Victor Pereira, suspenso. Ainda no sábado (16), Avaí venceu o Santos por 1 a 0, com gol de pênalti de Bissoli, aos dez minutos do primeiro tempo. O time paulista fica com 22 pontos, e o catarinense, com 21.

Ganso é Ganso, de seu jeito

Ele não vai à seleção ou a um grande europeu, mas é agradável vê-lo jogar

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Como minhas colunas são publicadas às quartas e domingos, envio os textos às terças e sextas. Estou sempre em dúvida se escrevo sobre o que ocorreu nos dias anteriores e que já foi bastante discutido ou se falo do que pode acontecer no dia em que sai a coluna no jornal. Às vezes, misturo os dois assuntos ou não escrevo sobre uma coisa nem outra. Divago. Divagar é preciso, repetir não é preciso.

Atualmente, por causa dos estádios cheios e das alucinadas festas das torcidas, ocorre algo que sempre foi habitual, no Brasil e no mundo, mas que agora está mais marcante, que é o maior número de vitórias e/ou de boas atuações das equipes da casa, como foi com o Flamengo, que se agigantou, empurrado pela torcida. Já o Atlético parecia inibido, paralisado.

Nem sempre é assim. No meio de semana, também pelas oitavas da Copa do Brasil, os visitantes Fluminense, América e Atlético Goianiense ganharam fora de casa.

São Paulo e Palmeiras venceram em seus estádios, e o São Paulo se classificou nos pênaltis, em uma noite surpreendente, pelos dois pênaltis perdidos por Raphael Veiga. Se marcasse durante a partida, seria o terceiro, e a classificação do Palmeiras seria certa. Detalhes costumam decidir os jogos. Acaso não é sorte. Acaso são fatos frequentes que não sabemos quando e onde vão ocorrer. Sorte é ganhar na loteria.

Os torcedores, a cada dia mais, explodem nos estádios e se sentem, sem modéstia, participantes importantes nas vitórias. Lamentável é a violência dentro e fora dos estádios. Um horror, um reflexo do ódio e da criminalidade que assola o país.

O Flamengo foi muito superior ao Atlético, que não teve uma única chance de gol. Vidal, recém-contratado, que assistia à partida, disse que Rodinei parecia um avião, para defender e atacar com tanta velocidade. Se o Flamengo quer ser um timaço, necessita ser mais regular e brilhar também fora de casa. A má atuação e a derrota para o time misto do Corinthians foram decorrentes da escalação de alguns reservas, da ausência de sua torcida e da competitividade do adversário em casa, onde raramente perde, mesmo com reservas e jogando mal.

A vitória do Flamengo sobre o Atlético foi também estratégica. Os quatro habilidosos jogadores de meio-campo, muito próximos, trocavam passes com facilidade, contra apenas dois jogadores do Atlético, Allan e Jair. Os meias Nacho e Zaracho ficaram perdidos. Não marcavam, não apoiavam nem se aproximavam de Hulk, isolado. Mesmo com o Flamengo sem um meia pelo lado que volta para marcar, o que pode ser um problema em outras partidas, o Atlético não avançava pelos lados nem pelo centro.

Há várias maneiras de jogar bem e de vencer, mas é gostoso ver um time que troca passes e que envolve o adversário, como fez o Flamengo e como joga a maioria das grandes equipes, como o Manchester City, como faz o Fluminense. A treinadora Pia Sundhage disse para as jogadoras da seleção: "Fiquem com a bola".

No Fluminense, Ganso não é um volante que inicia as jogadas no próprio campo, não é um meio-campista que atua de uma intermediária à outra nem um meia de ligação, como sempre foi, que tenta receber a bola entre os volantes e os zagueiros. Ele é tido como um ultrapassado, pela falta de intensidade, não será nunca convocado para a seleção nem contratado por um grande clube europeu, mas como é agradável vê-lo jogar, procurando a bola, trocando passes curtos, com elegância, enganando o marcador.

Ganso é Ganso, de seu jeito.

NOSSO ESTRANHO AMOR

Pedro Mairal
folha.com/nossoestranhoamor

O amor invisível

E o amor invisível, o que não se vê? Existe? Sim, é o que mais existe. O outro, o visível, o registrado, sempre pede algo em troca, é moeda para outra coisa. O invisível é o que vale. Não entendo. Você viu as fotos do telescópio novo? Saíram no jornal. Ampliaram um ponto do céu do tamanho de um grãozinho de areia, e só nesse ponto se veem galáxias e galáxias infinitas. Não há ninguém no Universo, nascemos sozinhos nesta pedra enorme. Ninguém nos vê. E no entanto você se levanta, toma café, quer saber o que acontece, cumprimenta o vizinho, trabalha, cozinha para si ou para alguém mais, pendura a roupa que pôs para lavar... Sem testemunhas. Ninguém vê. Somos o único olho. Inclusive quando você trata bem a si mesmo, isso é amor invisível. As câmaras do seu reality show nunca estiveram ligadas. Mas o amor que eu sinto vai morrer comigo? O que acontece com todo esse amor quando eu não estiver mais? Dissipa-se? Apaga-se como vela no vento? Não sei. Eu só tenho perguntas. Mas você faz canções. Todas as minhas canções são perguntas.

Escrever sempre é um pouco indigno, porque torna visível o invisível. A palavra às vezes nomeia o que não se sabia que estava ali, mas também eclipsa, crava bandeira de conquista em zonas que não estavam nomeadas, instala um eu autor, um estive aqui. A palavra abre caminhos, mas também impõe sua marca. E a gente nasce todo nomeado, cada membro do seu corpo tem nome, cada dobra dos seus órgãos, cada emoção e reação e dúvida moral que tenhamos já está julgada de antemão pela linguagem na qual nascemos. Já está redigida a sentença de todas as crianças que serão concebidas nesta noite. Por isso eu gostei das fotos do telescópio espacial: não havia ninguém ali, não havia palavras. O espaço é o amor ainda sem nomear.

Você está dizendo uma coisa qualquer. Bom, suponhamos... O seu cachorro, ele fala? Não, mas late. Mas não fala. E no entanto a forma como te recebe quando você chega, a forma como se põe ao seu lado quando sabe que você não está bem, a forma como comemora as carícias e quando você se joga com ele no chão, isso tudo não é amor? Acho que sim. E é amor sem palavras. Amor sem A nem M nem O nem R. É amor invisível. Acho que você está confundindo invisível com inominável. Talvez sim. Mas o que não se vê e o que não se diz está escondido em um mesmo lugar. As palavras são olhos, que veem, tocam e capturam. Os olhos do telescópio. Olhos que só veem recordações, porque essas estrelas, essas nebulosas e galáxias estão tão distantes que já não existem. A luz é sempre uma recordação.

Você está sentencioso hoje, como se soltasse aforismos. Eu me referia a algo mais concreto. Por exemplo, saio de viagem, um homem bonito me faz uma proposta clara, eu poderia passar a noite com ele sem que ninguém ficasse sabendo, mas lhe dou um sorriso e digo que ele é muito atraente, mas que tenho namorado. Ninguém ficou sabendo, vou dormir sozinha. Isso foi um ato invisível de amor. Vale, conta, computa-se a meu favor de algum jeito? Ou quando eu morrer Deus vai me dizer: Pus um homem bonito na sua frente, a oportunidade perfeita para gozar a vida naquela noite, e você deixou escapar? Deus não existe, o que existe é a linguagem, esse Juízo Final dentro do qual você nasceu. Ninguém vai te julgar fora da linguagem. Ao menos é o que eu acho; já fiquei confuso. Mas estou certo de que ninguém vai te julgar. Bem, então se ninguém vai me julgar, me abrace e me dê um beijo, que você ficou muito astronômico e transcendental, e as estrelas não estão lá longe, estão aqui. Onde estão? Aqui, poeta, aqui.

Tradução de Livia Deorsola

Nasa/AFP

IMAGEM DA SEMANA

Imagem da nebulosa Carina, uma das maiores e mais brilhantes do céu, localizada a cerca de 7.600 anos-luz da Terra. Trata-se de um grande berçário estelar, lar de muitas estrelas de alta massa, bem maiores que o Sol. A imagem foi uma das primeiras capturadas pelo telescópio espacial James Webb e divulgada pela Nasa na terça (12). O telescópio é fruto de uma parceria entre Nasa, ESA e CSA, respectivamente agências espaciais americana, europeia e canadense. Os EUA, sócios majoritários, gastaram cerca de US$ 10 bilhões no projeto, ao longo de duas décadas, até que ele fosse lançado, em dezembro de 2021

FRASES DA SEMANA

CULPA DA MÍDIA
Jair Bolsonaro

Presidente reclamou com seus aliados, na segunda (11), sobre o termo bolsonarista atribuído ao policial penal Jorge José da Rocha Guaranho, que matou o guarda municipal petista Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu (PR)

"Vocês viram o que aconteceu ontem, né? Uma briga de duas pessoas lá em Foz do Iguaçu. 'Bolsonarista não sei o que lá'. Agora, ninguém fala que o Adélio é filiado ao PSOL, né? A única mídia que eu tenho é essa que está nas mãos de vocês aí"

CONSOLO TARDIO
Luziane de Arruda

Irmã do guarda municipal Marcelo Arruda, na quarta (13), sobre o contato do presidente Jair Bolsonaro com familiares do guarda municipal.

"De repente eles resolvem se compadecer da nossa família, resolvem querer nos ouvir. Acho que ele [Bolsonaro] viu que a coisa tomou proporção gigantesca e resolveu voltar atrás das palavras. Depois que bate ele resolve consolar. A mesma mão que pune é a mesma mão que afaga?"

ACONTECE SEMPRE
Hamilton Mourão

Vice-presidente da República, na segunda (11), descartando o assassinato ocorrido em Foz do Iguaçu (PR) como um crime político

"É um evento lamentável. Ocorre todo final de semana em todas as cidades do Brasil, gente que provavelmente bebe e aí extravasa as coisas. [Eram] todos da área policial. Um era guarda municipal, o outro agente penal. Vejo de uma forma lamentável isso aí"

BURRICE
Anitta

Cantora, na terça (12), no Twitter, citando o caso do assassinato para criticar os apoiadores do presidente Bolsonaro

"Se não houvesse uma morte envolvida neste caso do apoiador de Lula que foi atacado por um bolsonarista eu diria que a burrice dessas pessoas chega a ser engraçada. Mas não. É apavorante"

ORDENS MÉDICAS
Marilene Saad

Mulher de Stênio Garcia, em vídeo publicado nas redes sociais na quinta (14), respondendo críticas após interromper uma entrevista do ator, colocando a mão em sua boca

"Os médicos me deram uma incumbência, disseram: 'Não deixe ele tirar a máscara'. Eu jurei para três médicos que ele não ia tirar a máscara"

IMPASSE NA CERTIDÃO
Kah Marques

Consultora, que forma um trisal com o bombeiro Douglas Queiroz e a arquiteta Carolina Queiroz, em entrevista na sexta (15), sobre o trio tentar na Justiça registrar o filho que Carolina deu a luz com o nome dos três

"Tive esse exemplo dentro de casa, meu pai foi adotado, então eu vivenciei que sangue não quer dizer nada. Pai e mãe é quem cuida, quem educa, quem apoia"

SEM VIOLÊNCIA
Marcos Leonardo

Após a agressão de um torcedor santista ao goleiro Cássio, na quarta (13), o atacante do Peixe explicou por que entrou no meio para defender o corintiano

"Eu vi o torcedor vindo, eu estava de frente. Tentei proteger o Cássio. Não preciso nem falar da pessoa dele, é um fenômeno que defende o Corinthians. Tentei defendê-lo. Não quero para ele o que não quero para mim. Meus pais me ensinaram a sempre defender o próximo"

PESO
Austin Butler

Ator, que faz o papel do Rei do Rock no filme 'Elvis', em entrevista na terça-feira (12)

"Eu tinha medo de falhar com ele, com sua família, com seu legado e com seus fãs. Era muita responsabilidade. Mas era exatamente sob esse temor que ele viveu boa parte da vida, então eu encontrava conforto ao saber que o Elvis, também, tinha todos esses receios e, mesmo assim, fez coisas extraordinárias"

REI SEM PACIÊNCIA
Roberto Carlos

Durante a apresentação na quarta (13), no Rio de Janeiro, um rapaz gritava o tempo todo para o cantor: 'Minha mãe tá aqui, ó'. Irritado, Roberto Carlos aproveitou a pausa na melodia da música, afastou a boca do microfone e soltou o verbo

"Cala a boca, porra!"

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Intimidador **2.** Conexão lógica / Cinza-escuro **3.** Nome árabe do seu Deus / O acento de conexão **4.** Recipiente de boca larga e com tampa, para guardar cosméticos, alimentos etc. / Um animal marinho polar usado em apresentações em parques aquáticos **5.** Cidade de SP, próxima à capital / Raios Xis **6.** A nota entre o sol e o si / Que faz economia ou poupa **7.** A borda das pálpebras **8.** (Ingl.) Empresa emergente com viés na inovação de serviços e negócios **9.** O de claro é escuro **10.** Capaz / Um grande time de futebol catarinense **11.** A cantora Rita, de "Lança-perfume" / Mulher que aleita recém-nascido não próprio **12.** O apresentador de TV Rodrigo / O Pitt ator norte-americano **13.** Buraco onde os aracnídeos se recolhem.

VERTICAIS
1. Importante cidade goiana, a terceira maior do estado / A marca italiana de automóveis Romeo **2.** (Fig. fem.) Exageradamente sentimental, piegas / (Pop.) Levar no bico **3.** Correta / Outro nome do leopardo **4.** Gato sem consoantes / Ativo, ligeiro / Oscar Niemeyer (1907-2012), arquiteto carioca **5.** Imaculado **6.** Aretha Franklin (1942-2018), cantora de jazz / Grande quantidade de dinheiro / A primeira consoante **7.** Canal no organismo animal / Cidade paulista próxima a Piracicaba **8.** Uma letra do alfabeto grego / Chupar o leite **9.** Repouso psíquico e físico / Que recebeu apoio ou favorecimento.

HORIZONTAIS: 1. Ameaçador, **2.** Nexo, Fumê, **3.** Alá, Til, **4.** Pote, Foca, **5.** Osasco, RX, **6.** Lá, Parco, **7.** Pestana, **8.** Startup, **9.** Antônimo, **10.** Apto, Avaí, **11.** Lee, Ama, **12.** Faro, Brad, **13.** Aranheiro. **VERTICAIS: 1.** Anápolis, Alfa, **2.** Melosa, Tapear, **3.** Exata, Pantera, **4.** Ao, Esperto, ON, **5.** Casto, **6.** AF, Fortuna, Bê, **7.** Duto, Capivari, **8.** Ômicron, Mamar, **9.** Relax, Apoiado.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

				9		7		
7			6	1				
6	3	1			5			
8		7			1		9	
	9		5			3		7
			8			4	7	1
				2	4			9
		5		6				

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	5	4	3	9	8	7	1	6
7	8	9	6	1	2	5	3	4
6	3	1	7	4	5	9	8	2
8	6	7	4	3	1	2	9	5
5	4	3	2	7	9	1	6	8
1	9	2	5	8	6	3	4	7
9	2	6	8	5	3	4	7	1
3	7	8	1	2	4	6	5	9
4	1	5	9	6	7	8	2	3

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **17.jul.1922**

General Clodoaldo da Fonseca é preso após revolta em Mato Grosso

Na 2ª Região Militar, em São Paulo, apresentou-se, preso, o ex-comandante da 1ª Circunscrição Militar, em Mato Grosso, general Clodoaldo da Fonseca (primo do ex-presidente Hermes da Fonseca), neste domingo (16).

Ele é considerado o chefe dos revoltosos daquele estado (que se rebelaram contra o governo federal comandado por Epitácio Pessoa).

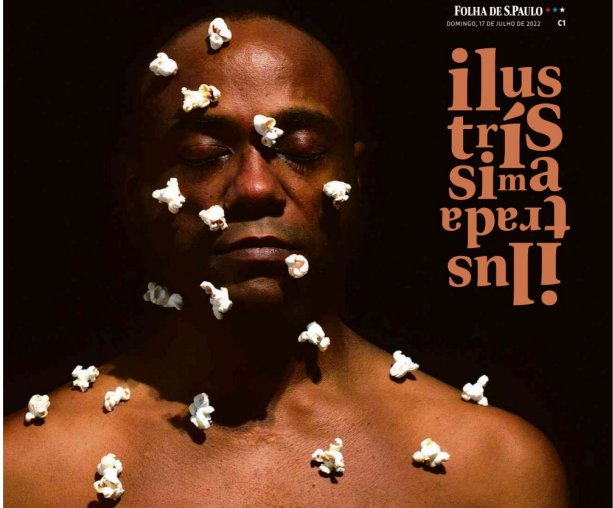
A passagem de Clodoaldo da Fonseca por São Paulo foi feita sob a mais rigorosa reserva, e, à noite, ele foi levado ao Rio de Janeiro.

Hermes da Fonseca também está preso — sua detenção foi realizada depois da revolta militar no Rio de Janeiro.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

O AUGMENTO DAS TARIFAS DA S. PAULO RAILWAY

Delegacia Fiscal

ilustríssima ilustrada

Infinito particular

Possibilidade de demandas particulares, como as raciais, liderarem reivindicações socioeconômicas universais é discutida em artigo da professora Celia Lessa Kerstenetzky C4

Em entrevista, o escritor Edson Lopes Cardoso diz que democracia no Brasil depende de reparação a negros e indígenas C6

José Bonifácio, o chamado patriarca da Independência, queria civilizar elite branca e promover Brasil mestiço C8

Neste domingo, a coluna de Bernardo Carvalho é cedida para a campanha #ciêncianaseleições, que celebra o Mês da Ciência C3

Ilustração
Ayrson Heráclito

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

Andrea Beltrão

Parece que todo o mundo combina de começar a te chamar de senhora

[RESUMO] Interpretando uma mulher que acorda depois de 20 anos em coma, atriz aparece de cabelos brancos e sem maquiagem no filme 'Ela e Eu', conta que confundem a sua vivacidade com beleza e afirma que não abre mão de nadar em mar aberto todos os dias pela manhã

Por ***Teté Ribeiro***

A atriz Andrea Beltrão Nana Moraes/Divulgação

O filme "Ela e Eu", que estreia nos cinemas na próxima quinta-feira (21), era para ser uma comédia, com o mesmo argumento central, escrito pelo cineasta Gustavo Rosa de Moura ("Canção da Volta"). Bia, personagem de Andrea Beltrão, tem um problema durante o parto de sua única filha e entra em coma. Vinte anos depois, acorda. Seu marido, personagem de Eduardo Moscovis, está casado com outra mulher, Renata, vivida por Mariana Lima, a quem sua filha, Carol, interpretada por Lara Tremouroux, chama de mãe.

*

Virou um drama por causa de Andrea Beltrão, que foi convidada para ser a protagonista. "Ia chamar 'Antes Tarde do Que Nunca'", conta Andrea, em uma entrevista por Zoom de sua casa no Rio. "Quando li o roteiro, achei o argumento muito bom, mas eu não concordava com a comicidade da história, achava excessiva. Então falei que eu não era a atriz ideal, porque gostaria de fazer o filme de outra maneira", diz.

*

Em vez de manter o roteiro e trocar a intérprete, Gustavo decidiu fazer o contrário: manter a atriz e mexer no roteiro. "Aí começamos a conversar. Eu dizia o que achava e ele falava: 'Então eu vou mexer um pouquinho no roteiro'. Voltava com uma nova versão, a gente batia mais um papo e ele dizia: 'Tá, então vou mexer mais um pouquinho no roteiro'. Uma hora ele falou: 'Pô, trabalha comigo no roteiro'. Não sou roteirista, não tenho essa experiência. Mas acabei sendo convencida a criar a história junto dele".

*

Com o tom da história considerado adequado pela atriz, o diretor convocou os outros atores principais para trabalharem nos seus personagens.

*

"A Mariana [Lima] construiu a personagem dela, o Du [Moscovis] criou o personagem dele e a Luisa Arraes, que ia interpretar o papel da filha, criou a personagem dela. Depois, por um problema de agenda, ela não pôde fazer o filme e entrou a Lara [Tremouroux], que também ajudou a construir a Carol da história. A Karine Teles, que faz a cuidadora da minha personagem, também colaborou no roteiro. Foi um grande barato, quase um cinema de grupo."

*

"Mas claro que a assinatura final de tudo é do Gustavo, um diretor que presta muita atenção aos atores. Ele é muito livre para ouvir ideias, ao mesmo tempo sabe o caminho que quer tomar", conta ela.

*

O resultado é um filme que toca em muitos temas ligados às relações entre as pessoas, especificamente como uma família segue adiante quando um dos membros sofre uma limitação trágica, uma incapacidade total. "É muito difícil, e pode acontecer a qualquer hora, com qualquer pessoa. A gente está sempre sujeita a isso, a nossa vida é um fio."

*

Em cena, Andrea está de cabelo comprido e grisalho, sem maquiagem, com figurino sem nenhum glamour, diferentemente de quase tudo o que ela fez na sua longa carreira de mais de 40 anos de trabalhos no cinema, no teatro e na TV. "Adorei aquela peruca, me senti muito à vontade", conta a atriz. "E não tenho o menor problema de trabalhar sem maquiagem, acho tudo legal", afirma.

*

Ela conversa com a coluna no final de um longo dia de trabalho, com vídeo ligado, de óculos, uma camiseta listrada e o cabelo nada arrumado, em que passa a mão e despenteia pra lá e pra cá enquanto responde às perguntas. E ri quando percebe que vai ficando cada vez mais descabelada.

*

Conta que tem muita vontade de deixar o cabelo branco, mas não já. "Ainda gosto dele pintado. Mas uma hora eu vou raspar a cabeça e deixar ele crescer branco, tenho muita vontade de fazer isso. Adoro raspar a cabeça", afirma. Andrea diz que se cuida, mas sem neurose. "Saio do banho e passo creme porque uso muita maquiagem no trabalho e minha pele resseca", diz. "E fiz uma plástica no pescoço que eu adorei, achei maravilhosa. Estava com uma pele solta, me chateando, aí fiz e gostei à beça. Mas foi essa e fim, nunca mais".

*

Andrea acredita que ir muito à praia e ser muito animada, gostar de rir, trazem a ela uma vivacidade que faz as pessoas confundirem com beleza. Ela vai à praia todos os dias, entre 6h e 7h30 da manhã, nadar em mar aberto. No sol do Rio de Janeiro. "Se não vejo o sol, fico doida", conta. "E no mar eu vejo tartaruga, vejo cardume de peixes, vejo sardinhas, tem arraia".

*

Ela não nada sozinha, faz parte de uma equipe que tem vários professores que acompanham os nadadores em pranchas de stand-up paddle. "Eu tenho um certo cuidado e muito respeito pelo mar. E também não quero que apareça uma baleia e me coma", diz. "Esse momento do dia, para mim, é insubstituível. Se aparece um trabalho que começa de manhãzinha eu minto que tenho um compromisso muito importante e só posso chegar depois das 8h15. Acordo antes das seis, nado, volto pra casa, tomo um banho, engulo um suco e vou embora".

*

Aos 58 anos, Andrea conta que a única coisa que percebeu de diferente na vida foi ter começado a ser chamada de senhora "uns três, quatro anos atrás". "E é um complô, né? Parece que todo o mundo combina de começar a te chamar de senhora ao mesmo tempo", diz. "Mas para mim isso não é uma coisa ofensiva porque eu chamo todo o mundo de 'senhor', 'senhora'. Se vou no mercado, por exemplo, e não conheço a pessoa do caixa, eu pergunto: 'O senhor sabe o preço disso aqui?'. Acho que é respeitoso, um bom começo de relação. Mesmo que a pessoa tenha 20 anos, ela vai se sentir confortável com uma demonstração de civilidade. Eu acho".

*

Contratada da TV Globo há 35 anos, Andrea diz que não sabe até quando vai continuar na emissora, que nos últimos anos tem rompido contratos longos com atores, atrizes, apresentadores e jornalistas. "As coisas estão mudando lá, e eu espero que seja para melhor", afirma. "Tenho muito respeito e admiração pelo que a Globo fez de dramaturgia", conta a atriz, que foi revelada com o papel da jornalista Zelda Scott, que namorava dois surfistas melhores amigos, no seriado "Armação Ilimitada", dirigido por Guel Arraes, que foi de 1985 a 1988.

*

Além do trabalho como atriz, Andrea é empresária há 17 anos. Em parceria com a atriz Marieta Severo, é sócia do teatro Poeira, num casarão restaurado no bairro do Botafogo, no Rio de Janeiro. "Só consegui construir o Poeira porque tive a sorte de ficar contratada pela Globo por muito tempo, senão não teria uma condição financeira tão estável", afirma.

*

"E tivemos bons patrocínios, durante muito tempo. Até que, com a chegada desse novo governo, nós e todos os artistas perdemos muitas possibilidades", conta.

*

O teatro ficou fechado durante dois anos, pela pandemia, e não demitiu nenhum funcionário nesse período. Reabriu no final de junho com as duas sócias em cena e na produção da peça "O Espectador", escrita pelo dramaturgo romeno Matéi Visniec.

*

"Foi a Marieta que teve a ideia de a gente procurar uma peça do Matéi, e chegamos a essa, que chama 'O Espectador Condenado à Morte'. Mas acabamos cortando o 'condenado à morte' do título, porque o que a gente quer é vida para todos, não a morte", afirma.

*

Com direção de Enrique Diaz e Marcio Abreu, "O Espectador" tem, além de Andrea e Marieta, as atrizes Renata Sorrah e Ana Baird no elenco. Definido como um "espetáculo-encontro", a peça se passa em um tribunal em que o espectador é o réu e está sendo julgado, mas não sabe o porquê. As atrizes se revezam nos papeis de advogadas de acusação e defesa, juízes e testemunhas.

*

"A gente escolheu essa peça porque ela tem uma relação muito direta, muito reta, com o espectador. As personagens falam com o público o tempo todo, provocam, chateiam, fazem piada. Era tudo que a gente queria, ir de encontro ao público, fazer uma festa para celebrar a abertura do teatro, com todo mundo junto", conta Andrea.

*

A peça está com ingressos esgotados até setembro, programada para ficar em cartaz até o dia 2 de outubro. Depois disso, deve viajar para outras capitais, e o plano é que vá para São Paulo com o elenco original no começo de 2023.

*

Andrea é casada com o cineasta Maurício Faria há 28 anos, com quem tem três filhos, todos já na casa dos 20 anos. Com a atriz e colunista da Folha Fernanda Torres, fez uma parceria de cinco anos durante a gravação do seriado "Tapas & Beijos", da Globo, que estreou em 2011 e ficou no ar até 2015. E com Marieta Severo tem uma sociedade de 17 anos. A coluna pergunta qual o segredo para manter relacionamentos pessoais e profissionais tão longos. Ela pensa um pouco e diz que não sabe. Então arrisca: "Acho que é sorte".

Tique-taque, a ciência brasileira está voltando

Não é a primeira vez nem será a última que a produção científica é atacada em investidas autoritárias

Bernardo Carvalho
Romancista, autor de 'Nove Noites' e 'O Último Gozo do Mundo'

Esta coluna foi escrita para a campanha #ciêncianaseleições, que celebra o Mês da Ciência. Em julho, colunistas cedem seus espaços para refletir sobre o papel da ciência na reconstrução do Brasil. Quem escreve é Pedro Hallal, epidemiologista e ex-reitor da UFPel (Universidade Federal de Pelotas). A iniciativa é do Instituto Serrapilheira e da Maranta Inteligência Política.

*

Começo de 2019. Havíamos acabado de eleger um projeto que, entre outras bobagens, umas mais graves, outras menos, dizia que a Terra era plana. Seriam 1.461 longos dias até que o país voltasse a pensar e valorizar a ciência. A muitos parecia uma eternidade, sobretudo aos cientistas.

Para piorar, logo na virada de 2019 para 2020, surgiu a pandemia de Covid-19, a maior crise sanitária da nossa geração. Se já seria difícil enfrentar um surto epidêmico em um cenário normal, em uma situação de exceção, em que a ciência havia sido posta de lado e fora substituída por palpiteiros nas redes sociais, parecia um pesadelo. Era um cenário de filme de terror, e, infelizmente, as nossas piores expectativas se concretizaram.

No momento em que o Brasil mais precisou da ciência, os governantes optaram por ignorá-la. Ao contrário, perseguiram, censuraram e tentaram calar os pesquisadores que cometeram a desfeita de avisar à população que não precisava ser assim. Se o Brasil tivesse uma mortalidade por Covid-19 igual à média mundial, teríamos poupado mais de 500 mil vidas.

O maior estudo epidemiológico sobre Covid-19 no Brasil (Epicovid-19), contratado pelo próprio Ministério da Saúde na gestão de Luiz Henrique Mandetta e apoiado durante o curto período de Nelson Teich à frente da pasta, foi descontinuado durante a fracassada gestão de Eduardo Pazuello. A opção do Ministério da Saúde, daquele momento em diante, mantida por Marcelo Queiroga, foi voar às cegas.

Enquanto a ciência era boicotada, muita coisa acontecia nesse período de pandemia.

Chegaram ao cúmulo de negociar propina para a compra de vacinas. O líder maior da nação debochou das pessoas com falta de ar, milhares das quais acabaram morrendo. O guru do projeto anticiência morreu da doença para a qual não se vacinou, porque afirmava que a doença não existia. Milhares de pesquisadores brasileiros abandonaram o país, seja por falta de recursos para manter suas atividades científicas, seja por censura ou perseguição.

Nesses três anos e meio, o Ministério da Educação foi saqueado, e os recursos que deveriam financiar a educação brasileira foram usados em negociações que envolviam barras de ouro, tráfico de influência e ignorância. A ciência e a tecnologia brasileira tiveram seus recursos reduzidos a patamares incompatíveis com a importância do Brasil no cenário internacional.

[...]

No momento em que o Brasil mais precisou da ciência, os governantes optaram por ignorá-la. Ao contrário, perseguiram, censuraram e tentaram calar os pesquisadores que cometeram a desfeita de avisar à população que não precisava ser assim

No entanto, como sempre na história, a ciência resistiu. Não é a primeira vez nem será a última que políticos atacam a ciência na tentativa de implementar regimes autoritários. Como sempre ocorreu até hoje, a ciência triunfará.

Hoje, já se passaram aproximadamente 1.300 dias desse pesadelo e, felizmente, ele parece estar chegando ao fim. Se há algum saldo positivo desse tsunami é o fato de que a população passou a confiar mais na ciência e nos cientistas.

Foram os cientistas que disseram, desde o começo, que não era uma gripezinha, que não duraria só alguns meses, que cloroquina não resolveria o problema, que máscaras eram importantes e que só a vacina nos salvaria.

Foram os cientistas que colocaram a própria vida em risco ao desafiar um governo que os menospreza, os censura e os persegue. A população sempre soube que, em nós, poderia confiar.

A partir de janeiro de 2023, o movimento antivacina ainda existirá, mas não estará mais sediado no Palácio do Planalto.

A partir de janeiro de 2023, as universidades voltarão a ser reconhecidas como local de conhecimento e não da balbúrdia.

A partir de janeiro de 2023, aqueles que divulgarem como milagrosos medicamentos que não funcionam voltarão a ser tratados apenas como os charlatões e os imbecis que são.

A partir de janeiro de 2023, o povo voltará a comer carne, terá dinheiro para o gás, para a cesta básica e até para viajar de avião.

A partir de janeiro de 2023, muitos idiotas voltarão para onde nunca deveriam ter saído: o anonimato. Outros irão para o local compatível com os crimes que cometeram: a prisão.

Tique-taque, a ciência está voltando.

DOM. Bernardo Carvalho, **Itamar Vieira Junior**, Marilene Felinto, Wilson Gomes

O identitário como universal

[RESUMO] Autora defende que reivindicações particulares podem e devem buscar articulação com demandas políticas universalistas, superando a ênfase no debate entre extremos, a erosão do solo comum que funda a democracia social e a ideia de solução única para compensar déficits sociais históricos. Parece perfeitamente possível que reivindicações específicas de grupos sociais sejam o estopim de transformações sociais genéricas, afirma a professora

Por ***Celia Kerstenetzky***
Professora do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Ilustração ***Ayrson Heráclito***
Artista visual, professor e curador, expõe 63 obras na Pinacoteca do Estado até 22 de agosto.
Seu trabalho tem relações com o corpo e o candomblé. As imagens nesta edição fazem parte da série 'Bori' (2008-2011)

Nem sempre acolhidas com simpatia, as pautas identitárias —reivindicações, por grupos politicamente minoritários, do reconhecimento de suas desvantagens sociais e do acesso a oportunidades e recursos para compensá-las— têm por vezes despertado reações intensas.

No campo progressista, mobilizado por questões de justiça social, duas atitudes sobressaem: em um extremo, há os que veem nas pautas identitárias uma ameaça à democracia social e suas políticas universais; no outro, há os que defendem a chamada política identitária como o único ou o principal meio para compensar déficits sociais e democráticos históricos.

Há, também, uma posição intermediária, negligenciada no debate público brasileiro: a política identitária como política universal. Para desenvolvê-la, contudo, é preciso entender os perigos e as oportunidades abrigados nas duas posições mencionadas.

Segundo a primeira posição —a tese da ameaça à democracia—, a política identitária é um modo de configurar o debate político como disputa entre grupos politicamente minoritários e politicamente majoritários e, dessa forma, promover dois efeitos indesejados.

O primeiro é desviar a atenção da agenda social-democrata de redistribuição. Desse ponto de vista, o alvo da contestação política deveriam ser as instituições e as práticas que patrocinam as desigualdades econômicas contemporâneas —a origem de várias patologias e abusos sociais.

A política identitária, ao desviar a energia política de movimentos sociais contestatórios para a disputa por recursos entre grupos categóricos (por exemplo, raciais ou de gênero), acabaria por negligenciar a pauta redistributiva, centrada na garantia de direitos sociais, e enfraquecer sua promoção.

O segundo efeito seria ainda mais básico: ameaçar a própria democracia política. Ao se expressar como embate entre grupos categóricos exclusivos, que, por definição, incluem os iguais e excluem os diferentes, a política identitária converteria o debate político em divisão e confronto irreconciliáveis.

O resultado seria a erosão do solo comum do qual a democracia se nutre, em que os valores públicos são cultivados e as alianças e as coalizões podem brotar.

Em oposição à tese da ameaça, a segunda posição —a defesa da política identitária— insiste na necessidade de reivindicação de direitos coletivos exclusivos, como cotas, para compensar os déficits democráticos históricos que persistentemente prejudicam alguns grupos.

Como a democracia política não dá o devido peso aos legítimos interesses e às aspirações dos grupos minoritários, que são politicamente sub-representados, os direitos sociais normalmente garantidos pela social-democracia acabariam não os contemplando adequadamente. O acesso desigual a recursos, oportunidades, proteção e segurança, sempre em prejuízo dos grupos minoritários, são uma prova irrefutável disso.

Um cenário mais assustador, mas não de todo improvável, resultaria da combinação das previsões sombrias contidas nas duas teses descritas. O cenário de a democracia se metamorfosear em guerra de trincheira —luta entre grupos, como esperado na tese da ameaça— e, ao mesmo tempo, os interesses e as aspirações das minorias políticas serem de fato apenas marginalmente atendidos —como antecipado na linha de defesa da política identitária.

A política de trincheira levaria a um resultado menos vantajoso aos grupos minoritários, porque a disputa aberta pelos recursos existentes poderia resultar na estagnação ou mesmo na redução dos recursos totais disponíveis para a redistribuição. Uma ilustração ajuda a iluminar esse dilema.

Pense na inclusão racial nas universidades em um cenário em que apenas cotas fossem a política inclusiva. A disputa por uma divisão racialmente equilibrada entre brancos e não brancos de um número muito limitado de vagas alcançaria apenas uma pequena fração da população em idade universitária.

A política que visa exclusivamente ao efeito "marginal" —uma vaga garantida a cada duas, por exemplo— seria menos antirracista por contemplar menos não brancos que a política que visa ao efeito "médio" —a distribuição equitativa, mas do maior número possível de vagas.

A expansão de vagas é essencial para a produção do maior efeito numérico, assim como o investimento em educação básica de qualidade, que permite a ampliação do universo de estudantes elegíveis. Além disso, cotas sem expansão de vagas podem estimular a migração de estudantes brancos e não pobres para universidades privadas, criando mais um estrato de prestígio, de acesso proibitivo.

Uma política com o objetivo de limitar essa fonte adicional de desigualdades teria que insistir na expansão substancial da política universal. Ao fim e ao cabo, o foco exclusivo na disputa entre grupos é perfeitamente compatível com a perspectiva de um neoliberalismo progressista, termo cunhado por Nancy Fraser para o contexto norte-americano, que concilia o recuo do Estado provedor com a partilha dos recursos remanescentes conforme o poder relativo de movimentos sociais e forças políticas.

Continua na pág. C5

SU

Continuação da pág. C4

A posição intermediária entre os extremos da rejeição e da adoção incondicional da política identitária é mais promissora. Essa perspectiva concilia equidade, isto é, equilíbrio na distribuição de recursos, com altos resultados, rompendo a barreira de políticas universais insuficientes e Estado diminuto. Contudo, ela impõe uma torção na política identitária: conceber a política identitária como política universal.

A perspectiva da política identitária como política universal implica grupos minoritários se tornando os campeões da agenda universalista, ainda que não exclusivamente.

Entre as razões para isso, há o fato de grupos minoritários estarem entre os mais organizados politicamente e a maior aptidão da agenda universalista para atender os interesses e aspirações distributivos desses grupos, já que abrange grandes números; respeitar seus valores mais abrangentes como cidadãos, porque neutraliza mecanismos de dominação e subalternização, responsáveis pelo sentimento de subcidadania que assola seus membros; e, em contextos democráticos, viabilizar a formação de coalizões majoritárias, já que abrange interesses amplos, para além dos que se expressam em linguagem identitária.

Como pensar a aproximação entre identidade e universalidade?

Em princípio, parece perfeitamente possível que reivindicações específicas de grupos sociais sejam o estopim de transformações sociais genéricas. Isso ocorre quando reivindicações específicas traduzem e expressam, nos termos de experiências compartilhadas de privação, destituição, discriminação, dominação, opressão e exploração, as dificuldades, barreiras e interdições enfrentadas por grupos minoritários. Nesse caso, o específico seria a forma de manifestação do genérico.

Desigualdades se manifestam em relações assimétricas entre indivíduos e grupos realmente existentes e só podem ser pensadas a partir da experiência particular. É igualmente certo, contudo, que a experiência contenha a metafísica do mundo social, um mundo eivado de relações de dominação e exploração em suas instituições e práticas. Consequentemente, reivindicações específicas de igualdade vocalizadas por diferentes grupos colocam essas relações no banco dos réus e, ao fazê-lo, universalizam a exigência de igualdade.

Algo desse tipo parece ter ocorrido com a reivindicação do reconhecimento de direitos naturais e inalienáveis do homem, os direitos fundamentais à vida e à liberdade, gênero filosófico e lema político dos séculos 17 e 18.

Imaginados como um domínio inviolável, interditado a tiranos e teocratas, por homens brancos privilegiados em metrópoles europeias, os direitos naturais inauguraram a linguagem que os tornaria reivindicáveis também por mulheres, escravizados revolucionários do Haiti e habitantes das colônias do Novo Mundo ao longo dos séculos 18, 19 e 20.

Os falantes pioneiros, mesmo falando de seu lugar de privilégio relativo, não puderam controlar os efeitos de sua fala, recebida e traduzida em reivindicação libertária e de igualdade por outros.

Na experiência histórica, há também um número significativo de exemplos que ilustram como a luta por direitos, encetada por um grupo, deliberadamente conduziu à expansão de direitos a outros grupos e conduziu a significados cada vez mais amplos de direitos.

Muitos movimentos abolicionistas ou independentistas na Europa e nas Américas foram protagonizados simultaneamente por mulheres, negros e indígenas, enquanto também lutavam pela emancipação feminina ou igualdade racial.

Movimentos por direitos civis uniram negros, mulheres, judeus, estudantes, pacifistas; movimentos feministas levantaram as bandeiras do sufrágio universal de adultos, união dos proletários do mundo, políticas de bem-estar social para crianças e idosos, direitos sexuais e antirracismo; lutas operárias foram a centelha para o aprofundamento de direitos sociais e do Estado de bem-estar universalista ao longo do século 20. Recentemente, movimentos pelo reconhecimento dos direitos de povos indígenas têm politizado a defesa da natureza e do planeta.

No Brasil, o movimento negro nasceu como resistência à ditadura e abrigo a minorias políticas, como mulheres e gays, além de negros, e apresentou na Constituinte propostas como a introdução de direitos sociais e a extensão de direitos civis e políticos.

Discursos de líderes, intelectuais e ativistas como Frantz Fanon ("Ó meu corpo, faz sempre de mim um homem que questiona"; "minha pele negra não é depositária de valores específicos"; "sou um ser humano e é todo o passado do mundo que tenho a resgatar"), Martin Luther King ("eu tenho um sonho de que os meus quatro filhos pequenos viverão um dia em uma nação onde não serão julgados pela cor de sua pele"), Malcolm X ("acredito em uma sociedade em que as pessoas possam viver como seres humanos com base na igualdade"), Nelson Mandela ("a divisão política baseada na cor é inteiramente artificial e, quando desaparecer, desaparecerá também o domínio de um grupo de cor por outro"), Angela Davis e Djamila Ribeiro ("a mulher negra é a que mais sofre o peso do capitalismo. O que está em jogo é um novo modelo de sociedade [...] anticapitalista, antirracista e feminista") e Wesley Teixeira ("o movimento negro garante humanidade para todos") marcam o insulto à humanidade representado por discriminação, opressão e exploração.

Por fim, uma razão pragmática reforça a aproximação entre identidades e políticas universais: o imperativo de formação de consensos para que políticas igualitárias avancem e vinguem.

O universalismo nas políticas sociais em países europeus onde impera nasceu com a marca do pragmatismo. Trabalhadores urbanos atraíram o apoio de agricultores para formar maiorias parlamentares para posições de seu interesse e, juntos, desenharam políticas para a cidade e o campo. Posteriormente, o universalismo deitou raízes, virou um valor e se tornou distintivo de identidades nacionais.

Quanto às consequências políticas, a aproximação entre identidade e universalidade no âmbito da experiência social tem implicações nítidas. Para além de esperar que se manifeste acidentalmente, é possível desejar, articular e ativar essa aproximação. A aposta é que esse desejo ganha tração quando a política identitária se torna política universal.

A política identitária precisa se elevar à denunciante do universalismo falhado — como foram os escravizados do Haiti no século 18, as sufragistas no século 19 e, no século 20, os movimentos negros e feministas—, com o propósito de levar mais longe a ideia de igualdade. A política identitária precisa não apenas denunciar, mas assumir sua vocação política de portadora da reivindicação radical de universalidade

Em que condições a política identitária se torna universal senão quando deliberadamente se dedica a completar o universalismo, quando ambiciona converter o universalismo nominal em efetivo? Não será justamente das demandas específicas, percebidas e vocalizadas pela agenda identitária, que a política universal se valerá para, de fato, entregar sua universalidade?

Para tal, a política identitária precisa se elevar à denunciante do universalismo falhado —como foram os escravizados do Haiti no século 18, as sufragistas no século 19 e, no século 20, os movimentos negros e feministas—, com o propósito de levar mais longe a ideia de igualdade. A política identitária precisa não apenas denunciar, mas assumir sua vocação política de portadora da reivindicação radical de universalidade.

Cabe aqui um reparo sobre a posição às vezes assumida por pautas identitárias de negação das políticas universais, como se estas estivessem em necessária oposição aos interesses e aspirações de grupos minoritários. Opor política universal a igualdade racial ou equidade de gênero é, além de equivocado, contraproducente.

Equivocado já que, quando políticas universais não cobrem grupos politicamente minoritários, é porque elas não são universais, não porque são. A ambição da universalidade é justamente abolir a minoridade política de grupos historicamente em desvantagem, não cuidar com exclusividade das aspirações de grupos majoritários. Simetricamente, a ambição da política identitária é abolir a hierarquia, não inverter seu sentido.

A confusão entre realidades presentes e possibilidades é responsável pela demissão prematura e perversa de um instrumento tão potencialmente transformador quanto as políticas universais. No Brasil, vale lembrar, as políticas ditas universais não são, de fato, universais. Criticamos não sua universalidade, mas a universalidade falhada.

A condenação da política universal é também contraproducente, porque alvejar a política universal quando se busca igualdade é abater seu maior aliado: só com a escala envolvida em políticas efetivamente universais é que se alcançam os grandes números dos grupos politicamente minoritários.

Evidentemente, o universalismo efetivo requer também políticas afirmativas que visem grupos específicos, porque contribuem para complementar a universalização de políticas nominalmente universais. Convocamos intervenções focalizadas como meio para atingir cobertura universal.

Isso se faz necessário porque a experiência em política social mostra que a desigualdade sempre escapa, e o tratamento e o acesso iguais precisam ser ativamente perseguidos. De novo, contudo, o resíduo social que faz brotarem desigualdades mesmo na vigência de políticas universais deve ser buscado alhures, não no caráter universal da política social.

A agenda da política identitária como política universal tem pelo menos dois compromissos. O primeiro é politizar a oposição às desigualdades. A oposição ao status quo não deve se limitar ao apelo a convicções morais que se satisfariam com uma simples regra de equidade, como a distribuição proporcional do recurso social segundo critérios demográficos. Por exemplo, vagas no sistema educacional ou postos no mercado de trabalho.

A oposição ao status quo deve se sustentar em concepções políticas em relação a como recursos da sociedade devem ser coletados e distribuídos entre membros iguais de uma comunidade, para garantir a magnitude da provisão pública suficiente para alterar as perspectivas do grande número de indivíduos dos grupos politicamente minoritários, que são, é bom lembrar, demograficamente majoritários.

O segundo compromisso é investir na potência transformadora da política universal, sua capacidade de abolir o jugo da "lei mercantil" sobre as condições materiais de vida dos cidadãos. Essa lei regula a vida social como competição entre indivíduos e grupos, que gera ganhadores e perdedores.

A ambição de mudança deve ousar mais que simplesmente "diversificar" os universos de ganhadores e de perdedores na competição mercantil. Por exemplo, mais negros e mulheres entre os primeiros, mais brancos e homens entre os segundos.

Trata-se de redesenhar o contrato social, com o intuito de ampliar o escopo do Estado social, detentor de recursos suficientes para atender a necessidades sociais, e encolher o raio de ação do mercado e a influência do poder aquisitivo de cada um.

Com isso, o foco deixa de ser as chances de sucesso de indivíduos e grupos para se voltar para a "renda social" e a provisão coletiva. Enquanto a interação mercantil faz o objeto de desejo ser o sucesso mercantil —o salário, os lucros, os dividendos, a herança—, o novo contrato social o desloca para dimensões mais cooperativas da vida em sociedade —a abrangência e a qualidade dos serviços sociais públicos, a extensão do bem-estar social, planetariamente sustentável.

O reforço das políticas universais em combinação com iniciativas como políticas afirmativas —para rastrear barreiras invisíveis e evitar que qualquer grupo seja alienado dos benefícios da cooperação— são os meios para essa transformação.

A liderança e a energia política dos grupos politicamente minoritários são essenciais para levar adiante essa agenda, que há de representar transformação social profunda. ←

Agradeço à Isabel Lessa, pela assistência de pesquisa especialmente criativa

Um país cada vez mais negro

[RESUMO] Militante do movimento negro, professor e jornalista lança livro que reúne 151 textos escritos ao longo de 35 anos de carreira e trajetória política, em que discute a importância do passado, da educação e da reparação histórica por meio de políticas públicas para combater o racismo

Por ***Fernanda Mena***
Mestre em direitos humanos pela LSE (London School of Economics), doutora em relações internacionais e repórter especial da **Folha**

Ilustração ***Ayrson Heráclito***

"Para consolidarmos um processo democrático, é preciso superar ideologias hierarquizadoras do ser humano. Não só a racial, mas outras igualmente desumanizadoras", diz Edson Lopes Cardoso, 72, escritor, jornalista, professor e militante histórico do movimento negro brasileiro.

Ele acaba de lançar "Nada os Trará de Volta: Escritos sobre Racismo e Luta Política" (Companhia das Letras), uma coletânea de 151 textos de sua autoria. "Afinal, somos todos humanos ou não?", provoca.

A questão universal destacada por ele ganha, no entanto, contornos particulares no Brasil, país atravessado pelo trauma da longa escravidão e de sua abolição sem políticas que incluíssem as pessoas negras escravizadas.

"Quando você pensa na história do Brasil e na desumanidade que se fez com as pessoas de pele negra, precisamos colocar isso na frente. O combate ao racismo tem de ser uma das prioridades, porque é um tema central da nossa história", afirma. Para ele, os negros hoje "querem discutir relações de poder, querem ir para a política, querem distribuir renda, querem casa, querem saneamento. Claro que isso vai fortalecer as reivindicações políticas e sociais".

"Nada os Trará de Volta" evoca, desde o título, histórias que não deveriam ser esquecidas, como aquela que abre o livro, quando um muro da UnB (Universidade de Brasília) amanheceu, em junho de 1987, com frases como "Morte aos negros!" e "Viva o apartheid" pichadas.

"É preciso ativar a memória para que a coletividade ande. O passado não é para eu andar para trás. O passado me impulsiona para a frente."

Doutor em educação, Cardoso aposta que a reversão do persistente estigma da pele negra no Brasil passa obrigatoriamente pela escola, pela valorização da diversidade e por políticas públicas universais de qualidade que, com o passar do tempo, dispensem a necessidade de ações específicas para a reparação de grupos sociais marginalizados.

"Diversidade é solução, não problema. Temos diversidade, diferentes respostas, aportes diferenciados. Isso é bom para o PIB (Produto Interno Bruto) e para o desenvolvimento, bom para todos os ambientes, para tudo. Mas o racismo inverte isso e transforma o positivo em negativo, e insistimos em hierarquizar essa diversidade."

*

Por que o título "Nada os Trará de Volta"? Ele remete à filósofa Hannah Arendt, que diz que não se faz política sem fatos nem eventos. O problema é que os fatos podem ser distorcidos ou apagados. Então, é preciso captá-los. Se não fizermos um esforço de recuperação de fatos apagados e distorcidos, eles não voltam nunca mais. O livro reúne parte dessas histórias que não podem ser esquecidas.

Steve Biko [ativista contra o apartheid da África do Sul] tinha uma forma de dizer isso que eu acho extraordinária: ele disse que um povo sem memória é como um carro sem motor. É preciso ativar a memória para que a coletividade ande. O passado não é para eu andar para trás. O passado me impulsiona para a frente. Sem passado, a gente não vai adiante.

Seu livro traz um texto de 35 anos atrás que fala de genocídio da população negra, algo muito evocado no debate atual. Como explicar essa permanência? Isso está aberto para se compreender no Brasil. Que papel cumpre no país manter a maioria da sociedade no estado de terror em que vive a população negra? Se você quisesse fazer um teatro e entrar invisível na casa de uma família negra e, por acaso, o filho não voltou para casa na hora esperada e não se consegue um contato telefônico... Pronto, se cria o pânico e o terror!

Por quê? Porque ele pode simplesmente estar morto. Em uma entrevista, a atriz Marieta Severo disse que estava preocupada com o neto dela, um menino negro com cabelos rastafári, por causa da ocupação do Rio pelo Exército durante o governo Temer. Ela pedia a ele para não sair sem documento e tomar cuidado porque os boatos pela internet eram terríveis. Ela contou que não falou nada sobre o assunto com sua outra neta, loira, porque a diferença de cor da pele pode decidir quem vai ficar morto e quem vai viver.

As pessoas negras vivem permanentemente assustadas nas suas relações comunitárias, constantemente fragilizadas do ponto de vista psicológico e emocional.

A polícia diminui a velocidade do carro, encosta no passeio e avisa: "Estou de olho em você, neguinho." É suficiente! Agora em junho, estava no centro de São Paulo, indo ao Sesc, de paletó e gravata, e tomei o maior baculejo [revista policial] na rua. Fui para a parede.

Qual papel cumpre a polícia nessa dinâmica? Aquele que cumpre desde que foi formada: o controle da população negra.

A República produziu um Código Penal em 1890 antes da Constituição, em 1891. Quando ocorre a libertação das pessoas escravizadas, a República se preocupa primeiro em punir a vadiagem e em criminalizar as manifestações culturais negras, como a capoeira e o candomblé. O Estado vai atrás daquele corpo, que estaria livre, para pegá-lo de outra forma.

A epígrafe do meu primeiro livro ["Bruxas, Espíritos e Outros Bichos", de 1992] é de uma carta aberta que Abdias do Nascimento fez em 1949 ao chefe da polícia do Rio de Janeiro, na qual ele se queixa de que pessoas negras vinham sendo presas por qualquer coisa, até por não ter um simples documento de identidade. Ele diz: "Parece até que cometeram o delito de ser negro". O ser delituoso. O crime que você cometeu é ser quem você é.

Como o racismo se apresenta nos primeiros ordenamentos jurídicos do país? Estamos no Bicentenário da Independência, e José Bonifácio apresentou, na nossa primeira Constituinte, de 1822 e 1823, um documento com projetos para o país. Nele, Bonifácio escreve que, no Brasil, uma coisa é o escravo, outra coisa é a cor do escravo. Ele está falando de uma sociedade que tem escravos, mas também do preconceito contra a pele negra que, de tão arraigado, ele chega a chamar de "mancha indelével". Ele está definindo o estigma, uma mancha infamante.

A Constituição sai dando direito de voto a uma renda de tantos mil réis anuais, exceto para os negros. Mesmo que você, como negro, tivesse a renda exigida pela Constituição para votar, a cor da pele não assegurava sua cidadania. Ou seja, o Brasil começava o Império assegurando a subcidadania aos negros mesmo que não fossem escravos, apenas por causa da cor da pele.

Por isso que me interessei tanto por "O Processo", de Franz Kafka. Ele percebe isso em relação aos judeus. O problema não era que o protagonista, Joseph K., tivesse feito algo: ele não fez nada, sua condição que é criminosa. Um estigma desse porte reduz as chances de vida.

Como assim? É importante entendermos a definição de estigma social, elaborada pelo sociólogo Erving Goffman. Ele diz [abre o livro e lê]: "Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminação, através das quais efetivamente, muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida".

Esse trecho é tão rico. Ele não só aponta o problema como a solução. Ele não está falando apenas sobre o estigma da pele, mas do sobrepeso, da mulher, de todos e diz que toda estigmatização é desumanizadora, a ideia de que o outro, portador do estigma, não é humano como eu. A partir daí, reduzem-se suas chances de vida.

Se o estigma é desumanizar, combater o estigma é humanizar. O ser humano não existe fora da história. Então, se você quer humanizar, a primeira coisa é reconhecer que são seres históricos, reconhecendo a língua, a cultura e a religião.

Qual é o papel da escola em relação ao racismo no Brasil? Físicos e matemáticos afirmaram que a Terra girava em torno do Sol, não o contrário, por meio de cálculos. Eles viram com o cérebro, não com os olhos, porque os sentidos nos enganam. A escola brasileira até hoje não nos dá os elementos necessários para enxergarmos os seres humanos para além dos sentidos e dos preconceitos.

No meu trabalho para a USP, peguei um livro de ciências que tratava da pele na sétima série. Imagine? Se eu deixar para falar disso na sétima série, a casa já caiu na cabeça das crianças. Em um país como o Brasil, diverso e desigual, eu tenho de encontrar uma forma de tratar desses conteúdos o mais cedo possível para desmistificar a ideia de que a pele está associada a valores de inteligência ou de personalidade.

Se alguns conteúdos deliberadamente ainda não entram na escola brasileira, isso ajuda o racismo. Uma escola que celebrasse a diversidade da espécie humana estaria celebrando a vitória da espécie humana —sermos diversos na aparência garantiu nossa sobrevivência. O racismo inverte isso e transforma o positivo, a diversidade, em negativo. Com isso, cria uma ojeriza a uma aparência diversa daquela tida como a aparência humana por excelência.

Hierarquiza essas diferenças? Racismo, de um lado, e sexismo, de outro, são duas ideologias que hierarquizam a diversidade.

Em Brasília, onde vivi por muitos anos, quanto mais você se aproxima das instâncias de decisão, a mulher faz o café, e o homem negro leva o café para a sala onde os homens brancos decidem. Uma democracia se preocupa com o pluralismo porque o que temos é um tipo de composição que vai ficando masculina e branca à medida que se ultrapassa a faixa de renda de três salários mínimos.

Como reverter esse quadro? A Unesco fala que a melhor resposta a uma realidade de grande diversidade é buscar assegurar o pluralismo, que ocorre no plano da política. Pluralismo é assegurar igualdade de oportunidades a toda diversidade. A educação tem esse papel de valorizar a diversidade e buscar mostrar as vantagens de se assegurar o pluralismo. Isso é fundamental e orienta a comunicação.

Edson Lopes Cardoso, 72

Escritor, jornalista e professor, é mestre em comunicação pela UnB e doutor em educação pela USP. Militante do MNU (Movimento Negro Unificado) e coordenador do Irohin – Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-brasileira. Autor, entre outros livros, de 'Bruxas, Espíritos e Outros Bichos' (1992), 'Negro, Não' (2015) e 'Nada os Trará de Volta' (2022)

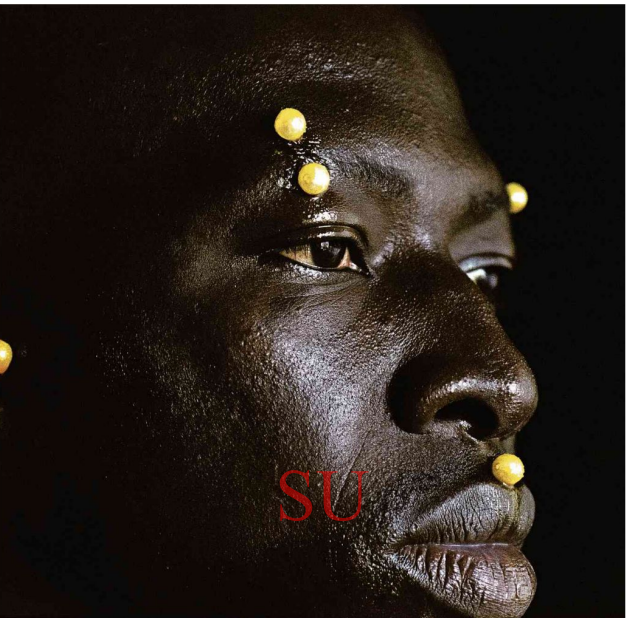
A publicidade é que está acordando agora, no Brasil, que ela também tem um papel. Muniz Sodré, da semântica e da teoria da comunicação, dizia que, no Brasil, a TV é para o negro o que o espelho é para o vampiro. O vampiro olha no espelho e não se vê. As pessoas negras assistiam e não se viam.

O que puxou essa mudança? Eu peguei os debates do teatro Casa Grande, em 1975, já no início da redemocratização. Toda segunda-feira, no Rio, tinha debate sobre temas brasileiros de cultura e havia grande mobilização.

A questão racial não apareceu, salvo em dois momentos. Na mesa de televisão, o Walter Avancini, que era o todo-poderoso das novelas da Globo, disse que o tema era absolutamente proibido ali, que não se podia tratar de questão racial. No debate sobre publicidade, o Celso Japiassu disse não ver racismo na propaganda brasileira, mas preconceito de classe.

Ou seja, para um setor mais à direita, o tema era explicitamente proibido, como se não existisse. Para setores mais progressistas, o tema era mais social que racial. A gente tinha dois negacionismos, e o movimento negro ficava no meio, boiando.

Se a prevalência do social sobre o racial é uma forma de negacionismo do racismo, como a questão racial se relaciona com as demandas universais contra a desigualdade social? Para consolidarmos um

Continua na pág. C5

Continuação da pág. C4

processo democrático, é preciso superar ideologias hierarquizadoras do ser humano. Não só a racial, mas outras igualmente desumanizadoras. Precisamos encarar uma questão prévia: afinal, somos todos humanos ou não?

Quando você pensa na história do Brasil e na desumanidade que se fez com as pessoas de pele negra, precisamos colocar isso na frente. O combate ao racismo tem de ser uma das prioridades, porque é um tema central da nossa história.

A gente era muito criticado por fazer reivindicações tidas como particulares em atos públicos, porque o espaço público era para políticas universais, não para cotas para negros. Isso, de fato, é uma contradição. No entanto, qual foi a única política que conhecemos em benefício da população negra na história do Brasil? As cotas.

Como vamos superar essa contradição? À medida que o processo social avançar. Não temos como avançar nessa contradição no debate porque ela pertence ao processo social. Isso é algo do jovem Marx.

Para anular essa reivindicação específica, é preciso fazer cotas e atuar na base do ensino, universalizar a creche, a escola pública de qualidade. É preciso universalizar os acessos.

Enquanto as condições desiguais criarem uma falsa seleção que beneficia por carta marcada grupos que são privilegiados, não tem como não ter política específica. A contradição aponta para o processo histórico mais profundo, que exigia a política particular.

Os negros querem discutir relações de poder, querem ir para a política, querem distribuir renda, querem casa, querem saneamento. Claro que isso vai fortalecer as reivindicações políticas e sociais.

Qual foi o impacto desses negacionismos no movimento negro? Houve um adensamento de ideias, como está acontecendo agora, e as pessoas não estavam se dando conta, como também não estão agora. Houve um terremoto na sociedade brasileira que levou ao disco "África Brasil", de Jorge Ben, que fala que quer ver Zumbi chegar. Em 1978, surgiu o MNU (Movimento Negro Unificado).

Em 2001, eu li na **Folha**, começou a crescer o percentual de brasileiros que se declaravam negros. Isso foi puxado pelo movimento negro. Inverteu-se o embranquecimento da sociedade brasileira, e quem não se afirmava negro passou a se afirmar negro. Esse crescimento demográfico é de autoestima e de compreensão de si. Isso é um fenômeno extraordinário. Ninguém pode deter isso.

O Brasil hoje é um país mais negro que em qualquer outro momento de sua história.

Dos quase 57% de brasileiros que são considerados negros pelo Estatuto da Igualdade Racial, pouco menos de 10% se declaram pretos e quase 47%, pardos. Embora a mestiçagem tenha servido como mito negacionista do racismo, ela é um fato no Brasil. Qual o lugar da massa parda nas questões raciais? Essa relação entre pretos e pardos tem uma base histórica nos próprios censos da escravidão do Brasil. Um plantel de escravos era constituído de pardos e pretos. Muitos mestiços, às vezes filhos dos senhores, não fugiam a seu destino porque o ventre era de uma mulher negra, e era isso o que importava. Nos anos 1970, o movimento negro vai trabalhar com a noção de que negro é a junção de pretos e pardos.

No meu caso, minha mãe é uma mulher preta, meu pai, um homem pardo, porque meu avô era português. Os filhos nasceram pretos e pardos, todos irmãos. Você quer que eu separe? As famílias negras são constituídas de pretos e pardos.

Eu morei no Rio Grande do Sul por dois anos, e os brancos de lá eram muito diferentes dos brancos daqui da Bahia, onde nasci e vivo. Se eu colocar na parede os brancos brasileiros de diferentes regiões, meu Deus, que diferença! Isso não é um problema, mas, na hora dos negros, querem que eles sejam todos iguais? Por quê?

Está acontecendo uma mudança profunda, e isso não pode ser pouca coisa. Uma sociedade não altera o modo como ela se representa coletivamente do nada. Isso não tem volta. Se nós nos víamos europeus, nórdicos, agora descobrimos que podemos mostrar mais como somos.

É o Brasil caminhando na direção de si mesmo. Olha que coisa linda! O Brasil está ficando mais próximo do que ele é, da representação do que ele é.

Como você entende o que se chama de identitarismo? A identidade à qual me refiro quer mudanças em condições materiais de vida, por isso vai para a política, quer emprego e saneamento básico. Quem é a população mais atingida pelo aumento de saneamento básico no Brasil? A população negra. Você sabe quem está morrendo por ausência de água tratada e de esgoto. Saneamento básico não é de interesse da política tradicional brasileira. Quem pode tomar Perrier não está interessado em água tratada.

Se os negros chegam à política, eles vão dizer, de cabo a rabo: saneamento básico é prioridade. Logo, se a gente vai crescer a nossa representação política negra, o que deve mudar na política é a pauta. Nessa nova pauta, a questão da segurança pública vai ser vista por uma nova ótica, desse terror que essa população vive.

Mas você não respondeu à pergunta sobre identitarismo... Quem luta contra o racismo não deve entrar nessa esparrela de aparência de pessoas. Estou aqui para confrontar o racismo, não para fortalecê-lo. É o olhar do racismo que valoriza a aparência.

O movimento negro que eu faço não está preocupado com isso. Estamos preocupados com humanização e com seres humanos. Esperamos ter um país em que a diversidade, que é da nossa história, seja valorizada.

O negro ter orgulho de si, valorizar sua história e sua identidade é uma coisa positiva, mas não para fazer dela um atoleiro, um espelho em um poço onde você vai mergulhar. A sua identidade é para você se abrir e se relacionar. Quem quer luta contra o racismo não tem fixação com cor da pele.

Qual é o espelho de vampiro para os negros hoje no Brasil? A política, com certeza, tanto que, nessa campanha, haverá um número maior de candidaturas de mulheres e de negros. Há uma representação negra se candidatando para cargos na política.

O caminho é a reparação? Outro conceito importante da Hannah Arendt é a responsabilidade coletiva. Quando a gente fala em escravidão, as pessoas pensam que estamos querendo perseguir os culpados pela escravidão, mas eles já morreram. Não tem ninguém mais procurando por eles. O que a gente quer — e é isso que ela diz no seu ensaio — é responsabilidade coletiva.

A reparação é o eixo central do projeto da democracia no Brasil. Se não quiser reparar os povos indígenas nem os negros, você não está querendo democracia. Eu não estou falando de pegar dinheiro para distribuir, não é nada disso. É uma reparação política a partir de um projeto de coletividade. ←

Nada os Trará de Volta: Escritos sobre Racismo e Luta Política

Autor: Edson Lopes Cardoso. Editora: Companhia das Letras. R$ 99,90 (456 págs.); R$ 44,90 (ebook)

O projeto de Bonifácio

[RESUMO] José Bonifácio, patriarca da Independência, enxergou a mestiçagem e a abolição gradual da escravidão, mediada e regulada pelo governo, como pilares fundamentais para a construção da nação brasileira

Por ***Miriam Dolhnikoff***
Professora do Departamento de História da USP e pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Autora, entre outros livros,de 'História do Brasil Império' e 'José Bonifácio'

'A Fundação da Pátria Brasileira' (1899), de Eduardo Sá Acervo do Palácio Pedro Ernesto/Wikimedia Commons

Súdito do império português nascido em sua porção americana, José Bonifácio de Andrada e Silva viveu em um mundo em transformação que abria diferentes possibilidades para conceber e implementar reformas políticas e sociais. Não queria, a princípio, a independência. Defendia um império luso-brasileiro renovado por mudanças estruturais, no reino e na colônia, que o conduzissem para o que se afigurava ser uma nova era.

Nasceu em Santos, na capitania de São Paulo, em 1763, e passou a maior parte da sua vida adulta na Europa. Como muitos filhos da elite colonial, embarcou para Portugal aos 20 anos para estudar na Universidade de Coimbra, mas, ao contrário da maioria, só retornou ao Brasil com 56 anos.

Cursou a Faculdade de Direito, como era usual entre os jovens vindos da América, e a Faculdade de Filosofia, que incluía o estudo das ciências naturais. Especializou-se em mineralogia, campo que incorporava geologia, química e metalurgia, atividades essenciais no contexto do desenvolvimento da indústria da época.

Formado na Ilustração, acreditava no poder da razão e do conhecimento científico para moldar os homens e seu meio. Por isso, ao seu ver, o cientista não poderia ficar preso em seu gabinete, envolto em livros e absorto em teorias, mas deveria se dedicar à resolução dos problemas que afligiam a sociedade e obstruíam o progresso material.

José Bonifácio fazia parte do grupo de letrados portugueses reunidos na Academia das Ciências de Lisboa que, sob a liderança de dom Rodrigo de Souza Coutinho, ministro de dom João, se empenhou em desenhar políticas para a modernização da economia.

A partir de 1801, dez anos depois de uma viagem de estudos por vários países europeus, recebeu de dom Rodrigo a incumbência de ocupar diversos cargos públicos, de modo que o mineralogista pudesse converter seu saber em políticas concretas. Procurou dinamizar a exploração de carvão, a fundição de ferro e outras atividades que estimulassem a manufatura. Foi também responsável por criar a cadeira de metalurgia na Universidade de Coimbra.

Sua vida seria alterada com a invasão de Portugal pela França em 1807, resultado da guerra entre franceses e ingleses, dos quais Portugal era aliado. A Corte fugiu para o Brasil, e Bonifácio permaneceu no reino para lutar contra os invasores.

Vencidos os franceses em 1810, demorou-se ainda alguns anos em Lisboa. Porém, expressava profundo desgosto e desilusão por ver seus esforços, no exercício dos cargos que ocupava, frustrados por seguidos entraves burocráticos. Era a hora de se aposentar e voltar à terra natal.

Encontrou um Brasil diferente quando chegou em 1819. Com a vinda da Corte, o Rio de Janeiro foi elevado à capital do império lusitano e o Brasil não era mais colônia — adquirira o estatuto de reino, o mesmo de Portugal. A intenção de Bonifácio era se retirar da vida pública. No entanto, em 1820, a revolução constitucionalista do Porto o impeliu para a política.

Os revoltosos exigiam a transferência da Coroa para Portugal e a instauração de uma monarquia constitucional. Com esse fim, convocaram as Cortes, assembleia que deveria escrever a Constituição do novo regime. As províncias da América elegeram seus deputados. O liberalismo unia os portugueses dos dois lados do Atlântico e inaugurava um novo tempo.

Bonifácio participou desses acontecimentos em São Paulo. Não se candidatou a deputado, mas escreveu uma espécie de programa para orientar os representantes paulistas na sua atuação nas Cortes. Nele, defendia o império luso-americano.

O Brasil permaneceria subordinado a Lisboa, mas contaria com um governo autônomo para tomar as decisões referentes à América. Sua direção caberia ao herdeiro do trono, dom Pedro, tornado príncipe regente depois que o rei dom João 6º obedeceu às ordens dos rebeldes vitoriosos e voltou a Portugal.

O cenário, contudo, foi de disputa. Os portugueses do reino não aceitavam a autonomia pretendida pelos brasileiros. Insistiam no retorno de dom Pedro a Lisboa e no desmonte das instituições instaladas no Rio de Janeiro quando para lá se transferiu a Coroa lusitana.

Em reação, setores da elite luso-brasileira, entre eles Bonifácio, se articularam em um movimento que reivindicava a permanência do príncipe, estabelecendo com ele uma aliança em nome de objetivos comuns: impedir que a América portuguesa seguisse o exemplo de seus vizinhos que optaram pela independência e assegurar sua unidade diante do perigo de fragmentação territorial.

Para Bonifácio, isso significava ainda garantir as condições para a adoção das reformas que defendia. Dom Pedro permaneceu no Rio de Janeiro e, em janeiro de 1822, nomeou Bonifácio ministro do Reino e Estrangeiros.

Diante da intransigência das Cortes, dom Pedro e Bonifácio caminharam juntos para a Independência, que passou a ser uma alternativa concreta em agosto daquele ano. Ele estava no centro das articulações que levaram à ruptura com a metrópole, atuando para que todo o território da América portuguesa fosse integrado em um novo país, o que incluiu o envio de tropas para províncias que resistiam a aderir ao Rio de Janeiro. A Independência trazia consigo o desafio de construir um Estado e uma nação. Não havia, entretanto, consenso entre aqueles que estavam à

Continua na pág. C9

Continuação da pág. C8
frente desse processo sobre o perfil das instituições a serem organizadas, do país a ser constituído, do tipo de sociedade que deveria prevalecer.

Concordavam com a adoção de um regime liberal, com separação entre os Poderes, eleição de representantes para o Parlamento, súditos que se transformariam em cidadãos portadores de direitos individuais e políticos. Como, no entanto, materializar esse regime em uma sociedade escravista e marcada por uma profunda hierarquia social?

Bonifácio acreditava ter a resposta com seu projeto nacional, uma renovação profunda a ser conduzida pelo governo com o objetivo de civilizar uma população que, para ele, estava imersa na barbárie. Ele pretendeu amalgamar os metais de que dispunha em seu laboratório social para obter a têmpera de uma nação europeizada.

A natureza e a história forneceriam os elementos necessários, bastando os instrumentos da razão e do saber, postos a serviço do poder forjador do Estado, para sua transmutação em metal nobre. O Estado, em sua visão, seria o agente que, de cima para baixo, irradiaria essas mudanças. Por essa razão, a monarquia constitucional que defendia era altamente centralizada, com um Executivo forte e capaz de implementar as reformas que tornariam o país viável.

Não só o povo deveria ser civilizado antes de poder ser senhor de si, mas também a elite branca, por viver da exploração de escravizados.

Dela, resultava a violência, o ócio e o isolamento que marcavam o cotidiano dos grandes proprietários, incapacitados, portanto, para o exercício da cidadania e do compromisso com o bem comum. Em razão da escravidão, aferravam-se ainda a práticas agrícolas tradicionais, com a devastação das matas que empobrecia os recursos naturais, e resistiam à modernização das técnicas utilizadas na agricultura.

As medidas que deveriam ser adotadas eram radicais: abolir a escravidão, integrar o indígena, disseminar a educação e promover a mestiçagem. Todas visavam criar um povo homogêneo, a única forma de gerar um sentimento nacional e a aptidão para a cidadania.

Por meio da mestiçagem, surgiria uma nova raça com um repertório comum, moldado pela educação, meio para que a massa miscigenada adquirisse os valores, os costumes e os hábitos dos povos cultos. Os brancos teriam contribuição fundamental no projeto, ao inocular o sangue europeu na mistura que também seria cultural.

Seu pressuposto era que todos os homens tinham capacidade intrínseca para alcançar o estágio superior que idealizava, inclusive os negros e os indígenas, mas só se tivessem condições de vida que propiciassem o desenvolvimento de suas potencialidades.

Por isso, era imperativo emancipar os negros e integrar os indígenas "selvagens". Os primeiros, em razão da escravidão, eram refratários a uma civilização da qual só conheciam o trabalho excessivo e o açoite. O negro africano era, assim, um bárbaro em terras brasileiras, não por sua natureza, mas por ser escravo. Era a escravidão que o barbarizava, não sua origem, cor ou raça.

As medidas que deveriam ser adotadas eram radicais: abolir a escravidão, integrar o indígena, disseminar a educação e promover a mestiçagem. Todas visavam criar um povo homogêneo, a única forma de gerar um sentimento nacional e a aptidão para a cidadania

Além de empecilho para o exercício pleno da cidadania por negros e brancos, a escravidão ainda representava um permanente perigo para a manutenção da ordem. Bonifácio alertava para o risco de manter uma parcela da população em situação de inimiga interna, já que escravizada. Em vez de inimigos, seriam alçados a cidadãos, reconhecendo, dessa forma, o Estado e o pertencimento à nação brasileira.

A principal beneficiária seria, afinal, a própria aristocracia dirigente. No entanto, não era suficiente libertar os escravos: era preciso que o governo tomasse para si a tarefa de integrá-los à sociedade, fornecendo-lhes terras, o que lhes proveria meios de subsistência.

Nenhum bem resultaria se os negros fossem simplesmente abandonados à própria sorte. Na visão de Bonifácio, a profunda hierarquia social seria preservada dessa forma, porque educação e meios de subsistência seriam distribuídos na medida certa para converter ex-escravizados em trabalhadores disciplinados.

Bonifácio era uma exceção no seio do grupo dirigente, e suas convicções reformistas atraíram uma oposição feroz a ele. Em julho de 1823, foi demitido do ministério em função das desavenças com aqueles que disputavam o poder e o programa de nação.

Assumiu, então, sua cadeira de deputado na Assembleia Constituinte, que se reunira em março de 1823 para escrever a Constituição brasileira, e apresentou um projeto de lei, propondo o fim do tráfico negreiro e a abolição gradual da escravidão. Enquanto a emancipação não ocorria, caberia ao governo mediar a relação entre senhores e escravos, regulando-a de modo a retirar do primeiro o pleno arbítrio sobre a vida de seus cativos. Essa mediação, por si só, já seria uma novidade.

Os artigos da lei que apresentou estipulavam normas para reger o trabalho dos negros escravizados, com restrições à exploração de menores e mulheres, determinação da jornada de trabalho e previsão de fornecimento de alimentação e vestuários adequados pelos senhores.

Além disso, Bonifácio prescrevia medidas paliativas, para diminuir o risco de revoltas e preparar os escravizados para serem livros no futuro, e que ficaria a cargo do poder público, não mais dos senhores, o julgamento e a punição de infratores.

Porém, antes que o projeto entrasse em discussão e que a Constituição fosse promulgada, dom Pedro fechou a Constituinte, em novembro de 1823. Bonifácio foi condenado ao exílio na França, onde amargou sua derrota.

Para ele, haviam sido derrotados tanto o regime liberal, com a outorga de uma Constituição pelo imperador em 1824, quanto seu projeto nacional, com a continuidade da ordem escravista.

De volta ao Brasil anos depois, Bonifácio obteve certo protagonismo ao ser nomeado tutor de dom Pedro 2º, depois da abdicação do pai, em 1831. Mais uma vez, sofreu forte oposição de políticos que não concebiam que o jovem imperador fosse formado pelas ideias reformistas de Bonifácio. Destituído da tutoria em dezembro de 1833, foi colocado em prisão domiciliar em Paquetá e morreu em 1838.

A maior ilusão de Bonifácio foi, talvez, a volúpia voluntarista que o fez acreditar que o homem poderia escrever o futuro segundo exclusivamente sua vontade. Ele sabia, por outro lado, que não podia prescindir do apoio daqueles que compartilhassem sua visão ilustrada e tentou convencer a elite brasileira do que seriam seus reais interesses: aceitar o fim da escravidão e integrar os negros à sociedade para garantir a ordem, tendo na base da hierarquia social uma população homogênea e devidamente instruída.

Bonifácio falava aos grupos dominantes e só poderia ter sido bem-sucedido se contasse com a adesão de seus pares, mas encontrou uma forte resistência da elite, que não estava disposta a pagar o preço das reformas que supostamente a beneficiariam.

A alternativa que restava era inconcebível para um membro da elite branca brasileira do século 19: a mobilização de parcelas da população excluídas do poder. Ele acreditou ser possível transformações de fundo, econômicas e sociais, por meio de um projeto político que não era capaz de incorporar como agentes efetivos os diferentes setores de uma população heterogênea. Acabou derrotado. ←

Esse texto é a quinta publicação da série Perfis da Independência, que destaca nomes relevantes —muito conhecidos ou não— do período da emancipação do Brasil em relação a Portugal. O texto sobre a imperatriz Leopoldina deu início à série em fevereiro, seguido dos artigos sobre Hipólito da Costa, Thomas Cochrane e Bárbara Pereira de Alencar

Deprimentes queridos

A frase é nova e fresca, mas sem valor

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

A garoupa sorumbática vestiu as calças de flanela turquesa. É bastante improvável que esta frase tenha alguma vez sido escrita na língua portuguesa —ou em qualquer outra, na verdade.

Quem escreve procura fugir do que outras pessoas disseram antes e, portanto, é boa ideia começar um texto assim. Claro, também é conveniente que a frase faça sentido. E esta, sendo inédita, tem o problema de ser absurda.

As garoupas são incapazes de vestir calças. Não há dúvida de que existem garoupas sorumbáticas. Creio mesmo que todas as garoupas que já conheci eram sorumbáticas. No mínimo, estavam longe de ser joviais. Mais uma razão, aliás, para não estarem na disposição de vestir um par de calças turquesa.

Resumindo, a frase é nova e fresca, mas sem valor. Outras frases são batidas, mas interessantes. "O Pai dos Burros", de Humberto Werneck, um utilíssimo dicionário de lugares-comuns e frases feitas, contém inúmeras. São expressões que se tornaram habituais e que por isso usamos sem pensar —e, no entanto, vale a pena pensar nelas.

Por exemplo, na letra "E", no verbete dedicado à palavra "ente", lá está (como certamente adivinharam) "ente querido". Os entes queridos são, de fato, os únicos entes de que se fala. É com eles que jantamos, no Natal, queremos trabalhar menos para passar mais tempo na sua companhia e, infelizmente, vamos ao seu funeral.

Mas a designação "entes queridos" pressupõe a existência de outros entes, que prezamos menos —ou nada. Esses até são, forçosamente, em maior número. Só que, por uma razão misteriosa, nunca são referidos. Proponho que passem a ser.

Com quem foste almoçar? Com alguns entes indiferentes, do trabalho. Quem vai jogar no gol, na pelada de logo à noite? Um ente vizinho do meu cunhado. Todos esses entes merecem ser nomeados —até para valorizarem, por contraste, os entes queridos.

Travamos conhecimento com vários entes e, com o tempo, alguns deles podem tornar-se entes queridos. Outros entes manter-se-ão menos estimados. E outros ainda acabarão por ser entes abominados. Ficando, ainda assim, hierarquicamente acima dos inimigos. Que, fatalmente, serão figadais.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Tilda Swinton se junta à filha em filme elogiado no streaming

The Souvenir – Part 2
Para compra ou aluguel no Amazon Prime Video, Apple TV +, Now, Google Play e YouTube. 16 anos
Uma estudante de cinema refaz sua vida depois de uma relação com um homem mais velho. Esta sinopse simples deu origem a um dos filmes mais elogiados dos últimos anos, dirigido pela britânica Joana Hogg e estrelado por Honor Swinton Byrne, filha dos atores Gabriel Byrne e Tilda Swinton. Esta, inclusive, faz a mãe da protagonista no longa, uma continuação de "The Souvenir", também disponível nas plataformas.

Zombies 3
Disney+, livre
No terceiro filme da franquia, os jovens zumbis Zed e Addison finalmente estão integrados à vida da cidade de Seabrook. Mas a chegada de alienígenas vai abalar todos.

Ghislaine, Príncipe Andrew e a Pedofilia
Lifetime, 12h, 14 anos
Este documentário mostra como a socialite Ghislaine Maxwell, namorada do financista Jeffrey Epstein, teve um papel crucial na rede de tráfico sexual montada por ele, que acabou por envolver o príncipe britânico Andrew.

O Salão de Huda
Telecine Cult, 22h, 16 anos
Uma mulher é dopada e chantageada pela dona de um salão de cabeleireiro. Baseado num caso real, o filme do diretor palestino Hany Abu-Assad integra a seleção do Festival do Rio que o canal vem exibindo.

Chacrinha - Eu Vim para Confundir e Não para Explicar
GloboNews, 23h, 12 anos
O documentário de Cláudio Manoel e Micael Langer revisita a carreira de Abelardo Barbosa, um dos maiores apresentadores da história da TV.

Canal Livre
Band, 23h30, livre
O ex-presidente Michel Temer discute as eleições e a relação entre os poderes com os jornalistas Fernando Mitre e Lana Canepa. Apresentação de Eduardo Oinegue.

Momentum
Globo, 0h10, 16 anos
Uma ladra é obrigada por seu ex-parceiro a participar de um último roubo, sem saber que um assassino de aluguel está em seu encalço. Com Olga Kurylenko no elenco.

QUADRÃO | Jan Limpens

| DOM. Jan Limpens, **Luiz Gê**, Ricardo Coimbra, Angeli, Laerte

Esboços inéditos de Modigliani são achados em tela

SÃO PAULO Três novos esboços do pintor Amedeo Modigliani foram descobertos por pesquisadores da Universidade de Haifa, em Israel, numa observação do quadro "Nu com Chapéu", que ficou pronto em 1908.

Eles fizeram um raio-x da pintura e puderam ver silhuetas de antigos desenhos, ainda sem os traços característicos do pintor, como os pescoços longos e finos e os membros ágeis.

A historiadora de arte da instituição israelense Inna Berkowits descreveu a obra, que agora soma cinco figuras de Modigliani, como "um caderno de esboços em uma tela" refletindo a "busca sem fim do artista por expressão artística".

Gabriel Leone vai estar em 'Ferrari', de Michael Mann

SÃO PAULO O ator Gabriel Leone foi escalado para integrar o elenco do filme "Ferrari", que deve começar a ser produzido em agosto, na Itália. Segundo o site Deadline, o brasileiro foi escolhido pelo diretor Michael Mann.

Ele irá interpretar Alfonso De Portago, uma das estrelas da Ferrari na época, aristocrata espanhol, bonito e rico, que era o favorito a vencer a corrida Mille Miglia. Leone se junta a nomes como Adam Driver, Penélope Cruz e Shailene Woodley.

O filme se passa durante o verão de 1957, enquanto o ex-piloto Enzo Ferrari, interpretado por Adam Driver, evita a falência e busca a salvação com uma vitória na disputa de velocidade.

Noah Schnapp, de 'Stranger Things', diz que Will é gay

SÃO PAULO O ator Noah Schnapp, o Will de "Stranger Things", revelou que seu personagem é gay após surgirem boatos nas redes sociais desde o lançamento da quarta temporada da série.

"Agora está claro que ele ama Mike", afirmou o ator em entrevista à revista Variety se referindo à sua personagem, embora em nenhum momento a sua sexualidade tenha sido revelada de modo explícito.

"Eu acho que foi feito tão lindamente, porque é tão fácil fazer um personagem de repente ser gay. Um homem de 40 anos veio até mim e disse 'uau, esse personagem de Will me fez sentir tão bem'", contou o ator.

Emilia Kopakan planta muda de araucária na Terra Indígena Laklãnõ Xokleng, em Santa Catarina Anderson Coelho/Folhapress

Araucárias ressurgem em Santa Catarina

Árvore ameaçada de extinção é sagrada para o povo indígena xokleng, que faz replantio em regiões desmatadas; projeto calcula já ter produzido 50 mil mudas para recuperar floresta, que só mantém 2% de área original Continua na pág. 2

ambiente dia de proteção às florestas

Participantes do projeto Zág (araucária, na língua xokleng) durante plantio de mudas na Terra Indígena Laklãnõ Xokleng, em Santa Catarina Fotos Anderson Coelho/Folhapress

Araucárias ressurgem em Santa Catarina

Continuação da pág. 1

DIAS MELHORES

Mauren Luc

CURITIBA Reflorestar a Terra Indígena Laklãnõ Xokleng com sua árvore sagrada, a araucária, é o objetivo de um projeto criado no oeste de Santa Catarina. O trabalho, segundo os indígenas, já resultou em 50 mil mudas.

A araucária, que está ameaçada de extinção, é sagrada para a cultura xokleng. A árvore e suas sementes, os pinhões, integram a alimentação, os rituais e até os remédios feitos pelos indígenas, que mantêm oito aldeias espalhadas por cerca de 14 mil hectares, nos arredores do rio Itajaí-Açu, entre os municípios de Ibirama, José Boiteux, Vitor Meireles e Doutor Pedrinho, a 260 km de Florianópolis.

A população de xoklengs é estimada em 2.200 pessoas. Essa área, reivindicada para demarcação, aliás, é a base para o julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a tese do marco temporal —critério segundo o qual indígenas só poderiam requerer terras já ocupadas por eles antes da promulgação da Constituição de 1988.

"A araucária representa nossa vida, o ar que a gente respira, a árvore sagrada que nossos ancestrais deixaram para nós há mais de 2.000 anos", diz Isabel Gakran, que em sua aldeia ocupa o cargo de kujá, uma jovem xamã.

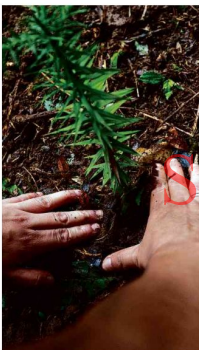
Ela e o marido, Carl Gakran, são os idealizadores do Instituto Zág (araucária, na língua xokleng). O mesmo nome leva o projeto de reflorestamento, que envolve áreas do Alto Vale do Itajaí. O pinhão dá origem às mudas, que integram o ritual sagrado chamado "ãggla".

"Dançamos, cantamos e falamos com as sementes para que cresçam perfeitas e fortes", explica Isabel, lembrando que as crianças participam da preparação. "Também recebemos crianças não indígenas e grupos de escolas."

Para aumentar o número de mudas, há mutirões. "Também doamos mudas, pois queremos reflorestar a serra catarinense inteira", afirma Isabel.

O projeto Zág já foi premiado pelo Fundo de Conservação de Espécies Mohamed bin Zayed, ONG que incentiva ações contra a extinção de espécies. Por outro lado, diz Isabel, há falta de apoio dos governos e dos órgãos públicos.

"Fazemos tudo por conta própria e temos os custos da compra dos saquinhos biodegradáveis para fazer as mudas", conta. "Pagamos R$ 1 por saquinho, então precisamos fazer vaquinha e pedir ajuda."

O botânico João de Deus Medeiros, docente da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), diz que, além da relação prática de subsistência e do culto à árvore, há o resgate cultural. "Por isso o plantio, com uma dinâmica peculiar, envolve toda comunidade e precisa de apoio externo."

Muda de araucária plantada na área indígena Laklãnõ Xokleng

As araucárias já representaram 45% de todo o território de florestas em Santa Catarina. Hoje há 2% da área original. A devastação foi intensificada no início do século 20.

"A região foi uma das que mais sofreram com a exploração madeireira, especialmente após a concessão para construção da ferrovia SP-RS", diz Medeiros, citando a obra da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Ele ressalta que, para a construção da estrada, entre 1911 e 1930, estima-se que foram derrubadas 15 milhões de araucárias. Calcula-se também uma perda de 48 milhões de espécimes de imbuias, canelas e cedros, entre outras árvores.

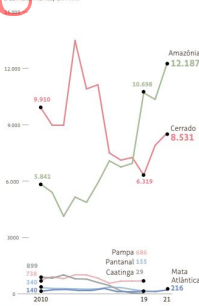
Medeiros critica ainda a falta de políticas públicas para a proteção das florestas, algo que, na sua visão, ficou evidente no novo código ambiental de Santa Catarina. "Ele abre caminho para exploração madeireira da araucária e outras árvores ameaçadas de extinção", avalia.

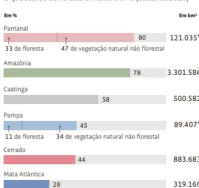
As mudanças entraram em vigor em janeiro de 2022 e, segundo o projeto, representam "avanço histórico para a proteção do meio ambiente e, ao mesmo tempo, diminuem os processos burocráticos".

Entre as alterações, está a passagem da responsabilidade pelas autuações de infração e fiscalização da Polícia Ambiental para o órgão licenciador municipal.

Além disso, a criação das Juntas Administrativas possibilita maior defesa aos infratores. O novo código permite intervenções em áreas de conservação permanente, como a derrubada de árvores sem autorização prévia, amparada pelo que o texto chama de "exploração econômica sustentável".

PR
Terra Indígena Laklãnõ Xokleng
Blumenau
Ibirama
Balneário Camboriú
Rio do Sul
SC
Florianópolis
20 km

Como estão as florestas no Brasil

O que sobrou de floresta em cada bioma (dados de 2020)

Bioma	Em %	Em km²
Pantanal (33 de floresta; 47 de vegetação natural não florestal)	80	121.035*
Amazônia	78	3.301.586
Caatinga	58	500.582
Pampa (11 de floresta; 34 de vegetação natural não florestal)	45	89.407*
Cerrado	44	883.683
Mata Atlântica	28	319.160

*Soma de Floresta com Formação Natural não Florestal
Fontes: Prodes/Inpe, MapBiomas e SOS Mata Atlântica

País celebra Dia de Proteção às Florestas, mas desmatamento tem avançado

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO Neste domingo (17) é celebrado o Dia de Proteção às Florestas. Assim como outras datas comemorativas, ela é usada para alertar sobre os problemas ambientais do país.

O dia 17 de julho, porém, não é só lembrado por isso. Nele também é destacada, de modo propício, uma figura bem brasileira: o Curupira, "senhor dos animais, protetor das árvores", como apontava Câmara Cascudo (1898-1986) no "Dicionário do Folclore Brasileiro".

O ser folclórico é pequenino ("curu" e "pira" trazem a ideia de "corpo de menino"), tem cabelos ruivos e pés virados para trás.

Em 1970, o então governador do estado, Roberto Costa de Abreu Sodré (1917-1999), promulgou uma lei na qual o Curupira se tornava "o símbolo estadual do guardião e protetor das florestas e dos animais que nelas vivem".

E, mais do que nunca, a defesa das florestas é essencial. O Brasil ainda tem vastas áreas verdes, mas elas se encontram sob ameaça.

O exemplo mais visível é a Amazônia. Após anos de devastação com tendências de queda, o desmatamento na maior e mais biodiversa floresta tropical voltou a apresentar tendências de crescimento a partir de 2012. A situação ficou crítica nos últimos anos.

O governo Jair Bolsonaro (PL) veio acompanhado de uma explosão na derrubada da floresta. O problema, no entanto, não reside só na Amazônia. Outros biomas do país também sofrem com a destruição.

Nos últimos anos, o Pantanal, a maior planície alagável do mundo, foi visto em chamas; o cerrado, com metade do tamanho da Amazônia e visado pelo agronegócio, tem altas taxas de desmate todo ano; até mesmo a mata atlântica, que já é o bioma mais devastado do país, tem registrado aumentos históricos na perda de vegetação.

No Brasil, o desmatamento é a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa. Não proteger ou derrubar florestas significa agravar as mudanças no clima, com mais emissões de gás carbônico —que, por sua vez, resultam em graus a mais nos termômetros.

Fotos Ubiratan Suruí/Divulgação

Indígenas recorrem a drones e aplicativos para proteger floresta

Grupos aprendem a usar sistema de localização via GPS; Bruno Pereira era um dos responsáveis por treinamento

Beatriz Jucá

FORTALEZA Quase todos os meses, Bitaté Uru-Eu-Wau-Wau, 22, deixa a aldeia Jamari e adentra a floresta amazônica com outros 29 indígenas. Levam drones e aparelhos de GPS para monitorar o que for possível dos 18.670 km² da TI (terra indígena) Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia.

Assim como eles, vários povos indígenas em diferentes partes do Brasil estão aprendendo a usar tecnologias modernas para proteger seus territórios —e a floresta. Se antes atuavam em colaboração com as autoridades responsáveis pela fiscalização, agora dizem assumir cada vez mais o protagonismo diante do crescimento das invasões.

Bitaté é um dos dois coordenadores das equipes criadas para proteger a TI Uru-Eu-Wau-Wau, uma espécie de ilha cercada por fazendas cobiçada por grileiros e madeireiros.

"Ver o desmatamento lá de cima traz um impacto", conta, ao lembrar a primeira vez que pôs no céu um drone para vigiar seu território, em 2020. "A riqueza está do nosso lado. Do outro há destruição."

A área da Amazônia Legal —onde fica a TI Uru-Eu-Wau-Wau— perdeu quase 4.000 km² de vegetação entre janeiro e junho deste ano. Essa é a maior taxa de desmatamento para um primeiro semestre em sete anos, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

"Sou um defensor do meio ambiente. Estamos trabalhando para proteger a floresta, mas ver as árvores sendo derrubadas e queimadas é muito triste", lamenta Bitaté.

Com dois drones cedidos por entidades indigenistas, os povos que vivem na TI Uru-Eu-Wau-Wau têm conseguido acessar com rapidez áreas remotas e flagrar madeireiros com mais segurança. Eles já não precisam se arriscar indo até o local pegar as coordenadas de GPS: agora agem de forma discreta enquanto manejam os drones. A uma distância de até 2 km, fotografam e passam a denúncia adiante sem enfrentamento.

As imagens são usadas para comprovar eventuais crimes às autoridades brasileiras e pressioná-las a agir. Os indígenas também usam os aparelhos GPS para georreferenciar as atividades ilegais e, assim, tentar entender como avançam as invasões.

"Eles [os invasores] começam fora da terra indígena e vão se aproximando até entrar. Foi assim com os madeireiros, e agora entram atrás de minério. Estamos muito preocupados", diz Bitaté.

Com a missão de defender a floresta e seus territórios, os indígenas aprenderam a manejar mapas, se comunicar por satélite e, mais recentemente, a usar drones. Contam para isso com o apoio de projetos executados por ONGs e indigenistas, que fornecem equipamentos e orientações.

O WWF Brasil e a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé são algumas dessas entidades. Quando o país viu os índices de queimadas explodirem na Amazônia em 2019, elas decidiram iniciar um projeto para monitorar territórios de forma mais organizada.

Começaram então a treinar povos indígenas no uso de tecnologias. Desde então, 25 kits de monitoramento, com drones e GPS, foram doados em cinco estados. "Eles conseguiram rapidamente se apropriar da tecnologia, e nós temos ampliado o projeto", afirma Felipe Spina, analista de conservação do WWF-Brasil.

Além dos drones, o trabalho inclui aplicativos de celular para processar dados e enviar informações para uma central. O WWF também presta assessoria para que os ilícitos sejam denunciados aos órgãos competentes.

Um trabalho semelhante vinha sendo realizado na TI Vale do Javari pelos indigenistas Orlando Possuelo e Bruno Pereira, este último assassinado enquanto atuava para combater a caça e a pesca ilegais.

Ao desaparecer junto com o jornalista Dom Phillips, Bruno levava fotografias, vídeos e informações georreferenciadas com os quais pretendia denunciar crimes à Polícia Federal.

Eles haviam criado a EVU, Equipe de Vigilância da Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari) justamente para mapear invasões e obter provas.

Os indígenas se dividem em equipes e vão a campo com drones e celulares com aplicativos capazes de registrar as coordenadas dos pontos de invasão a cada fotografia feita.

Os passos são acompanhados por outra equipe, que fica na base. Tudo para monitorar uma área de mais de 85 mil km² numa região também marcada pelo narcotráfico, na tríplice fronteira do Brasil com Peru e Colômbia.

"Estamos falando de um território do tamanho de Portugal, onde o governo não consegue fazer uma fiscalização efetiva em todo o seu perímetro. É muito importante que os moradores de lá, os indígenas, atuem como informantes, como vigias", diz Orlando Possuelo, que realiza esse treinamento.

"A gente não quer que [a TI Vale do Javari] se torne mais uma dessas terras indígenas totalmente degradadas e destruídas pela ação ilegal."

É por isso que a EVU tem se preparado para criar um mapa georreferenciado para entender como funcionam as invasões ao território. Eles também estão desenvolvendo um indicador que possa mostrar os efeitos do trabalho da equipe de vigilância.

Orlando diz que, desde que esse projeto foi iniciado, em setembro, não contou com o apoio de órgãos do governo.

Indígenas e indigenistas veem um cenário de enfraquecimento de órgãos de fiscalização nos últimos anos. O governo Bolsonaro fiscalizou menos de 3% dos alertas de desmatamento do país, segundo o MapBiomas.

A **Folha** procurou a Funai (Fundação Nacional do Índio) para saber o que tem sido feito para proteger as terras indígenas, mas não obteve retorno.

"Há pouca ação dos responsáveis por combater o desmatamento na Amazônia. Neste contexto, fica ainda mais importante que os próprios grupos indígenas tenham maneiras de, por conta própria, monitorar e tentar defender seus territórios", afirma Felipe Spina, do WWF Brasil.

O indígena Ubiratan Suruí, 29, conta que equipes de dez a 15 indígenas fazem a vigilância dos 248 mil hectares da Terra Indígena Sete de Setembro, onde vivem os paiter suruí, entre os estados de Rondônia e Mato Grosso. Eles tentam impedir a invasão de madeireiros, caçadores e pescadores enquanto enfrentam a pressão do desmatamento.

"Fazemos a vigilância do nosso território porque, sem ela, as pessoas vão entrando sem dó. O governo não tem cumprido seu papel", critica.

Recentemente, eles leiloaram obras de arte em NFT (sigla em inglês para tokens não-fungíveis) para conseguir recursos. "O drone é uma ferramenta muito útil na fiscalização. Antes fazíamos atividades de vigilância, mas não tínhamos imagens. Muitas vezes o poder público não fazia nada porque a gente não tinha como provar", conta.

A vigilância na TI Sete de Setembro envolve desde os anciãos, conhecedores da floresta, até os mais jovens, que se dedicam às novas tecnologias.

"O território para nós é sagrado. É uma atividade que não vai parar nunca. As ameaças só tendem a piorar. Temos que ser fortes e buscar parceiros para ajudar. Não estamos mantendo a floresta só para a gente, mas para o mundo", afirma Ubiratan.

Univaja/Divulgação

1 Área desmatada registrada por drone da equipe de vigilância do povo paiter suruí
2 Lideranças paiter suruí usam laptop no monitoramento da Terra Indígena Sete de Setembro
3 O indigenista Bruno Pereira (ao centro) dá instruções durante treinamento da Univaja

Projetos ligados ao Fundo Amazônia correm risco de ficar sem recursos

Programa de admissão está paralisado desde 2019; Noruega e Alemanha congelaram repasses

Giuliana Miranda

RIO Paralisado para a inclusão de novos projetos desde 2019, o Fundo Amazônia seguiu realizando normalmente os pagamentos para iniciativas já aprovadas. Agora, mais de três anos depois e com vários contratos chegando ao fim, ações importantes de preservação e de desenvolvimento sustentável têm futuro incerto.

A própria fiscalização está ameaçada. Desde 2016, o Ibama depende de recursos do fundo para conseguir realizar suas ações na Amazônia. O dinheiro para pagar o aluguel e a operação das picapes e dos helicópteros usados para ir a campo, que vem de um projeto aprovado em 2018, está prestes a acabar.

O órgão já recebeu a maior parte dos R$ 140,26 milhões previstos pelo Fundo Amazônia. A última parcela, de cerca de R$ 11,6 milhões, deverá ser paga em breve. Sem poder concorrer para uma nova rodada de financiamento, o instituto terá de arcar com as despesas dos veículos, que são essenciais para controlar as ações de desmatamento.

Em nota, o Ibama afirmou que o fim dos recursos não irá afetar as operações contra o desmatamento.

"O Ibama esclarece que não existe risco de paralisação, pois os contratos da Dipro (Diretoria de Proteção Ambiental) têm cobertura de fonte de arrecadação do próprio instituto", diz o órgão.

Especialistas, no entanto, discordam da avaliação e relembram que a previsão de recursos no orçamento não garante que o dinheiro seja efetivamente gasto, sobretudo com a velocidade necessária.

Ex-presidente do Ibama e responsável por assinar o contrato com o Fundo Amazônia, Suely Araújo considera que as ações de fiscalização na Amazônia Legal, que já estão aquém do adequado, devem ser ainda mais afetadas.

Helicóptero usado pelo Ibama em ação contra garimpo ilegal no Pará Pedro Ladeira - 15.fev.2022/Folhapress

"Quando eu entrei no Ibama, em junho de 2016, a gente tinha dotação orçamentária, mas não tinha financeiro. Porque não basta ter autorização do orçamento, o dinheiro arrecadado pelos impostos tem de chegar", diz Suely, que hoje é especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima.

"O problema é que o governo estava em uma crise de arrecadação enorme, o contrato das caminhonetes estava atrasado havia muitos meses. Só não houve paralisação porque chegaram os recursos do Fundo Amazônia."

Urbanista e advogada, com um doutorado em ciência política, Suely Araújo avalia que os mecanismos de fiscalização dos recursos do fundo eram bastante robustos, sendo referência para outros países.

Criado em 2008, o Fundo Amazônia financia projetos que auxiliam a preservação da floresta e o desenvolvimento sustentável. O dinheiro não vem do governo brasileiro, mas, sim, de contribuições voluntárias de terceiros.

Até agora, a Noruega foi responsável por 93,8% dos recursos captados, enquanto a Alemanha contribuiu com 5,7% e a Petrobras, com 0,5%.

Em junho, o ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega, Espen Barth Eide, disse à agência Reuters que o país pode retomar o pagamento se o presidente Jair Bolsonaro (PL) não se reeleger.

Apesar do sucesso da iniciativa, o governo Bolsonaro decidiu, em 2019, extinguir os dois órgãos de governança do fundo: o Cofa (Comitê Orientador) e o CTFA (Comitê Técnico). Como a liberação do dinheiro depende da manutenção da estrutura pactuada com os financiadores, os recursos foram paralisados.

A mudança foi criticada pela Noruega e pela Alemanha, que afirmaram estar satisfeitas com o modelo de aplicação dos aportes. Os dois países anunciaram o congelamento de novos repasses.

Uma auditoria da CGU (Controladoria-Geral da União) indicou que a extinção dos comitês "descumpriu as boas práticas da governança pública, gerando impactos negativos para as políticas ambientais". O mesmo relatório revela ainda que o fundo tem R$ 3,2 bilhões parados.

O projeto Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas, do ICV (Instituto Centro de Vida), é um dos que estão chegando ao fim e não poderá concorrer para renovar os R$ 17 milhões aprovados.

A iniciativa fomenta e apoia a agricultura familiar sustentável em Mato Grosso, focando-se em municípios que enfrentavam problemas com o desmatamento. A ideia é atuar em setores-chave, ajudando desde a etapa produtiva até um dos grandes gargalos, que é a comercialização.

Coordenador do programa de incentivos para a conservação do ICV, Renato Farias diz que o Fundo Amazônia permitiu escalar de forma inédita os projetos e o apoio às famílias, garantindo o abastecimento das regiões mesmo em momentos de crise.

"Ficou muito claro para nós a força da produção local em momentos de crise, como na greve dos caminhoneiros, que estancou a distribuição em um determinado momento, além da pandemia", diz.

"A interrupção do fundo não poderia ter vindo em um momento pior, justamente pela demanda local e pelas demandas que as nossas comunidades têm de conseguir bons arranjos produtivos nesses momentos difíceis", completa.

Vencedor do prêmio de inovação para a alimentação e agricultura sustentáveis da ONU (Organização das Nações Unidas) em 2019, o projeto Origens do Brasil, concebido pelo Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) e pelo ISA (Instituto Socioambiental), receberá em breve a última parcela dos R$ 17,37 milhões aprovados no Fundo Amazônia.

A iniciativa apoia o estabelecimento de uma rede de produção sustentável e de comércio justo, conectando povos indígenas e empresas. O projeto abrange 33 áreas protegidas e mais de 50 milhões de hectares de terra.

"O projeto mostra que é possível gerar negócios com inovação, envolvendo o setor empresarial que está conectado com a responsabilidade", diz Patrícia Cota Gomes, diretora executiva adjunta do Imaflora.

A executiva afirma que, desde que notícias sobre a devastação da Amazônia se intensificaram, houve um movimento grande de empresas que buscaram a certificação de rede Origens do Brasil como forma de apoiar as atividades sustentáveis da floresta.

"O setor empresarial está ávido por soluções", conclui.

+ O que é o fundo Amazônia e como funciona

O que é?
Criado em 2008, o Fundo Amazônia tem como objetivo financiar projetos que ajudem a preservar a floresta e a fomentar seu desenvolvimento sustentável.

Quem paga?
As contribuições são voluntárias. Até agora, a Noruega foi responsável por 93,8% dos recursos captados. A Alemanha contribuiu com 5,7% do dinheiro e a Petrobras, com 0,5%.

Por que está congelado?
Em 2019, o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) revogou dois órgãos essenciais para a distribuição dos financiamentos.
O objetivo era diminuir a participação da sociedade civil, além de alterar as regras de concessão dos recursos. Em meio à alta do desmatamento na Amazônia e a preocupações com as posições adotadas pelas autoridades brasileiras, a Noruega e a Alemanha anunciaram o congelamento dos repasses.

Qual a verba disponível?
Recente relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) indica que, até dezembro de 2021, o fundo tinha quase R$ 3,2 bilhões parados. A auditoria indica ainda que o governo desperdiçou o potencial de arrecadar até US$ 20 bilhões para o fundo.

Investimento dos EUA contra desmatamento segue travado

Rafael Balago

WASHINGTON Em novembro de 2021, durante a COP26, o presidente Joe Biden prometeu que os EUA investiriam US$ 9 bilhões para combater o desmatamento no mundo. No evento de Glasgow, mais de cem países, incluindo o Brasil, se comprometeram a zerar o desmatamento até 2030.

No dia seguinte à fala de Biden, o deputado democrata Steny Hoyer apresentou a Lei para Mitigar e Atingir Zero Emissões Vindas da Natureza para o Século 21. O apelido é Amazon21 Act.

O pacote prevê que o fundo será voltado para o combate ao desmatamento. O deputado calcula que o corte de emissões equivaleria a retirar todos os carros das estradas dos EUA durante dois anos.

"Essa é uma questão que demanda ação urgente e compromisso de longo prazo, como parte de um amplo esforço global para confrontar a crise climática", disse Hoyer, ao anunciar o projeto.

Mas há pouco sinal de urgência: o plano foi enviado em novembro para o Comitê de Relações Exteriores da Câmara e, desde então, não teve mais movimentações.

Na segunda (10), Hoyer voltou a comentar o projeto. "Estou profundamente consternado ao ver as notícias de que o desmatamento da floresta amazônica atingiu um novo recorde. É uma ameaça séria ao nosso planeta, que não pode ser ignorada."

Deputado Steny Hoyer em entrevista coletiva em frente ao Capitólio Drew Angerer - 8.jun.2022/AFP

Dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostraram alta do desmatamento em junho: houve a derrubada de 1.120 km² de floresta, maior número para o mês desde 2016.

"Eu continuo a trabalhar com meus colegas dos dois lados da Câmara para garantir que possamos avançar uma legislação robusta que irá enfrentar os impactos do desmatamento e das mudanças climáticas. Espero levar uma lei de consenso para ser votada no Plenário o mais rápido possível", disse Hoyer à **Folha**.

O valor do pacote é relativamente baixo frente ao orçamento federal dos EUA. Para o ano fiscal de 2022, Biden propôs gastar US$ 6 trilhões.

No entanto, o aumento da dívida pública dos EUA é apontado pela oposição republicana como uma das causas da inflação recorde que atinge o país. O dado mais recente, de junho, mostrou que os preços ao consumidor subiram 9,1% nos últimos 12 meses.

Frente a isso, mesmo alguns parlamentares democratas têm se recusado a aprovar planos que tragam novos gastos, com receio de serem acusados de piorar a inflação — e haverá eleições legislativas em novembro.

O Amazon21 não definiu quanto dos US$ 9 bilhões iriam para a Amazônia brasileira, mas abre espaço para empresas fazerem contribuições e ampliar o montante.

A verba seria administrada pelo Departamento de Estado e pela Usaid (Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA), para ser usada em ações como capacitar países a adotarem atividades econômicas de menor impacto ambiental.

Um ponto que pode dificultar o envio de recursos ao Brasil é que o dinheiro seria liberado a partir de resultados a serem medidos de forma independente. A piora nos dados de desmatamento, como ocorrido em junho, dificultaria a vinda de novos recursos.

Para Paulo Moutinho, cofundador do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), a postura dúbia do governo Bolsonaro reduz as chances de investimentos estrangeiros para a preservação ambiental no país.

"O governo pede dinheiro para conservar a Amazônia, mas ao mesmo tempo faz uma força grande para aprovar leis no Congresso que geram desmatamento, conflitos no campo e perda de direitos dos povos indígenas", diz Moutinho. "Duvido que algum país vá fechar algum acordo antes da definição da eleição."

Moutinho e outros ambientalistas ouvidos pela reportagem avaliam que o projeto pode trazer um montante de peso de novos recursos. Mas a questão é como fazer o dinheiro chegar até onde precisa.

"Esse dinheiro pode não servir para nada se for mal gerido", avalia o pesquisador do Ipam. "Hoje qualquer recurso que caia certamente não vingará em conservação ou desenvolvimento sustentável, porque não há vontade política para desenvolver a região."

Para Adriana Ramos, assessora do ISA (Instituto Socioambiental), "temos na Amazônia grandes estoques de floresta que são áreas protegidas em territórios indígenas ou sob gestão de comunidades, mas a maior parte dos recursos não chega na mão deles". "Vai ficando nas agências de cooperação internacional, nas ONGs, nas consultorias que fazem estudos", diz.

Outro ponto questionado é o foco do projeto em compensar emissões de carbono. Isso abre espaço para o financiamento de atividades econômicas de menor impacto na floresta. Por outro lado, permite a países como os EUA continuarem emitindo poluentes em grandes quantidades, sob argumento de que a sujeira está sendo compensada de alguma forma.

"O projeto não trata do que precisa ser feito para realmente reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Ele mantém um sistema que permite às indústrias continuar a poluir, não é sobre proteger florestas", diz Diana Ruiz, líder de projetos do Greenpeace nos Estados Unidos.